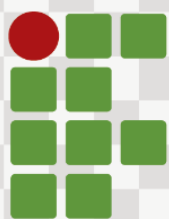


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL
FORMA DE OFERTA: Integrado**

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO Nº 120, DE 24 DE MARÇO DE 2023



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraná

Paranaguá
2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Pró-Reitora de Ensino Adjunta

Cristiane Ribeiro da Silva

Diretora de Ensino

Patrícia Daniela Maciel

Coordenadora de Cursos Técnicos

Ana Lucia Berno Bonassina

Diretor Geral do Campus

Mateus das Neves Gomes

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Leandro Gumboski

Coordenadora de Curso

Juliana Regina Pretto

Comissão de Estruturação de Curso (Portaria de Pessoal 64/2022)

Alessandra Assad Angieski

Alexandre Chiarelli

Aline Tschoke Vivan

Angélica Tomiello

Antonio Carlos Vissotto Junior

Antônio Ferreira

Beatriz Bronislava Lipinski

Elvis Canteri de Andrade

Gilcimar da Cruz Leal

Ivã Vinagre de Lima

Ivani Ferreira

Izabel Carolina Raittz Cavallet

Juliana Regina Pretto

Jussara Schmitt Sandri

Leandro Gumboski

Lucas Barbosa Pelissari

Márcio Paulo Ferreira

Mariane Schaffer Dias

Rogério Baptistella

Rosana de Fátima Silveira Jammal Padilha

Sidney Reinaldo da Silva

Silvana Aparecida Marcondi
Talita Stresser de Assis
Valério Brusamolín

Colegiado de Gestão Pedagógica de Campus

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão – Leandro Gumboski
Coordenação de Ensino – Elvis Canteri de Andrade
Chefia da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis – Joana Rupprecht Zablonsky
Coordenação do NAPNE – Fábio Bartolomeu Santana
Coordenação do curso Técnico em Informática – Gil Eduardo de Andrade
Coordenação do curso Técnico em Mecânica – Marluiz Fernando Jonsson
Coordenação do curso Técnico em Meio Ambiente – Heloisa Fernandes
Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Luiz Belmiro Teixeira
Coordenação do curso de Licenciatura em Física – Luiz Gustavo Pampu
Coordenação do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Diego
Jonathan Hoss
Coordenação do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – Priscila Tomie Leme Ike
Coordenação do curso de Tecnologia em Manutenção Industrial – Marina Grabarski
Coordenação do curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade –
Lucas Barbosa Pelissari
Coordenação do curso FIC em Língua Espanhola Básica – Juliana Regina Pretto
Coordenação do curso FIC em Inglês Básico e em Inglês Aplicado a Serviços Turísticos –
Angélica Tomiello
Coordenação do curso FIC em Defensores/as Populares – Roberto Martins de Souza
Coordenação do curso FIC em Auxiliar em Agroecologia – Luciana Maestro Borges
Coordenação do curso FIC em Artesanato – Ivã Vinagre de Lima
Coordenação do curso de Especialização em Gestão Ambiental – Emerson Luis Tonetti
Silvana Aparecida Marcondi Silva – Pedagoga

1.APRESENTAÇÃO DO PROJETO	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO	6
1.1.1 Número do Processo	6
1.1.1.1 Número do Processo: número do processo do PPC no SEI	6
1.1.1.2 Número do Processo: o número do processo de PPC atualizado, em caso de ajuste.	6
1.1.2 Campus: campus, endereço, telefone, site com o endereço da página virtual do campus, e-mail.	6
1.1.3 Denominação do Curso	6
1.1.4 Eixo Tecnológico	6
1.1.5 Modalidade	6
1.1.6 Forma de Oferta	6
1.1.7 Turno do curso	6
1.1.9 Horário de oferta do curso	6
1.1.10 Tempo de Duração do Curso	6
1.1.11 Carga-Horária Total do Curso	7
1.1.12 Carga Horária de Estágio Obrigatório	7
1.1.13 Tipo de matrícula	7
1.1.14 Regime acadêmico	7
1.1.15 Vagas totais (anual) - informações acerca de normatizações sobre o mínimo e máximo de estudantes por turma	7
1.1.16 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso	7
1.1.17 Ano de Criação do Curso	7
1.1.18 Ano de início da primeira turma	7
1.1.19 Ano de ajuste curricular	7
1.1.20 Coordenador(a)	7
1.1.21 Endereço de Oferta	7
1.1. 22 Instituição Conveniada	7
1.1.23 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão	7
1.1.24 Comissão de Estruturação de Curso ou Comissão de Ajustes Curriculares:	8
1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS	9
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.3.1 Contexto histórico	11
1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP	15
1.3.2 A criação do curso no Campus	19

2 OBJETIVOS	31
2.1 OBJETIVO GERAL	31
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
3 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
3.1 FILOSOFIA DO CURSO	32
3.2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	35
3.3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO	37
4 PERFIL DO EGRESSO	40
4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS	40
4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO	40
4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	41
4.4 REGISTRO PROFISSIONAL	41
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
5.1 ESTRUTURA CURRICULAR	42
5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	45
5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	46
6 AVALIAÇÃO	47
6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	47
6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES	50
6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES	51
6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO	51
6.5 MATRIZ CURRICULAR	53
6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	56
6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS	56
6.8 ESTÁGIO CURRICULAR	109
6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO	110
6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO	110
6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	111
7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	112
7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE	112
7.1.1 Programas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência Estudantil	114
7.1.2 Acessibilidade	116
7.1.3 Educação Inclusiva	116
7.1.4 Mobilidade Estudantil e Internacionalização	118
8. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM	

EDUCAÇÃO	118
8.1 CORPO DOCENTE	118
8.1.1 Atribuições do Coordenador	118
8.1.2 Relação do Corpo docente	119
8.1.3 Colegiado de Curso	121
8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	122
8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	122
8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão	123
8.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica	124
8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso	124
9. INFRAESTRUTURA	125
9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	125
9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL	126
9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO	128
9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA	129
9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE	129
9.6 ÁREAS DE APOIO	130
9.7 BIBLIOTECA	130
10 AVALIAÇÃO DO CURSO	132
10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	132

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 Processo

1.1.1.1 Número do processo do PPC
23411.015781/2022-14

1.1.2 Informações do Campus

Campus Paranaguá

Endereço: Rua Antônio Carlos Rodrigues, 453, Porto Seguro.

Telefone: (41) 3300-0134

Página virtual: paranagua.ifpr.edu.br

E-mail: gabinete.pgua@ifpr.edu.br

1.1.3 Denominação do Curso

CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL

1.1.4 Eixo Tecnológico

Produção Cultural e Design

1.1.5 Modalidade

Presencial

1.1.6 Forma de Oferta

Integrado

1.1.7 Turno do curso

Matutino.

1.1.9 Horário de oferta do curso

As aulas regulares serão distribuídas conforme horário abaixo. Turmas especiais em regime de dependência e grupos de estudo dirigido poderão ser ofertados no contraturno, de modo a evitar sobreposição com horários de componentes curriculares regulares.

	1ª aula	2ª aula	3ª aula	Intervalo	4ª aula	5ª aula	6ª aula
MANHÃ	07h30	08h20	09h10	10h00	10h15	11h05	11h55

1.1.10 Tempo de Duração do Curso

Quatro anos

1.1.11 Carga-Horária Total do Curso

3.370 horas

1.1.12 Carga Horária de Estágio Obrigatório

Não há estágio obrigatório no curso Técnico em Produção Cultural.

1.1.13 Tipo de matrícula

Por componente curricular

1.1.14 Regime acadêmico

Controle de frequência por ano letivo.

1.1.15 Vagas totais

40 (quarenta) vagas

1.1.16 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso

A escolaridade mínima exigida é o Ensino Fundamental II completo, além da aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o Campus.

1.1.17 Ano de criação do curso

2023

1.1.18 Ano de início da primeira turma

2024

1.1.19 Ano de ajuste curricular

Não se aplica.

1.1.20 Coordenador(a)

Nome: Juliana Regina Pretto

Titulação Máxima: Mestrado em Letras

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

1.1.21 Endereço de realização do curso

Rua e número: Antônio Carlos Rodrigues, 453

Bairro: Porto Seguro

Cidade: Paranaguá

UF: PR

CEP: 83215-750

1.1.22 Instituição Conveniada

Não se aplica.

1.1.23 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão

Profissão não regulamentada.

1.1.24 Comissão de Estruturação de Curso (CEC) (Portaria de Pessoal 64/2022):

Membro	Função
Juliana Regina Pretto	Presidente da Comissão de Estruturação de Curso
Leandro Gumboski	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Elvis Canteri de Andrade	Coordenador de Ensino
Alessandra Assad Angieski	Coordenadora de Pesquisa e Extensão
Antonio Carlos Vissotto Junior	Diretor de Planejamento e Administração
Alexandre Chiarelli	Docente
Aline Tschoke Vivan	Docente
Angélica Tomiello	Docente
Antônio Ferreira	Docente
Beatriz Bronislava Lipinski	Docente
Gilcimar da Cruz Leal	Docente
Ivã Vinagre de Lima	Docente
Ivani Ferreira	Docente
Izabel Carolina Raittz Cavallet	Docente
Lucas Barbosa Pelissari	Docente
Mariane Schaffer Dias	Docente
Rogério Baptistella	Docente
Rosana de Fátima S. Jammal Padilha	Docente
Sidney Reinaldo da Silva	Docente
Talita Stresser de Assis	Docente
Valério Brusamolin	Docente
Jussara Schmitt Sandri	Docente
Silvana Aparecida Marcondi	Representante da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE)
Márcio Paulo Ferreira	Bibliotecário

1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) fundamenta-se na lei maior que rege a educação brasileira, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual preconiza que a educação é um dever da família e do Estado, devendo inspirar-se “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo por fim o desenvolvimento pleno do educando, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, artigo 2º). Os princípios do ensino são: a igualdade de condições ao acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e à tolerância; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a valorização do profissional da educação escolar; a gestão democrática do ensino público; a garantia de qualidade; a valorização da experiência extra-escolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a consideração da diversidade étnico-racial; a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (BRASIL, 1996, artigo 3º).

Os Institutos Federais, criados pela Lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, têm por finalidades e características a oferta de educação profissional e tecnológica com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional, bem como o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, gerando adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais e consolidando o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (BRASIL, 2008, artigo 6º).

A Resolução 01 de 05 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que determina as bases para a educação profissional e tecnológica, tem como princípio o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O trabalho é o princípio educativo e a base para a organização curricular; a pesquisa, o princípio pedagógico. A indissociabilidade entre educação e prática social, interdisciplinaridade no planejamento curricular e na prática pedagógica e a promoção da inovação em todas as suas vertentes também são princípios que devem reger a educação (BRASIL, 2021, artigo 3º).

A oferta de cursos no IFPR tem como objetivos a formação de estudantes éticos, responsáveis, autônomos e criativos, preparados para o exercício da cidadania, correspondendo aos novos desafios socioambientais, pessoais e profissionais, cidadãos aptos a tomadas de decisões, que buscam soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento político, social, técnico, econômico e cultural do país. Também busca-se ofertar um ensino que contribua para preparar profissionais capazes de refletir criticamente sobre a ciência e as técnicas incorporadas nos processos de produção e de serviços. (IFPR, 2011, artigo 4º).

A construção deste PPC baliza-se na Resolução CONSUP/IFPR 64 de 23 de março de 2022, a qual estabelece as diretrizes para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPR. Tal documento tem como base a perspectiva da formação humana integral, que se orienta pelos seguintes princípios: 1) valorização e oferta da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todas e todos; 2) intencionalidade, expansão e garantia da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio como compromisso e valorização da educação básica; 3) concepção de educação politécnica, fundamentada nos saberes

historicamente produzidos, participação social, integração de conhecimentos e valores éticos e estéticos da educação; 4) compromisso com a superação das desigualdades sociais, assumindo o acesso plural, o acolhimento, a permanência e o êxito como eixos da política de inclusão escolar; 5) integração entre teoria e prática, entre formação geral e formação específica, entre parte e totalidade; 6) interdisciplinaridade como fundamento epistemológico com vistas a superar a fragmentação do conhecimento; 7) articulação com os perfis profissionais de conclusão de curso; 8) escuta e diálogo permanentes com a comunidade escolar como fundamento da prática educativa; 9) reconhecimento dos sujeitos com necessidades educacionais específicas, das identidades de gênero e de orientações sexuais, da diversidade étnico-racial, das religiosidades, assim como dos povos indígenas, quilombolas e das populações do campo.

Tendo em conta a Resolução nº 64 de 23 de março de 2022, os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPR constituem-se como direito ao exercício da cidadania e baseiam-se na formação humana integral para as diferentes dimensões da vida, ou seja, no trabalho nos seus sentidos ontológico e histórico, na ciência e nos processos de construção de conhecimentos, na cultura como expressão simbólica, estética e artística das relações sociais e na tecnologia como meios, produtos e processos desenvolvidos pela humanidade para satisfazer suas necessidades. A educação nos cursos de Ensino Médio integrado do IFPR baseia-se na concepção de educação politécnica: articulação entre os saberes historicamente produzidos; capacidade de o ser humano produzir sua existência; participação crítica como base para a construção e transformação da sociedade; integração dos conhecimentos científicos gerais e técnicos profissionais; produção de expressões com valores éticos e estéticos. Além disso, entende-se o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, firmando compromisso com a inclusão escolar, com a integração entre teoria e prática, com a interdisciplinaridade como fundamento epistemológico para superar a fragmentação do conhecimento, com o acesso plural, o acolhimento, a permanência e o êxito por meio de políticas de inclusão, assim como com a valorização e o fortalecimento da participação estudantil nos processos políticos e pedagógicos dos cursos e da instituição. (IFPR, 2022b).

Em consonância com a Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017, este PPC considera a avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem, permitindo subsidiar o planejamento e a prática de ensino. Tal processo é entendido como ciclo do conhecimento, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, o que pressupõe a relação entre teoria e prática. A avaliação pauta-se em princípios como a investigação, reflexão e intervenção, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, a acumulação, continuidade e processualidade, a percepção do ser humano como sujeito capaz de aprender e desenvolver-se, a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a prevalência do desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo, a presença e imbricação da objetividade e subjetividade nas relações pedagógicas e avaliativas. (IFPR, 2017b, artigos 3º, 4º e 5º).

Este PPC também considera a Resolução n. 69 de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a regulamentação dos Núcleos de Arte e Cultura (NAC). Tal núcleo, cujo papel é incentivar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPR e contribuir para a memória e a preservação do patrimônio cultural, fomenta projetos, programas, eventos e cursos de cunho educativo, artístico, cultural e social, promovendo a integração entre teoria e prática e difundindo conhecimento relativo à música, teatro, artes visuais, dança, culturas tradicionais, patrimônio material e imaterial e áreas afins.

Este projeto pauta-se na Resolução n. 71 de 20 de dezembro de 2018, a qual aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), cujas ações e

atividades objetivam realizar debates e reflexões, no âmbito do IFPR e da sociedade civil, a respeito das relações étnico-raciais, com especial atenção a populações negras, africanas, afrodescendentes e originárias tradicionais (etnias indígenas). Tais ações visam a produzir conhecimentos e estimular práticas e atitudes que incidam no combate à invisibilidade que caracteriza essas identidades socioculturais nos espaços públicos e de poder, assim como na tomada de consciência sobre os direitos dessas populações.

Ademais, este PPC orienta-se pela Resolução nº 04, de 28 de março de 2019, a qual institui a política de inovação tecnológica e de estímulo ao empreendedorismo. Conforme seu artigo 5º, tal política visa ao fomento, à produção e à difusão da inovação, assim como a criação, desenvolvimento e consolidação da cultura do empreendedorismo no âmbito do IFPR, sendo os seus objetivos específicos: 1) estímulo à colaboração entre o IFPR e os setores produtivos; 2) fomento às atividades de produção e transferência de tecnologia; 3) busca por participação estratégica nos esforços de desenvolvimento local e regional; 4) promoção do empreendedorismo e do cooperativismo entre os estudantes; 5) estímulo ao processo de inovação na comunidade acadêmica do IFPR; 6) fortalecimento ao emprego da inovação aberta em plataformas colaborativas e ao uso de licenças alternativas.

Este Curso Técnico em Produção Cultural do IFPR Paranaguá toma por base a 4ª edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). De acordo com a CBO, produtores culturais “trabalham principalmente em atividades culturais, recreativas, desportivas, em empresas públicas ou privadas, como empregados ou prestadores de serviços”, sendo habilidades necessárias ao exercício da ocupação a pesquisa, a organização, a supervisão e as capacidades ligadas ao relacionamento interpessoal (BRASIL, 2010, p. 399). As atividades do produtor cultural se desenvolvem predominantemente em equipes e em horários irregulares e não demandam nível de escolaridade determinado para seu desempenho, no entanto cada vez mais será desejável que os profissionais apresentem escolaridade de nível superior, “seguindo a tendência de profissionalização que vem ocorrendo na área das artes”. (BRASIL, 2010, p. 399). Segundo o CNCT, o Técnico em Produção Cultural é uma profissão não regulamentada, e o curso técnico deve ter biblioteca com acervo físico ou virtual específico, laboratório de informática como infraestrutura mínima ao seu funcionamento e ao menos 800 horas.

Em relação à carga horária dos cursos técnicos integrados, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF), em suas diretrizes indutoras, resolve adotar como referência as cargas horárias estabelecidas pela Resolução 06 de 20 de dezembro de 2012 do CNE: “3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais do CNCT, com um máximo de 5% sobre a carga horária total, excluída a carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório, quando previsto” (CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2018, p. 17). No que tange à carga horária, a Resolução 64 de 23 de março de 2022 estabelece em seu artigo 22:

II- para os cursos organizados em 4 anos, deve ser priorizada a oferta em turno único e serão considerados:

a) o mínimo de 3.200 horas para a duração total do curso, distribuídas em, no mínimo, 800 horas anuais;

b) carga horária mínima de 800 horas anuais, sem ultrapassar 10% da carga horária total, incluindo a carga horária do estágio supervisionado obrigatório, quando previsto.

1.3 JUSTIFICATIVA

1.3.1 Contexto histórico do IFPR

Ao discutir sobre os Institutos Federais é necessário retroceder historicamente às suas origens, que apresentam um percurso enquanto rede federal a partir de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices na gestão do presidente Nilo Peçanha (1909-1910), com a promulgação do decreto n. 7.566 de 1909. Através desse decreto foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais brasileiras, abrangendo todas as regiões do país, desta forma identifica-se esse ponto enquanto um marco de início da rede federal de educação técnica (MANFREDI, 2002). Originalmente o processo de criação das Escolas de Aprendizes Artífices abrangeu todas as regiões do Brasil e a maior parcela das capitais nacionais, sendo todas as Escolas instituídas no ano de 1910.

Em 1937, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais através da promulgação da lei n. 378 em sintonia com a Constituição promulgada no mesmo ano. A compreensão da transformação deveria estar englobada em uma visão estratégica pela qual a educação profissional seria definida por meio de uma política pública, criando um espaço onde diversos segmentos sociais poderiam alinhar o desenvolvimento social e econômico. (MANFREDI, 2002)

Porém, ao questionar esse novo alinhamento proposto para os Liceus Industriais, ocorre novamente a incidência, no artigo 129 da Constituição de 1937, de que:

O ensino profissional (...) destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937)

Assim, novamente se interliga a formação profissional ao processo de controle e disciplinarização da mão-de-obra que seguiria o setor industrial, inclusive indicando como no corpo da lei a criação de escolas de aprendizes para os filhos dos operários, desta forma visando a manter a coletividade do operariado em suas atividades laborais. Nesse globo o processo educacional ocorre através da formação exclusivamente técnica, não atendendo à formação social e cultural do estudante, situação que possibilitaria a abertura de um leque profissional mais amplo.

Ainda durante o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1942, os Liceus Industriais passaram a ser denominados Escolas Industriais e Técnicas; esse processo ocorreu através da Reforma Capanema, com a instituição do Decreto-Lei n. 4.073, que estabelecia a lei orgânica do ensino industrial. Por meio dessa reforma, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a ter nível secundarista, enquanto os antigos Liceus ainda consistiam em instituições de nível primário (BRASIL, 1942).

Esse processo de transição do nível dessas instituições também coincide com a segmentação das características pedagógicas e dos objetivos de formação dos estudantes, visto que o item 3 do artigo 5º do Decreto-Lei n. 4.073 indica que “no currículo de toda formação profissional, incluir-se-ão disciplinas de cultura geral e práticas educativas, que concorram para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador” (BRASIL, 1942).

Em 1959, ainda durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi promulgado o decreto n. 47.038 de 16 de outubro de 1959. Esse documento realizava a regulamentação do ensino industrial no território brasileiro e junto a isso transformava as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias federais instituídas com a nomenclatura de Escolas Técnicas Federais; ainda considerando uma especificidade em relação ao modelo anterior, as instituições passariam a ter autonomia didática, administrativa, técnica e financeira (MANFREDI, 2002).

Pelo Decreto n. 47.038 as finalidades do ensino industrial estavam regulamentadas enquanto:

Art.1º O Ensino Industrial, ramo da educação de grau médio, tem as seguintes finalidades:

- a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam aos educandos integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;
 - b) preparar o educando para o exercício de atividade especializada, de nível médio.
- (BRASIL, 1959).

Pelo corpo da lei, enquanto suas finalidades, se percebe um alinhamento com determinadas ideias pedagógicas que seriam também aplicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, a futura lei n. 4.024, mais especificamente no que dispõe o capítulo III, que discute as questões do Ensino Técnico no âmbito industrial, agrícola e comercial. Após a promulgação da LDB, realizava-se um incipiente alinhamento de equivalência entre o ensino técnico e o ensino acadêmico, realizando um processo de dissociação do ensino técnico exclusivo aos indivíduos sem perspectivas socioeconômicas, como indicado no texto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909.

Porém no período da década de 1960, como resultado do Golpe Militar de 1964, o desenvolvimento das ações educacionais levou à promulgação da segunda LDB, instituída em 1971, numerada como lei n. 5.692. A nova LDB realizava de maneira compulsória a adoção do sistema de ensino técnico em todas as escolas de segundo grau do território nacional, e iniciava-se um modelo tecnicista educacional (MANFREDI, 2002; MAGALHÃES, 2011). Criava-se uma nova estrutura vigente, fundamentada na formação de profissionais técnicos, em quantidade, no menor espaço de tempo, e esse processo tinha características resultantes do crescimento econômico brasileiro durante a década de 1970, denominado como “Milagre Econômico” (FAUSTO, 2012).

Nesse cenário, em 1978, através da lei n. 6.545, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro passam a instituir os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), os quais, pelo artigo 1º da lei, ficavam autorizados a “organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação” (BRASIL, 1978). O primeiro modelo dessa divisão seguiria as normativas anteriormente definidas pelo Conselho Federal de Educação e uma nova modalidade de curso, a Engenharia de Operações (BRANDÃO, 2009), com duração reduzida para três anos, visando:

atender demandas da indústria, em especial da automobilística que, em função do crescente desenvolvimento tecnológico, passou a exigir um profissional mais especializado em uma faixa menor de atividades, capaz de encaminhar soluções para os problemas práticos do dia a dia da produção, assumindo cargos de chefia e orientando na manutenção e na superintendência de operações (Parecer CNE/CP 29, 2002, p.5).

Esse modelo de curso levava conseqüentemente a uma transferência, para o engenheiro operacional, das funções que até o momento anterior eram executadas por técnicos operacionais das atividades (BRANDÃO, 2009). O processo de elaboração do curso contextualiza-se com a transferência de indústrias, especialmente as poluidoras do meio ambiente, das nações centrais para os estados periféricos (DAGNINO, 2009) (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004), e desta forma torna-se necessário qualificar os profissionais dessas nações para melhor eficiência das ações desse modelo industrial. O processo de expansão teria definição a partir de 1994, com a promulgação da lei n. 8.948, o documento que institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o qual, no artigo 3º, decretava que “as atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica” (BRASIL, 1994), porém no § 1º orientava que “a implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro” (BRASIL, 1994); ainda considerava a transformação das Escolas Agrotécnicas em Cefets “após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto” (BRASIL, 1994).

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, ocorre a promulgação da nova LDB, a lei n. 9.394, que redigia um capítulo com quatro artigos apresentando a educação profissional, no qual pode-se utilizar especialmente os artigos 39 e 40, que indicam:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

(...)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1994).

No artigo 39 observa-se que a junção entre educação, trabalho, ciência e tecnologia orienta-se enquanto princípio norteador da educação profissional. Dessa forma, no artigo seguinte, o de número 40, a descrição da lei orienta sobre as possibilidades de desenvolvimento desse princípio. No artigo 40, a indicação de que a educação profissional será desenvolvida articulando o ensino regular com outras características do aspecto profissionalizante fundamenta o espaço do ensino enquanto aspecto integrado, modalidade que será ofertada futuramente pelos Institutos Federais (IFs).

Durante as primeiras duas décadas do século XXI, com a construção de uma política neodesenvolvimentista, ocorre a promulgação da lei nº 11.892/2008, pela qual os diversos Cefets existentes no território brasileiro passaram a compor a rede federal de educação técnica através da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, porém desconsiderando aqui casos específicos como o CEFET/PR que tornou-se Universidade Tecnológica, e os CEFET/RJ e CEFET/MG que mantiveram a nomenclatura. Com a criação dos IFs através de um sistema organizado e planejado enquanto estrutura de verticalização do acesso ao ensino, elaborou-se um modelo organizacional, consistindo, em parte, de um planejamento existente desde meados de 2003 e que engloba os dois mandatos do presidente Lula, o qual orientou uma especial expansão da rede federal de ensino a partir do seu segundo mandato, elemento que consistia em um processo reformatório do panorama educacional (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015) (DEITOS; LARA, 2016).

Ao questionar a elaboração da lei n. 11.892/2008 como parte de um processo de reforma do panorama educacional, torna-se necessário compreender a educação profissional, técnica e tecnológica enquanto integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), colaborando para a concretização de uma estrutura maior, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que posteriormente foi dividido em duas fases (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015) (OTRANTO, 2010). A primeira fase do PAC foi criada em 2007 tendo como fundamento a execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento da nação, bem como a geração de trabalho e renda. A segunda fase do PAC teve início em 2011, através de parcerias com estados e municípios para a continuidade e ampliação na execução de obras de infraestrutura em segmentos sociais, urbanos, logísticos e energéticos (BRASIL/Ministério do Planejamento, 2012).

O conjunto de ações do PAC consistiu em planejamentos e atividades anteriores à sua criação, mas que ganharam força e evidenciaram suas perspectivas por meio de um plano de maior amplitude. O panorama educacional nesse processo ganha consistência através de um tripé composto pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (DEITOS; LARA, 2016). Para a finalidade discutida nesse momento, o foco será indicado no terceiro item do tripé.

Durante as primeiras décadas do século XXI, no curso de uma nova política para a educação profissional, ocorreu a promulgação da Lei n° 11.892/2008, que veio a compor a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. O Instituto Federal do Paraná (IFPR) teve origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e, de acordo com o artigo 7° da lei 11.892/2008, objetiva ministrar cursos de nível superior, de formação inicial e continuada e educação profissional técnica de nível médio; estes últimos “prioritariamente na forma de cursos integrados” (BRASIL, 2008). Ainda segundo tal lei, em seu artigo 8°, os Institutos Federais devem garantir o mínimo de 50% de vagas para atender a cursos técnicos de nível médio. Até o ano de 2022, contando com três cursos de nível médio, o IFPR Paranaguá não cumpre com esse quesito da legislação, pois o total de novas vagas anuais ofertadas neste nível totaliza 26,37%.

A abertura do Curso Técnico em Produção Cultural está em conformidade tanto com a lei de criação dos institutos federais quanto com o que é apontado no Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus Paranaguá. Esse último documento assinala que a relação aluno–professor (RAP) está abaixo da meta, apontando a possibilidade de abertura de alguns cursos, dentre eles na área cultural, como o Curso de Produção Cultural (Técnico ou de Tecnologia) ou especializações.

A criação do curso também deverá auxiliar no cumprimento de algumas metas estabelecidas no Relatório da Comissão Local do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. São elas metas de cunho artístico/cultural: estimular os estudantes e os servidores à participação em eventos artísticos e culturais e melhorar a divulgação dos eventos promovidos pelo *campus*, objetivando maior participação da comunidade do entorno. Além disso, há as metas relacionadas à memória e patrimônio culturais e à produção artística e cultural: “organizar um grupo de servidores que possa desenvolver um plano ou planejamento nesta área” (IFPR, 2020, p. 10). O curso proposto tem plenas condições de fomentar a participação da comunidade acadêmica e externa em eventos culturais e artísticos a serem promovidos tanto pelos professores quanto por seus futuros estudantes, que terão de exercitar as habilidades desenvolvidas nas aulas. Ademais, as metas relacionadas à memória e ao

patrimônio culturais e à produção artística e cultural deverão ser algo constante dos projetos de ensino, pesquisa e extensão dos docentes.

1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP

A cidade de Paranaguá, localizada no litoral paranaense, historicamente tem sua ligação com as atividades marítimas, seja nas ações comerciais, sociais e culturais, desde os primórdios da colonização. A pluralidade das atividades ligadas ao espaço litorâneo levou a um crescimento populacional na região. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1970 e 2010, a população de Paranaguá cresceu acima da média do Paraná, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 1 – Estado do Paraná e município de Paranaguá: população residente (1970-2010)

Ano	População residente			Taxa média de crescimento anual	
	Paraná (A)	Paranaguá (B)	A:B x 100	Paraná	Paranaguá
1970	6.929.868	62.327	0,90	-	-
1980	7.630.466	82.067	1,07	0,97	2,79
1991	8.433.299	107.601	1,27	0,92	2,49
2000	9.558.454	127.339	1,33	1,39	1,89
2010	10.444.526	140.469	1,34	0,89	0,99

Fonte: MIQUILINI; LINS, 2019, p.18.

O crescimento populacional da cidade é considerado como sendo motivado pelas relações porto-cidade através das décadas, mesmo apresentando uma redução na velocidade de crescimento recente, fator que também ocorre quando observamos os dados do estado do Paraná.

Ao analisar os dados da cidade de Paranaguá, verificamos que os arranjos locais pensados de maneira mais ampla nos termos sociais, culturais, artísticos e até ambientais direcionam para pensarmos em Arranjos Produtivos Locais (APL), que são definidos por Zamignan (2012, p. 13) como uma alternativa; tais arranjos “estimulam a formação de aglomerações territoriais entre agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos entre si com foco em um conjunto específico de atividades econômicas”, sendo que o APL “tem como aspecto central a questão econômica, voltado à produção de bens e serviços” (ZAMIGNAN, 2012, p. 13). Desse modo, a discussão dos arranjos produtivos deve abordar também os elementos ambientais, sociais, culturais e artísticos locais.

Com o intuito de sustentar os arranjos plurais, adota-se a pluralidade de autores, como Diegues (2008) e Gramani (2009). A sintonia entre os autores consegue evidenciar a interligação da cultura caiçara através da produção, arte e cultura. Diegues (2008, p.95) contextualiza que “as culturas tradicionais decorrentes da pequena produção (...) não se encontram no entanto isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas”. Gramani (2009, p. 24) corrobora ao descrever que a prática artística existe salvaguardando

características específicas, criando assim uma realidade artística muito rica, variada e peculiar. A idéia de confraternização e de alegria está intimamente associada ao fandango. Esta manifestação artística se dá, de fato, sob forma de festa, de divertimento coletivo, e assim como a maioria das manifestações populares, envolve uma parcela da comunidade.

Diegues (2008), em sintonia com o apontamento de Gramani (2009), apresenta que os arranjos ambientais, sociais, culturais e artísticos locais são específicos em cada localidade, envolvendo um mecanismo de relação entre o meio ambiente e a comunidade, fator que é contemplado na lei 11.892/2008, no artigo 6º. Logo, o que se tenta aqui apresentar é a impossibilidade de pensar os APL única e exclusivamente pelo viés econômico; é preciso dialogar com os aspectos sociais e culturais locais, aliando a isso as condições explicadas por Zamignan (2012).

De acordo com o exposto nos parágrafos anteriores, pode-se constatar como o curso de Produção Cultural interliga-se com o PDI do IFPR, fortalecendo de maneira indissociável os índices relacionados ao ensino médio técnico e contribuindo diretamente para incrementar as ações Artístico/Cultural, item presente no PDI. Vale ressaltar que o curso não está previsto no PDI vigente, visto que ele contempla o período de 2019 a 2023, mas estará previsto no próximo PDI cujo início da vigência é 2024. Complementa-se a isso que o atual PPP (2022-2024) cita a necessidade e o ensejo do campus Paranaguá de abrir um quarto curso técnico integrado, e Produção Cultural está no rol de possibilidades.

A contribuição com os itens das ações Artístico/Cultural se fundamenta através da ampliação de projetos vinculados a arte e cultura que serão registrados no Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) devido ao desenvolvimento das ações ligadas ao curso de ensino médio integrado, ações estas que serão desmembradas através das linguagens artísticas do teatro, dança, música, literatura e artes visuais, que constituem outro índice ligado às ações artísticas do PDI. Também deve-se salientar que os projetos, uma vez vinculados ao COPE, geram relatórios e publicações, elementos que também contribuem com um indicador específico no PDI.

Outros indicadores do PDI que estarão inerentemente sendo melhorados através do curso de Produção Cultural é o vínculo de estudantes com ações de arte e cultura, visto que a própria existência do curso estará inserindo os estudantes em ações formativas de cunho artístico-cultural, e o aprimoramento desses projetos consiste na qualificação para aprovação destes em programas de fomento no âmbito interno e externo do IFPR, elementos que constituem novamente em indicadores do PDI.

O curso de Produção Cultural ainda possibilita ligação enfática com as ações no âmbito do Patrimônio Artístico e Cultural, outro item específico do PDI, e que se torna extremamente relevante no espaço onde o campus Paranaguá está inserido, visto que o litoral paranaense possui dois centros históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o de Paranaguá e o de Antonina, e ainda possui arranjos culturais locais imateriais, também tombados pelo IPHAN, como a capoeira, o fandango caiçara e a Festa de Nossa Senhora do Rocío.

Deste modo o desenvolvimento dos estudantes no interior do curso de Produção Cultural caracteriza uma capacitação que possibilitará o envolvimento dos estudantes em ações e projetos que tenham como perspectiva todo patrimônio material e imaterial da região, fortalecendo inclusive o vínculo com o Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Destaca-se que todos esses itens fundamentam-se enquanto indicadores próprios do PDI; desta maneira evidencia-se que a existência do ensino médio integrado em Produção Cultural cria uma simbiose com o próprio PDI institucionalizado para o período. As práticas pedagógicas que no desenvolvimento do

curso de Produção Cultural contribuem para os indicadores do PDI estão estruturadas e interligadas a elementos que são caros ao PDI do IFPR, visto que são ambos influenciados pelas políticas criadas no âmbito institucional para consolidar e aprimorar a qualidade das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O modelo de ingressos dos estudantes no IFPR, tendo parcela significativa das vagas destinadas a ações afirmativas, dialoga com as contribuições da pedagogia histórico-crítica, que indica a necessidade de as classes populares utilizar do conhecimento historicamente construído para fazer dele o mecanismo de emancipação frente à realidade constituída, caracterizando deste modo as ações de arte e cultura enquanto espaço de transformação da realidade social.

O espaço escolar tem papel fundamental na construção dessa realidade social, especialmente quando consegue criar uma sensação de pertencimento por parte dos estudantes, maximizando a relação com os conteúdos de ensino trabalhados, considerando que, no caso específico da produção cultural, grande parte dos conteúdos constitui-se em saberes característicos do próprio litoral paranaense, o que se pode denominar de saberes caiçaras.

Esse processo dos saberes caiçaras vincula-se intimamente com a proposta do PPI enquanto “significação humana e social, para que, assim, a experiência prévia que o estudante possui possa, progressivamente, transformar-se em conhecimento científico sistematizado” (IFPR, 2020, p. 211). Os aspectos que o curso de Produção Cultural possibilita integrar e discutir fazem uma interligação entre dois caminhos de extrema importância, o trabalho e a cultura, caminhos estes que serão interligados através da ponte constituída pelo conhecimento científico, o que também colabora para “superar, no âmbito da formação profissional e tecnológica, a dicotomia que historicamente caracterizou esses elementos presentes na organização social.” (IFPR, 2020, p. 212), visto que historicamente se observou o conhecimento para o trabalho como saber prático, enquanto o saber científico estaria ligado a um grupo de outros exercícios profissionais.

A compreensão de que o conhecimento está vinculado à significação humana e social consta também no PPP do campus Paranaguá, que sustenta a necessidade de estruturar quatro pilares que contribuem para a educação profissional e tecnológica, sendo eles a Ciência, a Tecnologia, a Arte e a Cultura. As duas últimas categorias incorporam a essência da produção cultural articulada neste projeto, enquanto a concepção de Ciência e Tecnologia contextualiza as bases da educação profissional e tecnológica. Desta percepção de vinculação contatou-se que o segmento cultural consiste em uma possibilidade de ampliação dos vínculos campus-comunidade.

No processo de elaboração do PPP vigente do campus Paranaguá, articula-se a discussão sobre a implementação de novos cursos no campus, e esse ensejo é endossado por um conjunto de motivos, os quais pode-se destacar um aprofundamento na vinculação com os arranjos culturais locais, a ampliação de vínculos existentes, como a comunidade externa e instituições parceiras, assim como a uma melhora no RAP. Destaca-se ainda que, após um conjunto de diálogos, entendeu-se “que o melhor planejamento para o Campus é analisar a viabilidade de abertura de um quarto curso técnico integrado ao ensino médio” (IFPR, 2022a, p. 117). É nessa perspectiva que a vinculação da proposta de abertura de curso nasce de um conjunto de debates oriundos em diversos segmentos, sendo registrado em documento norteador do campus.

Os diálogos articulados em um histórico mais recente do campus e as demandas existentes na região que o campus Paranaguá atende refletem um conjunto de grupos sociais que possuem padrões culturais próprios, porém semelhantes e convergentes em determinados pontos, elementos que são reflexo de um recorte histórico. É nesse cenário que a arte se

manifesta “nas práticas da EPT como forma de apreensão, elaboração e reelaboração coletiva das próprias relações culturais estabelecidas no contexto social” (IFPR, 2022a, p. 103). Desse modo, destaca-se a sintonia de elementos entre os documentos norteadores e os diálogos neste projeto de criação, assim como sua vinculação aos arranjos culturais locais, espaço em que o IFPR Campus Paranaguá exerce trabalho reconhecido durante toda sua existência, e neste momento objetiva-se estruturar mais uma etapa desse processo.

1.3.3 A criação do curso no campus

Segundo o IBGE em sua página virtual, no censo de 2010 a população de Paranaguá era de 140.469 habitantes, com projeção de 157.378 para 2021. Em 2010, o número de habitantes na faixa dos 15 aos 19 anos era de 13.029 habitantes, com taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de 98%. Há 31 escolas que ofertam cursos de Ensino Médio, com 6.248 matrículas em 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Diante desse panorama, no ano de 2022, a comissão designada em portaria para a proposta de abertura deste Curso Técnico Integrado em Produção Cultural realizou uma pesquisa de opinião em escolas estaduais com estudantes de 9ºs anos do Ensino Fundamental e 1ºs anos do Ensino Médio para averiguar o interesse desses sujeitos pelo curso em questão. Foram quatro as escolas escolhidas para a realização dessa pesquisa: Colégio Estadual Roque Vernalha, Colégio Estadual Doutor Arthur Miranda Ramos, Colégio Estadual Porto Seguro e Colégio Estadual Carmem Costa Adriano, com um total de 591 participantes. A escolha por tais escolas se deu pelo fato de boa parcela dos estudantes do *Campus* serem oriundos delas, conforme averiguado em levantamento feito junto aos alunos de Ensino Médio pela comissão mencionada acima.

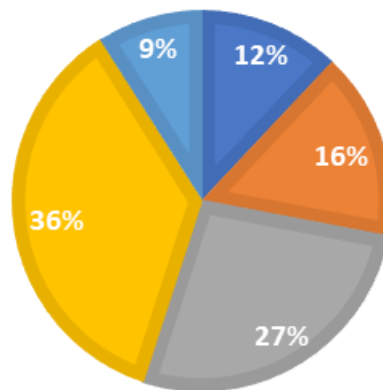
A pesquisa contou com duas perguntas simples, após o indicativo dos Dados Pessoais (nome completo, colégio, residência, e-mail e telefone), das quais conseguiu-se extrair dados necessários para observar a relevância da proposta do curso. A primeira pergunta exigia dos participantes a indicação da ordem de preferência dada aos cursos disponibilizados no *Campus*, dentre os quais: Técnico em Produção Cultural e os três cursos já existentes, Técnico em Mecânica, Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente. Dessa forma, observaram-se 24 combinações possíveis de preferência indicadas pelos estudantes.

Na segunda questão, os estudantes foram questionados sobre o interesse em ingressar no IFPR fazendo o curso Médio Técnico em Produção Cultural. Para essa questão foram oferecidas três alternativas: sim, não seria minha 1ª opção ou não. Junto a essa segunda questão, havia um breve indicativo do que o curso proporcionará ao profissional formado em produção cultural a nível médio técnico, a fim de elucidar o panorama mercadológico de atuação dos profissionais.

No Colégio Estadual Roque Vernalha, conforme gráfico abaixo, 153 alunos participaram das respostas do formulário: 83 (54,2%) do público feminino e 70 (45,7%) do público masculino. Uma das fichas foi respondida, porém, não havia identificação do candidato, e, portanto, não foi contabilizada, uma vez que poderia invalidar o processo de pesquisa, suscitando dúvidas sobre a veracidade dos demais dados coletados. Quanto à ordem de preferência, os estudantes tinham seis possibilidades de indicativo, contendo o curso de Produção Cultural em 1º, 2º, 3º ou 4º lugar: 12% dos alunos o indicaram em 1º lugar; 16% em 2º lugar; 27% em 3º lugar e 36% em 4º lugar. Nove por cento dos estudantes ou não responderam à primeira questão ou responderam de maneira incorreta, deixando-a em branco e assinalando um X, como numa questão de múltipla escolha.

ORDEM DE PREFERÊNCIA ESCOLA ESTADUAL ROQUE VERNALHA

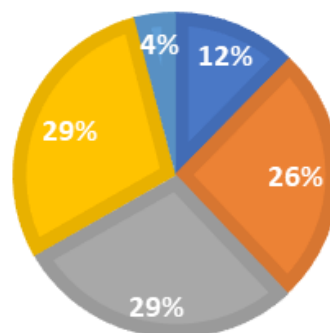
■ PREFERÊNCIA 1 ■ PREFERÊNCIA 2 ■ PREFERÊNCIA 3
■ PREFERÊNCIA 4 ■ NÃO RESPONDEU



No Colégio Estadual Arthur Miranda Ramos, conforme gráfico abaixo, 214 alunos participaram das respostas do formulário: 106 (49,5%) do público feminino e 108 (50,4%) do público masculino. Quanto à ordem de preferência, os estudantes também tinham as seis possibilidades de indicativo, contendo o curso de Produção Cultural em 1º, 2º, 3º ou 4º lugar: 12% dos alunos o indicaram em 1º lugar; 26% em 2º lugar; 29% em 3º lugar e 29% em 4º lugar. Quatro por cento dos participantes ou não responderam à primeira questão ou responderam de maneira incorreta, deixando-a em branco e assinalando um X, como numa questão de múltipla escolha.

ORDEM DE PREFERÊNCIA COLÉGIO ESTADUAL ARTHUR MIRANDA RAMOS

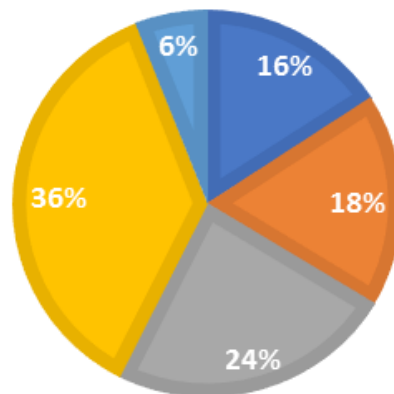
■ PREFERÊNCIA 1 ■ PREFERÊNCIA 2 ■ PREFERÊNCIA 3
■ PREFERÊNCIA 4 ■ NÃO RESPONDEU



No Colégio Estadual Porto Seguro, conforme gráfico abaixo, 49 discentes participaram das respostas do formulário: 29 (59,1%) do público feminino e 20 (40,8%) do público masculino. Quanto à ordem de preferência, os estudantes indicaram o curso de Produção Cultural: em 1º lugar 16%; em 2º lugar 18%; em 3º lugar 24% e 37% em 4º lugar. Seis por cento dos participantes ou não responderam à primeira questão ou responderam de maneira incorreta, deixando-a em branco e assinalando um X, como numa questão de múltipla escolha.

ORDEM DE PREFERÊNCIA COLÉGIO ESTADUAL PORTO SEGURO

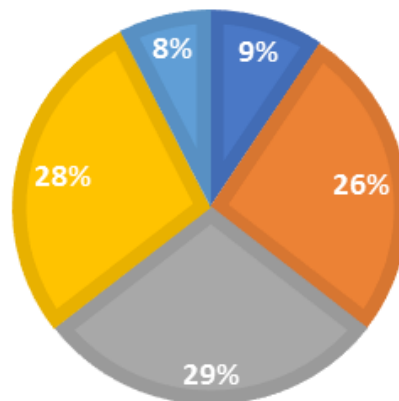
■ PREFERÊNCIA 1 ■ PREFERÊNCIA 2 ■ PREFERÊNCIA 3
■ PREFERÊNCIA 4 ■ NÃO RESPONDEU



No Colégio Estadual Carmem Costa Adriano, conforme gráfico abaixo, 175 discentes participaram das respostas do formulário: 88 (50,2%) do público feminino e 87 (49,7%) do público masculino. Quanto à ordem de preferência, os estudantes indicaram o curso de Produção Cultural: em 1º lugar 10%; em 2º lugar 28%; em 3º lugar 31% e 30% em 4º lugar. Oito por cento dos participantes ou não responderam à primeira questão ou responderam de maneira incorreta, deixando-a em branco e assinalando um X, como numa questão de múltipla escolha.

ORDEM DE PREFERÊNCIA COLÉGIO ESTADUAL COSTA ADRIANO

■ PREFERÊNCIA 1 ■ PREFERÊNCIA 2 ■ PREFERÊNCIA 3
■ PREFERÊNCIA 4 ■ NÃO RESPONDEU



Ao observar somente os dados acima, relacionados à primeira pergunta, verifica-se que cerca de 12% de todos os participantes indicaram o curso como primeira opção, porém, ao entenderem que o curso pode ser uma oportunidade de ingresso no Instituto Federal do Paraná, sinalizaram grande interesse ao compor 35% dos discentes que assinalaram “SIM” para a pergunta 2.

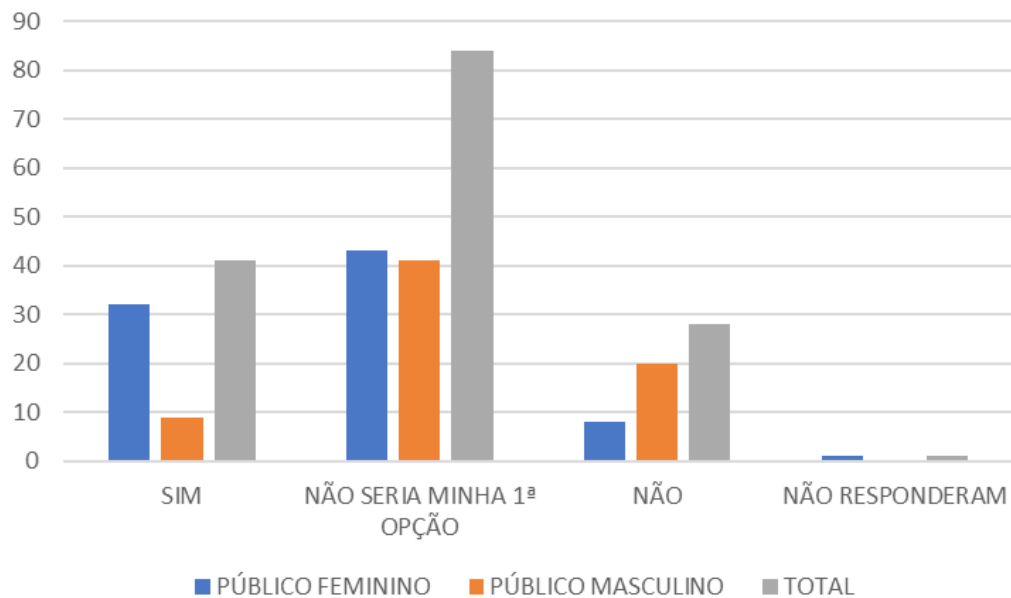
Na segunda questão, observamos que o público feminino ganha destaque na preferência ao curso de Produção Cultural, com 23% (do total geral) de interesse no ingresso no IFPR a partir da oferta do referido curso, quase um quarto, na soma das quatro instituições participantes. Este se torna um dado relevante ao compreendermos o ambiente de trabalho da Produtora Cultural, onde jovens mulheres ganham cada vez mais espaço no mercado como produtoras culturais. Como na pesquisa de mestrado intitulada “Produtoras Culturais: um estudo sobre a participação das mulheres na Cultura Brasileira”, Silva (2020) indica que muitas mulheres atuam de maneira informal no mercado cultural brasileiro – principalmente por desconhecerem o mercado e as maneiras de nele se inserirem. Para a devida inserção desse público, as condições de formação devem ser ofertadas e é nesse ponto que a proposta do curso de Produção Cultural ganha relevância social.

Nesse sentido, contribui-se, também, para a proposta presente no Projeto Político Pedagógico do *Campus* IFPR Paranaguá (2022-2024), que define como ações para combater discriminações de gênero: a promoção de ações que contribuam para a redução das assimetrias de poder entre homens e mulheres com projetos de pesquisa, extensão, bem como a partir da prática docente. Ao valorizar esse interesse e atuação feminina, trazemos para a discussão a naturalização de campos sócio-historicamente demarcados como masculinos ou femininos no mundo do trabalho, viabilizando caminhos para romper com a segregação ocupacional ou mesmo vertical de gênero.

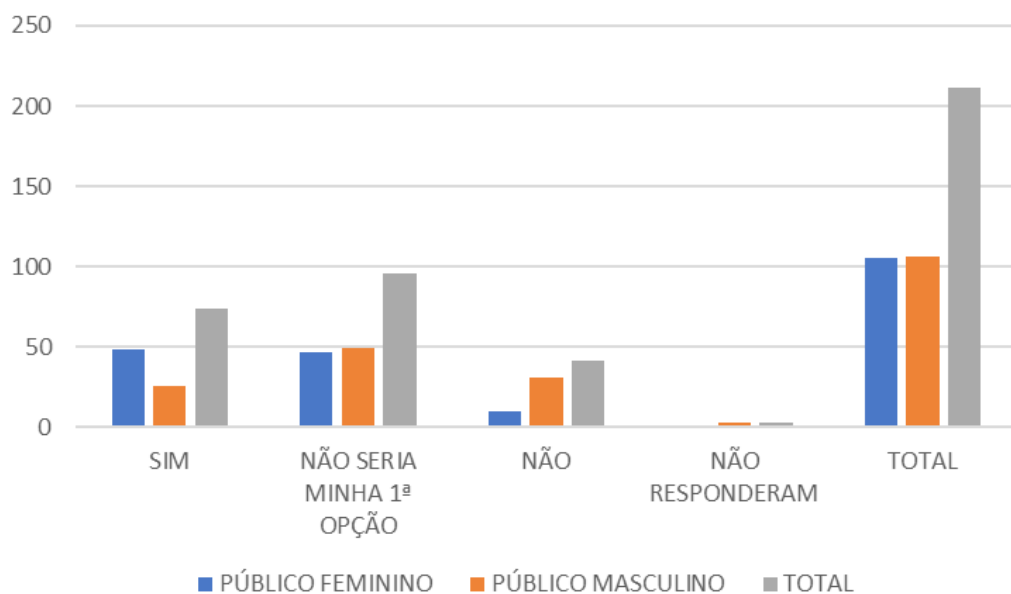
Associada à valorização do interesse do público feminino, observa-se uma lógica de resposta que associa os “NÃOS” definitivos no interesse de ingresso através do curso com o público majoritariamente masculino, o qual prefere as áreas de exatas em detrimento de estudos na área das Ciências Humanas, em que a proposta do curso se insere. Cento e oitenta

e oito estudantes (32%) colocaram o curso como última opção e, destes, 137 (23% do total geral) são do público masculino. Vejamos como as respostas da segunda questão se organizaram.

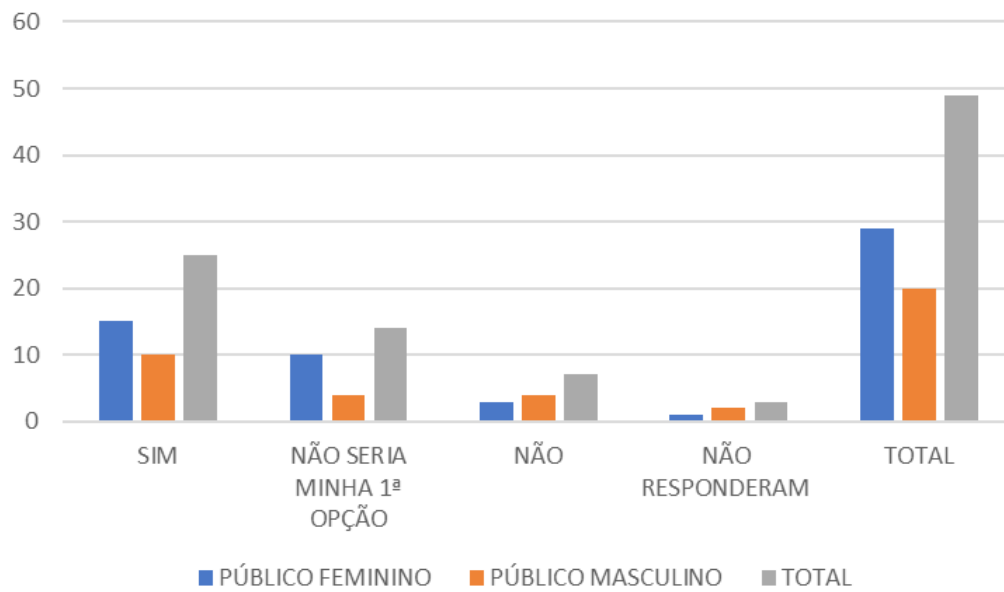
COLÉGIO ESTADUAL ROQUE VERNALHA



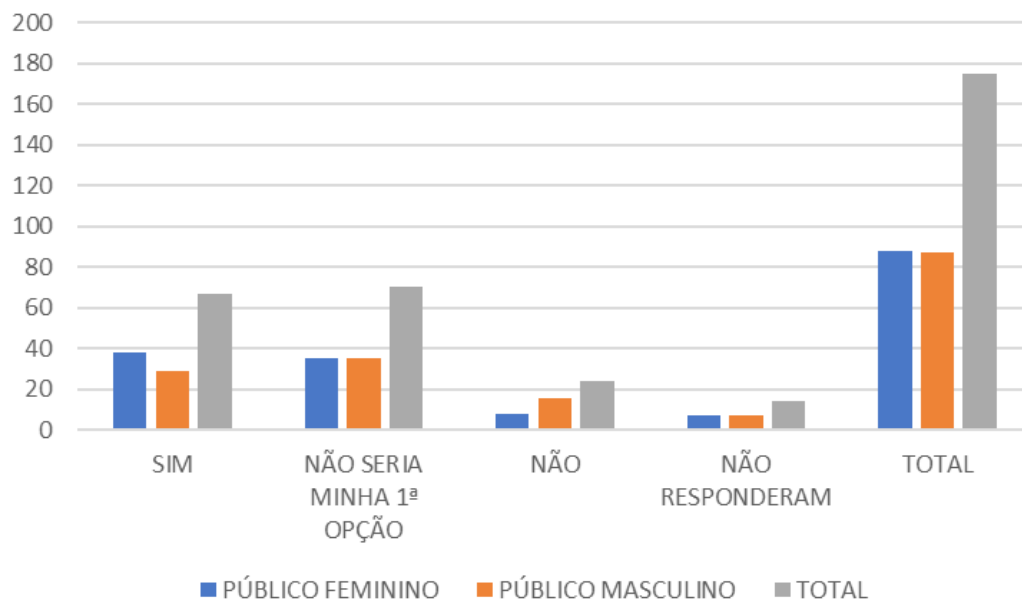
COLÉGIO ESTADUAL ARTHUR MIRANDA RAMOS



COLÉGIO ESTADUAL PORTO SEGURO



COLÉGIO ESTADUAL CARMEM COSTA ADRIANO



Ao analisar tais dados e a relevância da proposta do Curso Médio Técnico de Produção Cultural, observam-se dados positivos com os estudantes que indicaram o curso entre as três primeiras opções. Alguns estudantes responderam que o curso não seria sua primeira opção, 100 (17%), porém, no total, 138 (23%) colocaram o curso como uma possível segunda opção e 170 (29%) como terceira opção. Assim, temos 408 alunos (69% do total) indicando a relevância do curso. Tais dados demonstram, portanto, que o curso é realmente importante para a comunidade ao ser considerado no rol das primeiras opções dos estudantes, em detrimento de cursos já estabelecidos ao longo de mais de uma década de instituição. Esse indicativo ocorre até mesmo por ser uma nova proposta, uma novidade que precisa ser consolidada culturalmente na comunidade parnanguara, que já concebe o IFPR como um local de ensino de qualidade.

Com isso, o público que observa e poderá observar no IFPR uma oportunidade de estudos a nível médio se mostra extremamente relevante, ainda mais se considerarmos o fato de o PPP do *campus* (2020-2023) apontar que a relação aluno–professor está abaixo da meta, informando que “o *Campus*, pelo seu tamanho, se enquadra a um limite de 70 docentes, valor já extrapolado, é preciso haver um esforço para viabilizar cursos novos” (IFPR, 2020). Assim, o documento aponta como possibilidade a abertura de alguns cursos, entre eles na área cultural, como o de Produção Cultural (Técnico ou de Tecnologia) ou especializações. Ainda de acordo com esse documento, a Portaria 983/2020 do Ministério da Educação “também deve impor ao IFPR o aumento de carga horária com criação de novos cursos” (IFPR, 2020). Essa portaria estabelece que os docentes dos institutos federais tenham ao menos 14 horas semanais de encargos didáticos (BRASIL, 2020), fato que reforça ainda mais a necessidade de novos cursos. Dessa forma, o PPP de 2020 já indica a abertura de novos cursos para aumento de encargos didáticos de professores, com sugestão de cursos na área cultural.

As primeiras conversas sobre a necessidade de um curso de Produção Cultural no IFPR Paranaguá surgiram no ano de 2016, a partir da observação da dificuldade por parte de agentes culturais locais de propor projetos de cultura e arte ao edital do Fundo Municipal de Cultura da extinta Fundação Municipal de Cultura de Paranaguá (FUMCUL) atual Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paranaguá (SECULTUR). Tendo isso em vista, em 2018, a Área de Linguagens – com base nos levantamentos do NAC – iniciou pesquisas sobre cursos de Produção Cultural existentes no território nacional, bem como discussões a respeito de uma possível proposta de criação.

Levando em consideração essas informações oriundas da FUMCUL, o NAC do *campus* Paranaguá atuou no período de 2018 numa aproximação com essa secretaria através de diálogos sobre o processo formativo dos agentes culturais locais, o que resultou em 2019 e 2020 em uma parceria entre o NAC e a SECULTUR na aplicação de oficinas ligadas ao setor cultural, que foram ministradas por profissionais da secretaria e do NAC utilizando o espaço físico do IFPR. No período de 2020 e 2021, com a pandemia de Covid-19, a SECULTUR migrou suas ações para a internet através do projeto Cultura na Rede, apresentado pela plataforma *youtube*, enquanto o NAC colaborou no âmbito dessas ações através do projeto *#Em_casa_com_Linguagens_IFPR*.

Durante essa trajetória, de 2016 a 2021, foi possível observar a realidade cultural do litoral do Paraná, a riqueza da cultura caiçara e as condições de sua salvaguarda. É a partir desses dois eixos, a demanda por formação de produtores culturais e a urgência de preservar a cultura caiçara, que se desenvolvem as justificativas para propor este curso.

De acordo com o Regimento Geral do IFPR, em seu artigo 67:

A educação escolar no IFPR está fundamentada na formação omnilateral do ser humano, visando seu pleno desenvolvimento histórico nas dimensões intelectual, cultural, política, educacional, psicossocial, afetiva, estética, ética e ambiental, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. (IFPR, 2012, p. 25)

Em consequência disso, ao propor um curso no âmbito da instituição, é preciso estabelecer justificativas e objetivos mercadológicos, tendo, dessa forma, o trabalho como princípio educativo, mas, também, aqueles que sejam não mercadológicos, para contemplar as demais dimensões citadas no artigo 67 do Regimento Geral.

As justificativas não mercadológicas, não menos relevantes, giram em torno da premência de salvaguarda da cultura caiçara, seus bens materiais e imateriais, suas manifestações artísticas e culturais. Diegues (2004) aponta uma série de fatores que levaram

ao enfraquecimento da comunidade e da cultura caiçara: a especulação imobiliária interessada nas terras originalmente ocupadas por caiçaras; a urbanização das cidades; o distanciamento entre as novas moradias dos caiçaras e o mar; a instalação e o aumento da presença de igrejas evangélicas; a criação de unidades de conservação; o fato de a comunidade caiçara ter passado a viver de atividades distintas das tradicionais, como a construção civil, serviços urbanos e subempregos. A partir desses fatores, percebe-se que o distanciamento do povo caiçara das regiões beira-mar, tendo que integrar-se às cidades, o levou a também distanciar-se da sua própria cultura.

Diante desse cenário, o resgate dessa cultura tornou-se urgente, tendo-se organizado um movimento de resistência em torno de sua salvaguarda. Segundo informações contidas no “Dossiê de registro do Fandango Caiçara”, disponibilizado pelo IPHAN em sua página virtual, com esse processo de resistência, “nos últimos anos tem aumentado o número de monografias, livros e artigos sobre o fandango e a cultura caiçara.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011, p. 83). Esse documento menciona também outras iniciativas no sentido de difundir essa cultura, como o Museu Vivo do Fandango e o Encontro de Fandango e Cultura Caiçara. Conforme tal documento, os caiçaras passaram a se reunir em congressos e encontros promovidos por organizações não governamentais e institutos de pesquisa, o que os levou a falar sobre eles mesmos, sobre a sua cultura, apropriando-se de sua identidade, por isso, em diversos lugares, ressurgiram grupos de Fandango, bandeiras do divino, festas de reis (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO NACIONAL 2011, p. 83). Disso, pode-se extrair que essa retomada da cultura caiçara, principalmente por meio da revitalização do Fandango, levou os caiçaras a se reconhecerem na sua cultura e a resgatá-la.

Em vista disso, um curso de Produção Cultural no litoral paranaense representa uma importante forma de incentivar a preservação da cultura local, que integrará o currículo escolar e fará parte de projetos e eventos vinculados. Por meio do curso, também é possível incentivar a criação de projetos de valorização da cultura local por parte dos próprios estudantes. Com componentes curriculares e projetos voltados para os vários segmentos artísticos, para a cultura popular e o patrimônio cultural, pode-se contribuir para a difusão da sua cultura popular, de seus artistas e de seus bens materiais e imateriais.

De acordo com o IPHAN, em sua página virtual, destaca-se como um dos bens materiais da cidade de Paranaguá seu centro histórico, com inúmeros casarões de importância arquitetônica, incluindo o pelourinho – um dos três pelourinhos originais do Brasil – e os bens imóveis tombados, como o Colégio dos Jesuítas, igrejas e a fortaleza da Ilha do Mel. Antonina também tem bens móveis tombados pelo IPHAN, como o Teatro Municipal, a Estação Ferroviária, igrejas e o Complexo Matarazzo, um conjunto centenário de barracões industriais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO NACIONAL, 2022).

Conforme a página virtual da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná (SECC), as cidades litorâneas também possuem vários bens móveis e imóveis tombados pelo patrimônio cultural estadual. Em Antonina são tombados o acervo da Farmácia Internacional, o Arquivo Municipal, a Estação Ferroviária, a Fonte da Carioca, a Igreja do Bom Jesus de Saivá, a Igreja Nossa Senhora do Pilar e a Serra do Mar. Paranaguá possui uma lista de 26 bens móveis e imóveis, incluindo casarões históricos, igrejas, obras sacras, murais de Poty Lazarotto e Adoaldo Lenzi, a Serra do Mar e a Ilha do Mel. Em Morretes incluem-se cinco bens: a Casa Rocha Pombo, a Igreja de São Benedito, a Igreja de São Sebastião do Porto de Cima, um casarão no Porto de Cima e a Serra do Mar. Em Guaratuba há a Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, um edifício na Avenida Coronel Afonso Botelho e a Serra do Mar. Em Guaraqueçaba constam a Ilha do Superagui e a Serra do

Mar. Em Matinhos são tombadas a paisagem da orla marítima e a Serra do Mar e em Pontal do Paraná há o sambaqui do Guaraguaçu (PARANÁ, 2022).

Além dos bens materiais, o litoral do Paraná possui também o Fandango Caiçara reconhecido pelo IPHAN como bem imaterial do Brasil, além de outras tradições populares de relevo. Segundo informações contidas na página virtual da SECULTUR, as tradições da cultura popular parnanguara são: 1) o Fandango, uma reunião de várias danças chamadas de “marcas”, bailadas ou sapateadas, em que os homens batem o sapateado dos tamancos, sendo o ritmo entremeado de palmas e o canto acompanhado por duas violas, uma rabeca e um pandeiro; 2) o Boi de Mamão, uma teatralização do Auto de Boi Brasileiro; 3) a Balainha, uma dança que saúda a natureza e as flores, em que casais usam arcos de flores numa coreografia simétrica; 4) o Pau de Fita, um agradecimento pelo bom trabalho e pela fertilidade da terra em que casais segurando fitas as trançam num mastro que fica no centro de uma roda de dança; 5) a Romaria do Divino, uma manifestação da religiosidade popular das pessoas da Ilha dos Valadares (bairro parnanguara) que ocorre no período de pentecostes com a visita da romaria a casas da região e a ilhas próximas com bênçãos a casas e cumprimento de promessas; 6) o Tio Chipá ou Tichipá, oriundo de uma entidade africana que corrigia os indivíduos que de algum modo se desviassem de suas origens, é uma figura vestida de panos floridos, coberta até a cabeça e com a face pintada de preto, a qual leva um bastão bem leve para bater nas pessoas; 7) o Cavalo de Cesto é uma manifestação de Carnaval, que se origina das burrinhas do Boi de Mamão, possui musicalidade própria e compõe-se de homenagens ou sátiras (PARANÁ, 2022).

Como é perceptível pelas manifestações citadas acima, a cultura popular caiçara é repleta de tradições relevantes e peculiares; no entanto, não só de cultura popular vive o litoral paranaense, pois o local, em especial as cidades históricas de Paranaguá, Antonina e Morretes, possui ilustres artistas eruditos do passado. Na pintura, destacam-se Theodoro de Bona, Frederico Lange, Alfredo Andersen, Iria Corrêa e William Michaud; na música, Brasília Itiberê, Ada Macaggi, Antônio Vieira dos Santos, Bento Cego, Benedito Nicolau dos Santos e Waltel Branco. Na literatura, vale citar os autores românticos Júlia da Costa e Fernando Amaro, os simbolistas Leôncio Correia, Nestor Vítor e Silveira Neto e a artista Ada Macaggi, que participou do Movimento Modernista em Curitiba e no Rio de Janeiro, tendo um livro de poemas ilustrado por Anita Malfatti. Há ainda nomes como Emir Roth, muralista, e Cyro Matoso, cineasta. Infelizmente, nem todos esses artistas são conhecidos no litoral paranaense; por isso, um curso de Produção Cultural no IFPR Paranaguá significa uma grande oportunidade de fomentar a valorização desses artistas locais do passado em suas aulas e projetos, resgatando artistas e obras de relevo.

Um curso de Produção Cultural é essencial para fomentar a preservação da cultura local, dos seus artistas destacados, de seus bens materiais e das tradições populares caiçaras na medida em que tem potencial de aproximar os estudantes da sua própria cultura, os quais poderão conhecê-la e reconhecer a sua importância. Ao perceber o valor da sua própria cultura, sua riqueza, suas singularidades, se desenvolverá o sentimento de pertencimento a essa cultura e a identificação com ela. Por meio da valorização da própria cultura, o indivíduo passa a reconhecer as culturas de outros locais, percebe que há outras culturas tão ricas quanto a sua e se abre à diversidade cultural. A identificação das pessoas do local com a sua cultura, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da diversidade cultural são valores que relacionam-se com a formação para o exercício da cidadania, com o desenvolvimento de um cidadão mais consciente e com olhar crítico sobre a realidade que o cerca, que sabe dar valor a todas as culturas e sabe que todas elas têm direito a ser valorizadas.

A formação de produtores culturais justifica-se pelo fato de o local possuir grande proximidade com a área cultural, favorecendo, assim, os arranjos produtivos culturais locais.

Concretamente pode-se destacar a quantidade de agentes e espaços culturais, visto que, segundo informações contidas no cadastro da SECULTUR, Paranaguá possui 353 agentes culturais cadastrados, oito espaços culturais institucionalizados (do poder público) e 43 pertencentes a associações e grupos culturais, como associações de Fandango, por exemplo (PARANÁ, 2022). Apesar da quantidade de artistas de diversos segmentos culturais, há pouca participação destes em editais de fomento a projetos culturais. De acordo com o Edital nº 001/2015, de seleção de projetos culturais, da antiga FUMCUL, em 2014/2015 o Fundo de Cultura de Paranaguá tinha uma verba de 700 mil reais para incentivo a projetos culturais; houve 46 projetos inscritos e apenas 11 aprovados, sendo 35 reprovados por não cumprirem com as exigências mínimas do edital, sobrando recursos. Os dados referentes ao ano de 2015 são semelhantes: com o mesmo montante, houve 51 projetos inscritos, apenas 14 obtiveram aprovação e 37 foram reprovados pelos mesmos motivos. Quanto à participação nos editais estadual e federal, por renúncia fiscal, no Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), de 2014, houve seis projetos de todo o litoral aprovados, sendo dois de Paranaguá; no PROFICE de 2017 foram 15 os aprovados (sete de Paranaguá), mantendo o mesmo número de 15 também em 2019, sendo neste último ano apenas cinco do município – conforme dados do Sistema de Informação da Cultura do Governo do Estado do Paraná pesquisados em 2021. Consoante dados da página virtual do Portal Brasileiro de Dados Abertos, pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), a chamada Lei Rouanet, não houve projetos do litoral do Paraná aprovados no ano de 2021. De acordo com o Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, durante o período de 2009 a 2018, houve 20 projetos aprovados pelo PRONAC relacionados à cultura caiçara do litoral paranaense, 10 propostos por produtores do litoral e os demais, por produtores culturais de Curitiba; do total de 20, apenas três projetos de produtores da capital foram captados e efetivamente realizados.

Essas informações indicam que, graças à sua tradição cultural, o local possui uma quantidade expressiva de artistas, ou seja, agentes que produzem cultura e necessitam aprender a produzir seus projetos, mas não estão adequadamente preparados para captar verba por meio de leis de incentivo que viabilizem o custeio de tais projetos e a produção dos fazeres artísticos do segmento cultural ao qual se dedicam. Quanto a essa questão, é preciso ter em conta que o fato de o Fandango Caiçara ter sido reconhecido pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro garante a possibilidade de participação em editais específicos de fomento a projetos de salvaguarda de bens imateriais, como o edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Além disso, a própria SECULTUR precisa contratar serviços de produção cultural: em 2017 movimentou um montante de 972.273,33 reais empregados em produção cultural de espetáculos teatrais, circenses e musicais, ademais de oficinas culturais; em 2018, o valor foi de 1.169.741,51; em 2019, de 1.279.810,74; em 2020, de 1.544.000,00, com o incentivo da Lei Aldir Blanc; em 2021, em que também houve o apoio dessa lei, assim como o edital Cultura na Rede, o valor foi de 986.400,00 – pelos programas da Lei Aldir Blanc e do Cultura na Rede, há seleção de projetos culturais (dados disponíveis na página virtual da SECULTUR). Tais valores podem ser consultados na base de dados do site da Prefeitura Municipal de Paranaguá através do portal Cidadão e do edital de licitações, assim como no site da SECULTUR através dos editais.

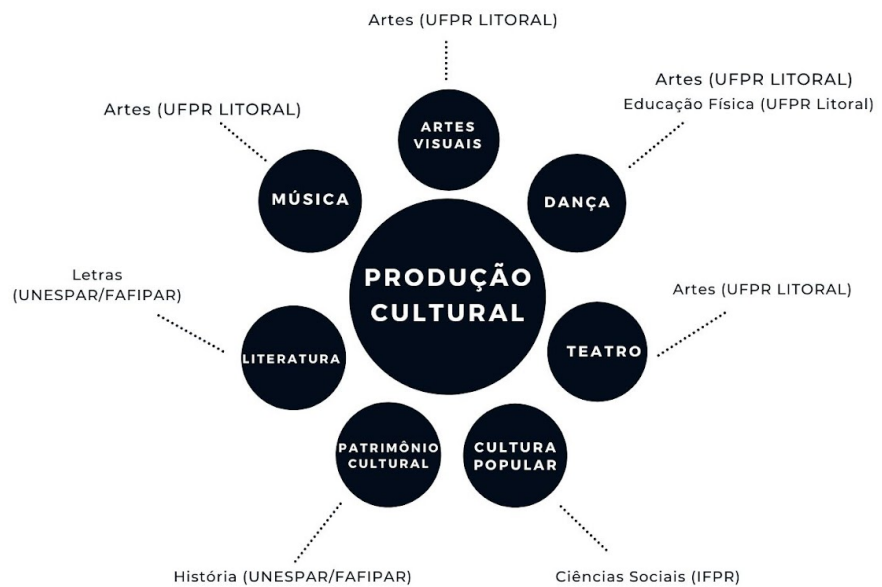
A forma de oferta “técnico integrado” é justamente a que dá condições de integrar melhor os dois eixos de objetivos traçados para o curso. Primeiramente, cabe ressaltar que as habilidades relacionadas à formação para a cidadania, referidas anteriormente, não se desenvolvem adequadamente em cursos de apenas um ano. Num curso quatro anos direcionado a adolescentes, sujeitos em formação de sua consciência cidadã, será possível trabalhar de forma mais completa com os elementos da cultura local, sua importância e os

preceitos relacionados à valorização da cultura caiçara e da diversidade cultural, bem como sua inclusão no escopo de valorização geral, global e midiática. Ademais, o sujeito que terminará um curso de Ensino Médio Técnico Integrado em Produção Cultural tem condições de ser um agente multiplicador dos valores e conhecimentos culturais adquiridos, passando-os, muito provavelmente, a seus familiares, seus vizinhos, sua comunidade, seus futuros filhos e netos, potencializando, assim, os resultados do curso no que tange aos objetivos de contribuir para a preservação da cultura local. Como há considerável interação e intercâmbio de ideias entre os estudantes dos diferentes cursos de Ensino Médio no *Campus*, esses indivíduos já podem atuar como multiplicadores dos valores e conhecimentos entre os próprios colegas.

Possivelmente, os indivíduos que se interessarão pelo curso proposto serão aqueles mais afeitos às áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes; parte deles poderá preferir seguir caminho num curso de graduação em que possam desenvolver seus conhecimentos num segmento cultural específico (música, artes visuais, literatura, dança etc.). Iniciar um curso de graduação em Artes, Letras ou Educação Física, por exemplo, já com conhecimentos para propor e produzir seus projetos culturais coloca esse indivíduo em vantagem, podendo inclusive se sustentar durante o curso superior. Ao graduar-se, certamente será um profissional privilegiado, já que estará muito melhor preparado para enfrentar a profissão e a arte por ele escolhida. Quanto a isso vale acrescentar que, caso opte por dar continuidade aos estudos especializando-se num segmento cultural determinado, o futuro egresso que optar por dedicar-se ao estudo das artes visuais, da música e do teatro poderão cursar Artes na Universidade Federal do Paraná (UFPR) setor Litoral, uma vez que esse curso trabalha com essas áreas artísticas, enquanto que os interessados no segmento artístico da dança poderão cursar Educação Física ou Artes nessa mesma instituição. Àqueles que desejem dedicar-se à área de literatura, há o curso de Letras da Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR), unidade de Paranaguá, sendo que essa mesma unidade da instituição também possui o curso de História aos que queiram se especializar em patrimônio cultural. Aos sujeitos interessados em estudar aspectos relacionados à cultura popular, há o curso de Ciências Sociais do IFPR Paranaguá. Àqueles que puderem estudar em Curitiba, também há a opção de cursar o Bacharelado em Produção Cultural. De qualquer forma, há a possibilidade de o sujeito dar continuidade aos estudos sem ter que sair do litoral paranaense. O quadro a seguir sintetiza e ilustra os itinerários formativos, mais diretamente relacionados ao curso, que podem seguir os egressos.

ITINERÁRIOS

Caminhos possíveis para o egresso em termos de graduação separados por segmentos culturais.



Quanto às questões relativas à empregabilidade, os egressos poderão trabalhar como empreendedores, abrindo suas empresas e microempresas para prestar serviços e oferecer produtos culturais ou como funcionários contratados. A maioria dos artistas trabalha como microempresários, podendo propor projetos culturais a editais de fomento à cultura, oferecer determinados serviços a projetos culturais propostos por outros artistas, participar de licitações de órgãos públicos, como as secretarias de cultura e turismo, assim como oferecer serviços a empresas privadas e a particulares. Além disso, é possível o profissional ser contratado por organizações não governamentais de cultura, centros culturais, fundações, institutos, museus, teatros, galerias e casas de espetáculos. Eventos como shows e espetáculos de teatro que vêm de fora da cidade também precisam de produtores locais para dar suporte, assim como as festas e eventos promovidos por órgãos oficiais, por igrejas e outras atividades culturais e artísticas realizadas por bares e casas noturnas, sendo possível o produtor cultural atuar na organização de eventos voltados ao público que se instala no litoral em época de temporada. O produtor cultural também pode trabalhar em órgãos oficiais de cultura, como secretarias de cultura, tanto via concurso público quanto com cargo comissionado. Outra opção é trabalhar em setores de marketing cultural de empresas que financiam projetos culturais por meio de leis de incentivo por renúncia fiscal, posto que tais empresas precisam de profissionais que saibam avaliar os projetos apresentados por captadores e distinguir quais são mais favoráveis à imagem da empresa e/ou passíveis de maior retorno em termos de propaganda. O quadro seguinte resume e ilustra as possibilidades de empregabilidade para os egressos.



Pelo que foi demonstrado por meio dos dados expostos acima, a oferta do presente curso justifica-se por cumprir com os arranjos produtivos locais do litoral paranaense, tendo condições de incentivar o desenvolvimento da cultura local, assim como há condições de que o egresso venha a trabalhar na área e seguir estudos voltados à cultura sem se desvincular da sua região. Como se notará a seguir, os objetivos do curso estão alinhados às justificativas relacionadas tanto à formação de produtores culturais quanto à valorização e à preservação da cultura local.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Formar produtores culturais aptos a desenvolver projetos e ações culturais, atuando no planejamento, captação, gestão, produção e distribuição de projetos, produtos e eventos culturais de maneira crítica e humanística, acompanhando as mudanças no mundo do trabalho.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar profissionais para o planejamento, captação, gestão, produção e distribuição de produtos e eventos culturais tanto por meio de projetos a serem submetidos a editais de incentivo à cultura quanto a partir de prestação de serviços culturais;
- Propiciar conhecimentos relacionados às diversas linguagens artísticas, os quais orientem a proposição, o desenvolvimento e a produção de projetos e ações culturais;
- Habilitar profissionais que valorizem a diversidade cultural, reconheçam o valor da cultura local e saibam propor projetos e ações que visem a valorizar tal cultura;
- Formar profissionais com habilidades comunicativas e empreendedoras, propiciando o desenvolvimento de conhecimentos mediados pela iniciativa, criatividade, pensamento crítico, comunicação, colaboração, ética e resiliência.
- Promover a capacidade de inovação sustentável, adequada ao desenvolvimento soberano nacional e aos arranjos produtivos locais, respeitando os direitos humanos e preservando o meio ambiente.
- Possibilitar, a partir das relações entre a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia, a

compreensão da sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana;

- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, consolidando conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e permitindo a continuidade dos estudos em nível superior;
- Articular os conhecimentos discutidos no Ensino Médio com a pesquisa e a extensão, assumindo como princípios a formação humana integral, a educação politécnica e a transformação social.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção geral do Curso Técnico em Produção Cultural integrado ao Ensino Médio parte de alguns pressupostos. Em primeiro lugar, o projeto pedagógico assume a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um direito social inalienável do cidadão. Nesse sentido, a perspectiva de EPT de Nível Médio adotada compreende o acesso ao conhecimento científico sistematizado como um direito da juventude trabalhadora, ao qual se vincula um projeto específico de profissionalização. O Ensino Médio Integrado, nesse contexto, não se restringe à formação profissional que responde às demandas do mercado de trabalho, mas tem como objetivo formar cidadãos como agentes políticos capazes de compreender criticamente a realidade em que vivem e atuam, além de pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais que visem a beneficiar melhores condições humanas e sociais, tanto do ponto de vista regional quanto do das dimensões nacionais.

Orientado por essa concepção geral, a presente seção é dividida em três partes. Na primeira, apresenta-se a filosofia do curso, isto é, sua visão de sociedade, ser humano, educação, conhecimento, escola e conteúdos escolares. Na segunda parte, são apresentados seus fundamentos teórico-metodológicos, que se baseiam na concepção da educação politécnica e no trabalho como princípio educativo. Por fim, discutem-se os fundamentos epistemológicos da área de conhecimento do curso.

3.1. FILOSOFIA DO CURSO

A concepção de sociedade que orienta o curso apresenta-se como síntese de três princípios básicos. Em primeiro lugar, as relações sociais são tomadas como um processo histórico e, portanto, não são admitidas como fenômenos já dados. Mediada pelas próprias formas assumidas pelo trabalho ao longo do tempo, a transformação da sociedade brasileira carregou consigo as marcas do colonialismo, da escravidão e da negação de direitos elementares a grandes contingentes populacionais, incluindo a apropriação dos conhecimentos sistematizados por meio da instituição escolar. Situar as relações políticas e pedagógicas nessa concepção significa, então, observar que o que hoje se compreende como Brasil é resultado da dialética histórica de conflitos de múltiplas naturezas e dimensões, cuja marca fundamental mais acabada é a desigualdade. Esse contexto se traduz de modo peculiar no Litoral do Paraná e no município de Paranaguá a partir das dificuldades de preservação do patrimônio histórico e cultural da região. O segundo princípio é consequência do primeiro. O ponto de partida de ambos é a compreensão da sociedade brasileira segundo a articulação entre suas histórias econômica, política e cultural. A consequência é a inclusão subordinada do Brasil no capitalismo mundial e uma economia voltada para a exportação de *commodities*, exploração de recursos naturais e baseada na superexploração do trabalho, elementos que compõem o traço de dependência e o baixo dinamismo industrial, produtivo e tecnológico. Florestan Fernandes (2005) classificou o processo como a conciliação entre o arcaico e o moderno,

partes constitutivas e dialeticamente estabelecidas na realidade brasileira. O município de Paranaguá expressa essas contradições, ao sediar um dos maiores portos de escoamento de grãos do Brasil. A dinâmica portuária, nesse sentido, se articula de modo complexo com a cultura local, produzindo um contexto socioeconômico específico que compõe a visão de sociedade do Curso Técnico em Produção Cultural integrado ao Ensino Médio. O terceiro princípio que estabelece a compreensão de sociedade indica, também, a concepção de ser humano contida no projeto pedagógico. Essa concepção é construída a partir da ideia de que a realidade social se constitui por meio de uma totalidade concreta. Assim, diferentemente de um simples “conjunto de seres humanos”, as sociedades e as formações sociais são sínteses do diverso, construído em suas particularidades e generalidades. Nesse princípio, a relação parte-todo é fundamental e deve ser entendida em seu movimento histórico, suas contradições e suas discontinuidades. Falamos, então, de indivíduos sociais que têm cor, rosto, gênero, raça, orientação sexual e classe social, compondo uma totalidade determinada.

Por isso, os condicionantes de dependência política, econômica e cultural e de desigual social se manifestam não apenas nas instituições, públicas ou privadas, ou nas relações sociais em geral, mas também nos indivíduos e em seus projetos de vida. O processo de formação humana comprometido com uma visão crítica e transformadora da realidade brasileira deve levar em conta os princípios aqui expostos. Os futuros técnicos em Produção Cultural do IFPR Campus Paranaguá produzem e reproduzem suas vidas dentro dessa realidade e, desse modo, devem conduzir seus projetos de presente, futuro e profissionalização conscientes dos determinantes da realidade que os cerca.

A concepção de educação do Curso Técnico Integrado em Produção Cultural também está vinculada à ideia de totalidade discutida anteriormente. Todo processo educativo é composto pela dialética adaptação-transformação, o que exige, simultaneamente, compromisso com a realidade social em que está inserido e compreensão crítica de seus determinantes. No núcleo dessa dialética reside uma tomada de posição frente aos projetos políticos e sociais apresentados em disputa no contexto em que se insere o processo de formação humana, já que os próprios conhecimentos, relações e práticas que o compõem são resultados das transformações históricas que caracterizam aquele contexto.

Essa perspectiva parte da ideia de que o ser humano só existe em sociedade, que, por sua vez, se constitui com base nas diferentes formas de produção da existência humana. Nesse contexto, o intercâmbio dos seres humanos entre si e com a natureza é construído também a partir do acúmulo de produção de novos conhecimentos e dos processos de aprendizagem, assumindo a educação papel central na constituição histórica das sociedades. A forma sistematizada e mais desenvolvida de organização e transmissão desses conhecimentos é a forma escolar, que deve se efetivar, portanto, como direito social de todo cidadão.

Há, porém, uma contradição típica do capitalismo dependente brasileiro, que produz uma hierarquia entre modelos educacionais distintos. A marca de desigualdade social constitutiva de nossa história também resultou em diferenciações no interior desses próprios modelos, havendo, por exemplo, diferenças regionais, quantitativas, financeiras, de infraestrutura entre escolas com a mesma finalidade social. Essa complexidade tem como ponto de partida a incapacidade de o Estado brasileiro efetivar o direito universal à educação, exigido pela própria Constituição Federal de 1988.

Vive-se, assim, uma realidade contraditória entre o anunciado e o vivido, entre a previsão e a garantia do direito, condicionada pela própria situação de diferenciação entre instituições escolares. Nessa realidade, não basta garantir o acesso, mas há que se consolidar um processo educativo capaz de enfrentar o fenômeno do abandono escolar. Como resposta a esse panorama apresenta-se a concepção de EPT como direito social e o conceito que sintetiza essa perspectiva é o de formação humana integral:

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (CIAVATTA, 2005, p. 85)

Vale salientar que o currículo define o conhecimento válido, as formas pedagógicas e os complexos mecanismos de transmissão que visam ao conhecimento. No entanto, a partir do prisma da formação humana integral, é importante superar a concepção da neutralidade da ciência na EPT, compreendendo o conhecimento como fruto da dinâmica social e histórica. As maneiras por meio das quais o conhecimento científico é sistematizado, transmitido, construído e apropriado no espaço escolar são permeadas por relações políticas, econômicas, culturais e de poder, não sendo nunca resultado de escolhas puramente técnicas.

O currículo do Curso Técnico em Produção Cultural do IFPR Campus Paranaguá prioriza, nessa compreensão, os conhecimentos científicos como fundamento do trabalho escolar, em seu sentido histórico. A natureza propriamente prática dos saberes trabalhados na escola, que compõem o desenvolvimento do que se convencionou denominar habilidades e competências, é sempre subordinada à dimensão científica do conhecimento, na direção da formação humana integral. Comportamentos atitudinais, valores e emoções são dimensões constitutivas do processo de ensino-aprendizagem, mas sempre orientadas pelo direito social de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Dáí emerge a concepção de um currículo orientado pelo eixo trabalho-ciência-cultura-tecnologia, que estrutura o tempo e o espaço escolares a partir dos repertórios históricos do processo educativo. É a integração desses quatro elementos que assume os campos do saber como disciplinas do conhecimento estruturadas a partir de metodologias e epistemologias próprias, ainda que devam estar articuladas de maneira dinâmica visando à compreensão crítica da realidade. Pressupondo o aspecto disciplinar dos campos científicos, assume-se, no presente projeto pedagógico, a interdisciplinaridade como fundamento epistemológico com vistas a superar a fragmentação do conhecimento.

Segundo a Resolução nº 58, de 13 de dezembro de 2019, a pesquisa no Instituto Federal do Paraná, entendida como princípio educativo, se relaciona de maneira idiossincrática com o ensino, a extensão e a inovação e visa à produção e à difusão do conhecimento científico, filosófico e artístico, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural local, regional e nacional. Com a possibilidade de o estudante integrar projetos e grupos de pesquisa, as atividades de pesquisa objetivam estimular e valorizar a busca ou produção de conhecimento científico e tecnológico por parte dos servidores e estudantes, capacitando-os para despertar ou desenvolver: o pensamento crítico e criativo; a curiosidade e a investigação científica transformadora da realidade; a autonomia para atuar na sociedade identificando suas necessidades e agindo para solucioná-las, associando os conhecimentos adquiridos na pesquisa com temas de interesse dos diversos segmentos da sociedade, contribuindo para a consolidação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, relacionando-os às perspectivas mais gerais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico.

Já a extensão envolve três elementos fundamentais: a instituição, o estudante do IFPR (como protagonista da ação) e a comunidade externa. Segundo a Resolução n. 11, de 27 de março de 2018 (Retificada pela Resolução 49/2019), as ações ou atividades de extensão do IFPR são de caráter multidisciplinar e integradas às atividades de ensino e pesquisa. Têm por finalidade promover o compartilhamento mútuo de setores da instituição e da sociedade, de acordo com as diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social. As atividades de extensão preveem a integração do processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) às demandas da sociedade de forma que se torne um espaço para a troca de saberes, conhecimentos e experiências entre diferentes sujeitos. As atividades de extensão devem colaborar na formação integral do/a estudante, fazendo dele/a protagonista de sua formação técnica e cidadã, despertando nos sujeitos a consciência social, artística, cultural, ambiental e política de forma a contribuir para o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.

As atividades de Inovação no IFPR, por sua vez, são todas aquelas que introduzem uma novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social, nas seguintes modalidades, cada qual sob a gestão direta ou indireta da Agência de Inovação do IFPR, ligada à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi): inovação tecnológica de produtos, processos, serviços, métodos, organização e de marketing, inovação em tecnologias sociais e economia solidária e inovação em políticas públicas, sempre visando ao atendimento à sociedade, conforme a Política de Inovação do IFPR.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR (2018-2023) prevê que as ações institucionais de inovação tecnológica, proteção da propriedade intelectual, empreendedorismo, transferência de tecnologia, robótica e novas tecnologias no âmbito do IFPR, as quais serão articuladas, fomentadas e orientadas pela AGIF/PROEPPi e operacionalizadas pelos Núcleos de Inovação Tecnológica de cada um dos campi (NIT/campi). No âmbito do Campus Paranaguá do IFPR, o NIT tem a função de estimular a participação de toda a comunidade acadêmica, em especial dos estudantes, em projetos que tenham por foco a inovação, bem como nas ações empreendedoras, em todas as suas modalidades e articuladas com o Ensino, Pesquisa e Extensão.

3.2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A concepção de educação baseada na ideia de formação humana integral exige compreender as categorias ciência, tecnologia e cultura como indissociáveis na construção dos processos educativos. Nessa compreensão, a noção de trabalho, em geral, e o conceito de trabalho como princípio educativo, em específico, permitem situar as quatro categorias aqui discutidas a partir de sua historicidade e de sua materialidade concreta.

A ideia de trabalho como princípio educativo parte do princípio de que o trabalho não apenas produz, mas, ao produzir, gera conhecimento, produz sociabilidade, educa e é elemento mediador entre ser humano e sociedade. Uma interpretação com base nesses pressupostos significa a compreensão do trabalho como atividade ontológica, fonte da vida humana na sua relação com a natureza para produzir os meios e os modos de vida, de cultura, de educação. O trabalho, assim assumido, produz a própria consciência humana.

Historicamente, esse processo de intercâmbio assume contornos específicos. Falamos, por exemplo, do trabalho escravo, do trabalho servil e do trabalho assalariado, conforme a dominância de um ou outro modo de produção dentro de uma formação social. O trabalho

como princípio educativo efetiva-se na contradição entre essa forma histórica e a acepção genérica, ontológica, do trabalho.

Para discutir o conceito de ciência a partir desses pressupostos, é necessário assumir o conhecimento como conjunto de elaborações sobre a realidade, inserido em um contexto e uma totalidade determinados. Assim, por exemplo, os fenômenos que caracterizam os campos da mecânica, da biologia ou da geografia são compostos por leis de existência anteriores ao advento da ciência moderna ou mesmo de procedimentos simples capazes de compreender algumas de suas causas e efeitos. Por meio de longos e complexos processos de abstração, orientados pelo método racional de análise, essas realidades podem ser compreendidas e sistematizadas em conhecimento científico. A ciência, concebida dessa forma, é um processo por meio do qual o ser humano se relaciona com a natureza e interage com o mundo, fazendo-o de modo objetivo e com intencionalidade.

Por sua vez, a tecnologia pode surgir não apenas de uma necessidade, mas de reflexão ou instinto mais imediatos, levando à construção de instrumentos para facilitar a realização de uma tarefa específica. Ademais, tecnologia é um termo amplo e que pode assumir vários significados como, por exemplo, ferramenta, máquina, recurso, instrumento, método, procedimento e, também, a forma como utilizar tal arcabouço para atingir um determinado objetivo ou a solução de um problema. A tecnologia é, nesse sentido, permeada pelas construções sociais que a condicionam e, portanto, uma visão de neutralidade também não condiz com a perspectiva aqui assumida para o processo tecnológico. Sob as formações sociais em que domina o modo capitalista de produção, por exemplo, os objetos e processos tecnológicos remetem à condição de exploração e, ao mesmo tempo, utilizam-se do estágio mais avançado das forças produtivas elaboradas pela humanidade.

Para Ramos (2005), a própria imbricação entre trabalho, ciência e tecnologia no processo pedagógico proporciona a capacidade crítica do estudante de se situar no mundo. Isso remete a uma relação que é histórica e dialética. Tanto a ciência básica quanto a ciência aplicada são assim concebidas no Curso Técnico em Produção Cultural do IFPR Campus Paranaguá, que, por isso mesmo, tem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fundamento basilar.

O acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos deve também permitir, nesse sentido, a compreensão e a reflexão sobre as normas de conduta dos grupos sociais. Tais normas se estabelecem a partir dos padrões culturais de uma época histórica, que são manifestações da organização político-econômica e ideológica da sociedade em questão. Além disso, uma concepção de cultura assentada sobre o prisma da relação humano-natureza exige incluir nessa perspectiva a ação sobre a realidade que se apresenta imediatamente, mobilizando conhecimentos que permitam apreender as relações sociais em sua complexidade. Essa dimensão remete também à necessária “apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas.” (BRASIL, 2007, p. 44)

Faz-se necessário, por fim, evidenciar uma contradição que condiciona esse olhar para o processo educativo e que, de resto, constroem a concepção educativa adotada por este projeto pedagógico. A primeira é própria do modo de produção capitalista, dominante na formação social brasileira, que implica num processo produtivo caracterizado pela divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal divisão se reflete na instituição escolar por meio de uma dualidade estrutural: um modelo de educação diferenciado para cada grupo social fundamental. Afirmam-se, assim, uma escola dos grupos dominantes, orientada pela formação intelectual, preparação de dirigentes e conteúdos científicos, e outra escola para os grupos dominados, que objetiva a formação para o adestramento e o aprendizado dos

conhecimentos técnicos e manuais. A dualidade educacional tem como raiz muito mais do que os conteúdos trabalhados, mas se estabelece a partir da própria função na reprodução das relações sociais vigentes.

Para Saviani (1989), uma tradição importante nos estudos educacionais reivindicou a compreensão crítica das realidades humanas como forma de enfrentar esse panorama de dualidade. Trata-se da tradição da educação politécnica, que, mais do que apontar a necessidade do estudo das múltiplas técnicas contemporâneas, compreende o processo educativo a partir da ruptura com a cisão constitutiva dessa dualidade: “A noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.” (SAVIANI, 1989, p. 13)

Nesse sentido, o presente projeto pedagógico guia-se pela busca da constituição de uma escola politécnica. Mais do que um princípio curricular, a politecnia efetiva-se nessa proposta como uma concepção filosófica, política e epistemológica, organizadora de todas as práticas institucionais. O objetivo fundamental do Ensino Médio Integrado em tela é, portanto, mais abrangente do que a preparação para uma profissão, ainda que abarque essa finalidade, exigida pela conformação social em que se insere o IFPR Campus Paranaguá. Exige-se desse projeto o direcionamento ao conhecimento científico geral, como pressuposto básico de afirmação do Ensino Médio Integrado como etapa final da educação básica.

3.3. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO

Como apontado anteriormente, na construção do presente curso toma-se por fundamento o processo de formação humana comprometido com uma visão crítica e transformadora da realidade. Por isso o Curso Técnico em Produção Cultural considera a dinâmica local, a complexidade do litoral paranaense, que se relaciona às dificuldades de preservação da cultura caiçara diante de um cenário social que enfraquece essa cultura pelas questões econômicas que têm empurrado o povo caiçara para a vida nas cidades, retirando-o da sua estreita relação com o mar, elemento inerente a tal cultura. Somado a isso, o enfraquecimento da cultura caiçara dá-se também em virtude do fenômeno da cultura de massa e da dominação cultural dos povos subjugados pela cultura das classes dominantes; tal fenômeno ocorre de forma velada, aniquilando as culturas locais. Assim, o presente curso pretende contribuir para a realidade local por meio da valorização da identidade cultural local e do fomento à reflexão sobre a necessidade de preservar as culturas das classes dominadas como uma forma de resistência.

Com um currículo orientado pelo eixo trabalho-ciência-cultura-tecnologia e tomando os conhecimentos científicos como fundamento do trabalho escolar, a formação do produtor cultural terá por base a ciência básica e a ciência aplicada ao integrar os conhecimentos das diferentes linguagens culturais à cultura local de forma que as expressões artísticas, a cultura popular, o folclore e o patrimônio cultural do litoral paranaense se entrelacem aos componentes curriculares, ementas, práticas pedagógicas e projetos ligados a este curso técnico e à futura prática profissional do egresso. Assim, no curso haverá conteúdos ligados à legislação cultural brasileira, à proposição, execução e prestação de contas de projetos culturais, captação de recursos e empreendedorismo na área cultural, os quais são necessários para a gestão de projetos e eventos culturais. Não menos importantes são os conteúdos ligados aos conhecimentos e fundamentos básicos da área cultural, pois servem de alicerces à própria formatação de projetos nessa área. Somente com conhecimentos sobre as expressões artísticas, é possível ao profissional identificar a necessidade de produzir cultura em

determinada expressão artística, saber como aliar o projeto que se pretende propor à cultura local e, assim, realizar projetos originais, criativos e inovadores.

O processo de discussão dos conhecimentos trabalhados no curso ocorre por meio de algumas faces que compõem os fundamentos inseridos na primeira parte do curso de Produção Cultural. Esses fundamentos consistem em discutir os conhecimentos através das expressões artísticas, artes visuais, dança, jogos e brincadeiras, literatura, música e teatro. Por intermédio dessas temáticas de conhecimento, será possível ao estudante identificar as potencialidades e a inovação no campo do exercício profissional, visto que compreende-se que os estudantes ingressantes no curso necessitam de potencializar a identificação das linguagens artísticas e, paralelamente a isso, o conhecimento do processo de produção cultural dessas linguagens.

Os fundamentos epistemológicos na produção cultural constituem um encaminhamento para um processo circular ou, como endossa Ana Mae Barbosa (2010), triangular, analisando as concepções artístico-culturais através de um conhecer, que pode estar associado em maior ou menor panorama à História, passando no momento seguinte para o espaço de fazer artístico e seguindo para um processo de apreciação do processo e/ou objeto. Nesse processo torna-se necessário evidenciar um questionamento sobre o objeto, seja ele a imagem, o movimento, o texto, e que esse processo esteja existindo em um caminho múltiplo, analisando como o sujeito vê a imagem e interpretando essa imagem, pois os signos possuem uma carga de informações e valores invisíveis, que serão revelados somente com esse potencial de interpretação.

O uso dos conceitos epistemológicos colocados nos parágrafos anteriores interliga-se com as colocações de Paulo Freire, que, na obra *Pedagogia da Autonomia* (2010), destaca a importância de uma leitura de mundo, e essa leitura contribui para contextualizar o mundo do fazer artístico, especialmente quando parte dos conhecimentos locais, isto é, dos elementos que circundam o estudante. Através desse processo pode-se, por exemplo, discutir a preservação e divulgação dos elementos culturais locais através do espaço da educação profissional e tecnológica. Neste espaço torna-se possível constituir uma síntese dos autores fundamentais do conhecimento das artes visuais, dança, literatura, música e teatro, assim como a criação de um caminho solidificado para os autores que constituem os registros dos saberes locais, seja pelos registros escritos, seja pelo exercício empírico dos saberes tradicionais.

Os fundamentos epistemológicos da música, no âmbito do curso de Produção Cultural, extrapolam a perspectiva eurocentrista construída pela musicologia ocidental até meados do século XX e apontam para um conceito de música como elemento cultural e simbólico. Argumenta Wisnik (2004) que o som musical compreende uma ordem simbólica em que a cultura se interrelaciona com a natureza, ou mesmo a sobrepõe, de modo tal que seu sentido é construído e percebido historicamente e socialmente. Neste sentido, cabe-nos compreender os diferentes contextos sociais e culturais em que são produzidas e consumidas distintas práticas musicais, mas compreendê-las por uma perspectiva moderna de cultura(s), no plural (CERTEAU, 1998), que identifica certa inoperância entre a classificação estancada do erudito e do popular (FRANCFORT, 2019). Isto posto, a multiplicidade de práticas musicais que compõem um contexto de concomitância de valores culturais variados (urbano e rural) como o do litoral do Paraná, bem como o respeito e o reconhecimento de valores culturais distintos, fundamenta a construção das ações de ensino, pesquisa e extensão em música do curso.

Os fundamentos epistemológicos no campo das artes visuais têm embasamento na abordagem triangular da arte, proposta por Ana Mae Barbosa (2010), espaço onde o fazer artístico é composto por uma estrutura triangular, composta pela contextualização do conhecimento em uma extremidade, a prática do conhecimento na segunda extremidade e a

apreciação na última extremidade. Através desse processo compreende-se uma epistemologia das artes visuais indissociável do fazer e do apreciar artístico.

A percepção de teatro que se contextualiza no panorama epistemológico para o curso de Produção Cultural tem embasamento nas considerações de Viola Spolin (2013), compreende uma proposta de reflexão que objetiva estabelecer o espaço teatral enquanto uma ferramenta de uma educação multilinguagem, que estabelece vínculos com áreas distintas, construindo pontes de conhecimento, podendo abraçar textos literários para interpretação, dialogar com a musicalidade local ou ainda dar movimento a cenas das pinturas.

Os fundamentos epistemológicos no que concernem à Literatura partem da noção de cânone literário e dos clássicos (BLOOM, 2002, 2013; CALVINO, 2007), entendidos a grosso modo como um conjunto de livros considerados socialmente como referência num determinado período, estilo ou cultura. Tomando como ponto de partida tal noção e estudando os cânones da literatura em diferentes períodos da literatura ocidental (CARPEAUX, 2008; BOSI, 2013), é possível compreender a importância e o valor de autores e obras locais, tanto as eruditas quanto as populares, no contraponto dialético. Esse caminho pode ser construído através de contribuições modernas sobre a necessidade da releitura das obras em diversas mídias (HUTCHEON, 2011; CLÜVER, 2006) e sua sobrevivência (BENJAMIN, 1987), que prevêem, no contínuo trabalho com os textos em diferentes contextos histórico-sociais, o parâmetro de valoração e valorização de determinadas obras literárias enquanto clássicas. Nestas, se inserem as produções locais que não disputam com os cânones literários seu lugar no rol artístico das Letras, mas figuram enquanto produtos clássicos por sua natureza de retomada contínua que significam para os membros da sociedade a ela implicados.

No contexto do curso de Produção Cultural, a dança é entendida como produto e fator da cultura e está sob influência dos contextos econômicos, sociais, políticos e religiosos. Enquanto manifestação corporal relaciona-se com a cultura, o lazer, a religião e o trabalho, que articulados demonstram o potencial dessa arte enquanto fenômeno social em constante processo de renovação, transformação e significação (HAAS; GARCIA, 2008). Nesse sentido, a partir do estudo das dimensões estética, produtiva, histórica e crítica, assim como de vivências das diferentes práticas de dança, será possível compreender essa manifestação cultural com mais profundidade.

Finalmente, aponta-se para completar esse conjunto de manifestações culturais nossas bases epistemológicas em relação aos jogos e brincadeiras. Abordar esse tema nos exige olhar para dentro, para nossa íntima e singular maneira de se relacionar com as coisas do mundo. Segundo HUIZINGA (2000) somos “homo sapiens” (pensante), “homo faber” (capaz de fabricar coisas, transformar materiais) e “homo ludens” (capaz de sentir, se emocionar, mudar, criar). Nessa última possibilidade, espera-se desenvolver prioritariamente o lúdico em nossas vidas, que consiste nessas ações não sérias, desligadas de interesses materiais, caráter desinteressado, gratuito e que provoca evasão do real. Porém, para acessar esse lúdico, precisamos de uma determinada organização de tempo, espaço, materiais necessários e uma atitude relacionada ao divertimento. E é nesse momento que o processo de escolarização pode contribuir para qualificação desses momentos, pois pode contribuir para ampliação do nosso repertório de brincar e ao mesmo tempo facilitar esses processos de organização para o se divertir. Esse construir-se como ser brincante pode estar intimamente relacionado à constituição da própria identidade do sujeito que brinca. Destaca-se ainda que, no processo do brincar, a cultura é materializada e pode ser também criada e preservada. Para jogar e brincar, é preciso ter disponibilidade corporal que nos conduza à ação, à vivência que acontece na relação consigo e com os outros, que nos permita experimentar, explorar o ambiente, aceitar as diferenças e, até mesmo, quebrar padrões. Os desafios corporais são mestres neste caminho de descobertas e serão de fundamental importância para

o (re)conhecimento das diferentes formas de brincar e jogar, contribuindo para o desenvolvimento da produção cultural em diferentes contextos.

4 PERFIL DO EGRESSO

O Técnico em Produção Cultural será habilitado para:

- Elaborar e cuidar da gestão e da execução de projetos culturais em segmentos artísticos e culturais;
- Planejar e realizar eventos;
- Captar recursos para financiamento de projetos e eventos;
- Compreender os diferentes modos de produção artística e cultural, de veiculação de mídia cultural e negociação no campo das artes;
- Atuar nas instâncias das políticas culturais e na gestão de coletivos e instituições culturais.

Para atuação como Técnico em Produção Cultural, são fundamentais:

- Conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética;
- Capacidades comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, ao coletivo, à gestão, à solução de problemas e à resiliência, entre outras capacidades socioemocionais;
- Domínio dos conhecimentos básicos produzidos historicamente pela humanidade, em suas múltiplas dimensões: humana, natural, lógico-matemática, técnica, linguística e corporal;
- Capacidades que permitam atuar por meio de ações culturais como agente transformador, consciente de sua constituição social como ser humano e dos caminhos diversos que podem ser adotados para a construção de sua trajetória profissional;
- Domínio de conhecimentos e capacidades que permitam atuar por meio de ações culturais que promovam a diversidade cultural, assim como a valorização da cultura local.

4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Diploma de Técnico em Produção Cultural, do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, e histórico escolar de conclusão do Ensino Médio.

4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (2010), produtores artísticos e culturais (código 2621) “implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia”, e para isso elaboram propostas, realizando a pré-produção e finalização dos projetos e gerindo recursos financeiros. Assim, trabalham em “atividades culturais, recreativas, desportivas, em empresas públicas ou privadas, como empregados ou prestadores de serviços” (BRASIL, 2010, p. 399).

Dessa forma, as oportunidades de trabalho para o produtor cultural na região do litoral paranaense se dão em termos de:

- proposição de projetos culturais a editais municipais, estaduais e federais de fomento à

- cultura;
- participação em licitações de órgãos públicos, como a SECULTUR, por exemplo;
 - prestação de serviços a projetos culturais propostos por outros artistas;
 - prestação de serviços em eventos que vêm de outras regiões, fazendo a produção local;
 - prestação de serviços em festas e eventos promovidos pelas prefeituras do local e por igrejas;
 - prestação de serviços a casas de espetáculos, especialmente durante a temporada de verão, ocasião em que os bares e casas noturnas das cidades do litoral ofertam espetáculos artísticos aos veranistas;
 - prestação de serviços a empresas privadas e a particulares;
 - contratação profissional por parte de setores de *marketing* cultural de empresas que financiam projetos culturais, como é o caso de empresas privadas ligadas às atividades do Porto de Paranaguá, por exemplo;
 - contratação profissional por parte de órgãos públicos, secretarias municipais, fundações e organizações não governamentais relacionados à cultura, patrimônio cultural e artístico.

4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento do egresso está em conformidade com a Resolução nº 23 de 23 de julho de 2021, que estabelece a política de acompanhamento de egressos nos cursos do IFPR. O acompanhamento do egresso constitui-se “um conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional e acadêmico do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo educacional” (IFPR, 2021b, artigo 3º). A Política de Acompanhamento de Egressos objetiva estabelecer diálogos com o egresso, coletando dados e informações com a finalidade de “identificar cenários junto ao mundo do trabalho, para avaliar, retroalimentar, atualizar e renovar o processo de ensino, pesquisa e extensão do IFPR”, além de avaliar sua inserção no mundo do trabalho e a formação recebida na sua vida acadêmica, bem como gerar dados que subsidiem a verticalização e a formação continuada, entre outros (IFPR 2021, artigo 4º).

A resolução supracitada prevê, em seu artigo 6º, ações para a Política de Acompanhamento de Egressos, a saber: I. pesquisa do Egresso; II. encontros realizados pelos *campi*. A pesquisa em questão deverá buscar informações sobre o egresso, sua formação acadêmica, continuidade de estudos, visão sobre a infraestrutura e os servidores do campus, vínculo do egresso com a instituição e informações sobre empregabilidade, sendo disponibilizada aos egressos de forma virtual e anônima (IFPR, 2021b, artigo 8º). Tal pesquisa terá as seguintes etapas: a 1ª etapa, que será no final do curso, com vistas a constituir base de dados atualizada de contato dos egressos; a 2ª etapa, um ano após a 1ª etapa, com vistas à aplicação da Pesquisa do Egresso (IFPR, 2021b, artigo 9º). Quanto aos encontros a serem realizados pelo campus, deverão ocorrer em forma de feiras, bate papos, mostras e palestras, podendo ser presenciais ou remotos e ocorrendo anualmente (IFPR, 2021b, artigo 10).

4.4 REGISTRO PROFISSIONAL

Não se aplica ao curso em questão.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Em termos legais, a organização curricular do Curso Técnico em Produção Cultural na sua forma de oferta integrada fundamenta-se nos seguintes marcos legais:

- [Lei nº 9.394/1996](#): Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- [Lei nº 11.892/2008](#): Lei de Criação dos Institutos Federais;
- [Resolução CNE/CEB nº 1/2021](#): Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- [Resolução CNE/CEB nº 3/2018: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio](#);
- [Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – 4ª edição](#);
- [Classificação Brasileira de Ocupações \(CBO\)](#);
- [Resolução CONSUP/IFPR nº 64, de 23 de março de 2022](#): define as diretrizes para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPR;
- [Resolução IFPR nº 54/2011](#): define a Organização Didático-Pedagógica no IFPR;
- [Resolução IFPR nº 01/2017](#): altera a Resolução nº 54/2011;
- [Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica](#) (2018);
- [Resolução IFPR nº 50/ 2017](#): define as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR;
- [Parecer CNE/CEB n. 6/2015](#): consulta ao CNE quanto à possibilidade de realizar a matrícula e o cômputo da frequência de estudantes de cursos técnicos subsequentes;
- [Decreto nº 5.154 de 23/06/2004](#): regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

A proposta de realização do curso em quatro anos letivos justifica-se pela necessidade de oferta de formação integral, com articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, de forma a dar condições de integrar os estudantes a atividades de ensino, pesquisa e extensão, como projetos de ensino, visitas técnicas, eventos, projetos de pesquisa, recuperação paralela e atividades culturais vinculadas ao curso. Além disso, com a estruturação em quatro anos, espera-se não sobrecarregar os discentes com demasiadas atividades e conteúdos ao mesmo tempo.

O ingresso do discente se dará anualmente, e o curso será organizado em período anual, com componentes curriculares em regime seriado anual e semestral, a fim de reduzir o número de componentes cursados simultaneamente pelo estudante (conforme item 6.4, sempre há 12 componentes ocorrendo simultaneamente) e otimizar o tempo das atividades de ensino, considerando as múltiplas dinâmicas pedagógicas a serem utilizadas e a indissociação entre teoria e prática. A organização semestral de alguns componentes curriculares também visa à possibilidade de recuperação de conteúdos paralelamente à entrada de um novo componente, conforme estrutura curricular prevista no item 6.4 deste PPC, procurando otimizar o tempo escolar e mitigar as consequências de se progredir com componentes curriculares em regime de dependência para o próximo ano letivo.

Com carga horária total de 3.370 horas, o curso tem 2.935 horas em componentes curriculares obrigatórios e 335 horas em componentes curriculares optativos – cuja integralização também é obrigatória, conquanto o(a) estudante possa optar pelo(s)

componente(s) em que se matriculará, conforme estrutura curricular prevista neste PPC – e 100 horas em atividades complementares. A carga horária dos componentes específicos do curso engloba, por um lado, componentes ligados ao núcleo da produção e gestão cultural – legislação cultural, formatação, escrita e gestão de projetos e eventos culturais – e, por outro lado, o núcleo dos fundamentos das expressões artísticas – artes visuais, música, dança, teatro, literatura, jogos e brincadeiras, patrimônio cultural, história da arte. Esse segundo núcleo é formado por componentes curriculares necessários às noções relacionadas à estética artística; esses fundamentos servirão para munir os estudantes de conhecimentos da área cultural e, assim, conseguirão idealizar seus projetos, pois, para saber formatar projetos culturais, é preciso um conhecimento mínimo sobre as artes em geral para entender quais projetos são válidos para a região, quais têm potencial de inovação, quais possuem originalidade e mérito artístico, entre outros aspectos.

Quanto aos componentes curriculares optativos, estes se articulam em **dois momentos** do desenho curricular proposto para o curso de Produção Cultural. O primeiro deles se dá no **terceiro período** do curso (terceiro ano), em que serão ofertados cinco componentes ligados à produção artística, e desses, os estudantes **deverão escolher necessariamente dois**: Produção musical, Produção teatral, Produção literária, Produção em dança e Produção em artes visuais. Esses componentes ocorrerão em ritmo de oficina, com conteúdos teóricos, mas com foco na prática, para que os estudantes se desenvolvam nas linguagens artísticas escolhidas. Para a oferta desses cinco componentes, no final do ano anterior à oferta, se dará orientação aos estudantes sobre suas escolhas e se fará uma sondagem para conferir para quais dos componentes haverá demanda. Estabelece-se para tais componentes um mínimo de cinco e um máximo de 30 alunos devido ao seu caráter prático, pois há componentes que não funcionam adequadamente com poucos estudantes, haja visto que a interação e o trabalho em grupo são princípios fundamentais nestes componentes ou mesmo no curso como um todo; outros componentes se tornam inviáveis com mais de trinta estudantes, tanto por questões de necessidade de os docentes darem mais atenção a cada discente nessa parte de produção quanto por razões concernentes ao uso de determinados espaços físicos, que não comportam mais de trinta pessoas. Isto posto, projeta-se que, salvo exceções (um componente ter uma busca de menos de cinco estudantes interessados), os cinco componentes curriculares serão ofertados de forma a permitir as diferentes configurações de matrícula que uma dada turma possa apresentar, buscando garantir a formação cultural múltipla proposta para o curso.

O segundo momento de oferta de **optativas** ocorre no **quarto período** (quarto ano), em que os estudantes precisam **cursar um componente** dentre os seguintes: Arte e tecnologia; Produção audiovisual; Artesanato; Estudos de poesia brasileira; Literatura e outras mídias; Jogos, brincadeiras e educação socioambiental; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Prática de Música em Conjunto; Radiofonia; Arranjos culturais locais. Complementarmente, o estudante ainda deve optar por, pelo menos, **2 componentes curriculares de “Tópicos Especiais”**, cujo objetivo é o de aprofundamento em aspectos próprios de cada componente curricular de base comum, de modo articulado à formação própria do curso, além de promover a integração com estudantes de outros cursos do Campus, como um espaço de troca de conhecimentos e experiências múltiplas. Todos os componentes designados de “Tópicos especiais” são optativos e, dentro de um leque maior de “Tópicos especiais” ofertados num ano letivo, o estudante deve escolher dois. Todos os componentes curriculares do núcleo comum possuem ao menos um “Tópico especial”, além de haver também Tópicos Especiais em Língua Espanhola, como forma de valorizar a oferta de uma segunda língua estrangeira, para além da língua inglesa que se configura como componente obrigatório. Para os “Tópicos especiais”, o número mínimo de alunos para abertura de turma é 15 e o máximo, 30. É possível o estudante cursar um número maior de optativas, para além do

mínimo exigido, caso deseje e possa fazê-lo. Nesses casos, a carga horária pode ser utilizada para cumprimento das horas de atividades complementares.

Os projetos a serem desenvolvidos pelos estudantes estarão articulados com a prática profissional. No segundo ano do curso, haverá o componente Projetos Culturais I e nele os estudantes aprenderão a formatar e escrever projetos culturais, bem como pesquisar sobre as manifestações culturais locais, o que os ajudará a formatar projetos que tenham interesse para a região. No terceiro ano, Projetos Culturais II focará na elaboração e execução de projetos culturais; a partir de um edital simulado, os estudantes terão que formatar, escrever e submeter seus projetos culturais à Semana de Arte e Cultura, evento a ser normatizado e realizado pelo NAC do campus. Tendo escrito seus projetos para o evento do campus, os submeterão ao NAC e, ao obter a aprovação, deverão executá-los. Tal atividade funcionará como um treinamento para a realidade do mundo do trabalho e ocorrerá de forma interdisciplinar, com o apoio de componentes técnicos, como os optativos relacionados à produção artística, assim como outros do núcleo comum, como Artes, Educação Física e Língua Portuguesa. Já no componente Projetos Culturais III, do quarto ano, os estudantes terão que elaborar um projeto cultural a partir de um edital profissional, e tal atividade constituirá o Trabalho de Conclusão de Curso, o qual está detalhado no item 6.11 deste PPC.

Este Curso Técnico em Produção Cultural está imbuído dos fundamentos relacionados a empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente, segurança do trabalho, inovação e iniciação científica, conforme PDI 2019/2023. Os componentes curriculares específicos do curso por si só já contemplam esses fundamentos graças à própria natureza do curso; a maneira como os componentes “Projetos Culturais” se configuram, com a elaboração e execução de projetos em equipes relacionando os vários tipos de saberes estudados, também contribuem para esses fundamentos.

Conforme preconiza os artigos 26 e 35 da Lei 9.394/1996, este curso contempla os componentes curriculares do núcleo comum e os estudos a seguir: história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, história do Brasil, estudos do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, sociologia e filosofia, o estudo da língua portuguesa e da matemática nos três primeiros anos do ensino médio, a arte em todas as suas linguagens artísticas, a educação física, a língua inglesa, a exibição de filmes de produção nacional em ao menos duas horas mensais e temas transversais. Ao compreender que os temas transversais e a exibição de filmes nacionais é um compromisso do curso como um todo e não de componentes curriculares específicos, espera-se articular semanas culturais de formação interdisciplinar, preferencialmente coincidentes com datas de coletivos pedagógicos e (re)planejamento docente, em que serão exibidos filmes nacionais, realizadas palestras como, por exemplo, voltadas à educação para a segurança no trânsito ou com temas ambientais, atividades de lazer e desportivas, entre outras ações integradoras.

Nos componentes curriculares, a integralização curricular inclui assuntos e temáticas envolvendo os temas transversais. A definição dos temas segue o indicado na base nacional comum: Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia. Os temas obrigatórios são: 1) Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, conforme preconiza a Lei nº 8.069/1990; 2) Segurança no Trânsito, de acordo com os artigos de 74 a 76 da Lei nº 9.503/1997; 3) Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795/1999, os artigos 5º e 6º do Decreto nº 4.281/2002 e a Resolução CNE/CP nº 02/2012; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, como indica o artigo 22 da Lei nº 10.741/2003; Educação em Direitos Humanos, conforme § 9º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996, incluem-se os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher (Resolução CNE/CP nº

1/2012); Educação alimentar e nutricional, conforme a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução CNE/CEB nº 02/2012. Outro tema do qual o curso está imbuído é o respeito à diversidade cultural, que se inclui também em Direitos Humanos. A valorização dessa diversidade cultural e da cultura caiçara são temas inerentes ao curso, como já ficou demonstrado anteriormente.

5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Conforme o PPP do IFPR Paranaguá (2022-2024), p. 96 e 97, no contexto pedagógico dos cursos ofertados no campus, o conceito de formação integral e trabalho como princípio educativo são elementos que direcionam a função social do ensino, da pesquisa e da extensão, todas em correlação, tendo como base teórica e política a centralidade do trabalho, o princípio educativo do trabalho, o que diferencia trabalho de emprego. E é com base nessa concepção teórica que o presente projeto também se constitui. Dessa forma, emerge dessa compreensão a concepção de um currículo orientado pelo eixo trabalho-ciência-cultura-tecnologia, que organiza o tempo e o espaço escolares a partir dos repertórios históricos do processo educativo. Processo esse construído pelas experiências, atividades, conteúdos, métodos, forma e meios empregados para cumprir os “fins da educação”, tanto no sentido da concepção dos conhecimentos e campos do saber quanto no que se refere às práticas educativas vivenciadas na realidade escolar. Tais questões vão direcionar a elaboração dos planos de aula das disciplinas, os projetos pedagógicos específicos, a estruturação dos eventos de formação e assim por diante.

Sendo assim, a organização deste Curso Técnico em Produção Cultural baseia-se nos pressupostos básicos do ensino no IFPR, a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; a pesquisa como eixo orientador da prática pedagógica; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade como forma de superação da fragmentação do ensino. Com o fim de integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o curso funda-se na formação do produtor cultural como eixo essencial, associando à cultura, inerente à natureza da formação, a ciência e a tecnologia por meio da pesquisa na área cultural e nas diferentes expressões artísticas, daí a pesquisa ser o eixo orientador da prática pedagógica. Para garantir a indissociabilidade entre teoria e prática, este curso considera os arranjos produtivos culturais locais no que tange à necessidade de preservar a cultura caiçara como forma de resistência e de manutenção da identidade local, o que se traduz nos componentes curriculares técnicos, já que os elementos dessa cultura integram todas as ementas dos componentes ligados à música, à dança, ao teatro, à literatura, às artes visuais, ao patrimônio histórico e cultural. Também considera a realidade do mundo do trabalho da produção cultural, já que faz parte dos componentes a formatação, escrita e execução de projetos culturais a serem desenvolvidos pelos estudantes para que possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Além disso, considera a pesquisa como princípio educativo ao integrar o estudo e a investigação das expressões artísticas e das manifestações da cultura local em seus componentes curriculares, sendo que futuramente, à medida que o curso for sendo estruturado e desenvolvido, também farão parte dele projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados a tal estudo.

Há que se observar, ainda, que já ocorrem atividades relacionadas à área de linguagens e em parceria com o NAC, eventos pedagógicos-culturais que serão integrados aos processos de formação do curso. Atividades como, por exemplo, a “Semana de Arte e Cultura” – uma proposta de integração entre as linguagens artísticas e os aspectos culturais regionais, com mesas redondas, palestras, oficinas e Hackaton Cultural, com a participação de turmas de Ensino Médio, como mecanismos de preservação da cultura caiçara. Há também o “MOVE” (evento que reúne práticas esportivas, como voleibol, futsal e basquetebol; jogos e

brincadeiras de ontem, hoje e sempre; oficinas de diferentes danças; circuito funcional; Xbox Just Dance e momentos de relaxamento). Pretende-se com o decorrer do curso que esses eventos e outros semelhantes a esses componham o processo de formação e integração do Ensino, Pesquisa e Extensão, com a integração de alunos nos processos de criação, planejamento, estruturação e realização dos mesmos, por compreender-se o quanto esse fazer pedagógico possibilita uma formação relacionada à missão da instituição e do curso.

O acompanhamento dos estudantes é feito pela coordenação do curso, conjuntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), entre assistentes de alunos, pedagogas, assistentes sociais, psicólogo, enfermeira e tradutores e intérpretes de Libras. Diante deste trabalho multiprofissional, o acompanhamento se caracteriza pela orientação pedagógica, pelo suporte psicológico e avaliação das condições socioeconômicas do estudante e da família, além da mediação da comunicação com os estudantes surdos e o acompanhamento diário e cotidiano por meio dos assistentes de alunos. Esse acompanhamento é feito em diálogo com os alunos, pais e docentes, buscando-se, sempre, alternativas pedagógicas para casos que demandem tal especificidade. Há que se ressaltar ainda o trabalho do docente de educação especial que, em diálogo com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e a SEPAE, faz o acompanhamento dos estudantes da educação especial, dialogando com os docentes dos componentes específicos, sempre que alguma adaptação metodológica se fizer necessária para melhor atender cada caso.

5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Segundo a Resolução n. 58, de 13 de dezembro de 2019, a pesquisa no Instituto Federal do Paraná, entendida como princípio educativo, se relaciona de maneira idiossincrática com o ensino, a extensão e a inovação e visa à produção e à difusão do conhecimento científico, filosófico e artístico, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural local, regional e nacional.

As atividades de pesquisa buscam estimular e valorizar a busca ou produção de conhecimento científico e tecnológico por parte dos servidores e estudantes, capacitando estes para despertar ou desenvolver: o pensamento crítico e criativo; a curiosidade e a investigação científica transformadora da realidade; a autonomia para atuar na sociedade, identificando suas necessidades e agindo para solucioná-las. Espera-se também que, com a participação dos estudantes em projetos e grupos de pesquisa, estes consigam associar os conhecimentos adquiridos a partir da pesquisa com temas de interesse dos diversos segmentos da sociedade, contribuindo para a consolidação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, relacionando-os às perspectivas mais gerais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico. Ainda que a participação estudantil em projetos e grupos de pesquisa não seja uma atividade obrigatória, é sem dúvida uma grande oportunidade de enriquecimento pessoal e profissional para os estudantes à medida que dá condições de desenvolver melhor o raciocínio crítico e científico, a criatividade e a autonomia.

Já a extensão envolve três elementos fundamentais: a instituição, o estudante do IFPR (como protagonista da ação) e a comunidade externa. Segundo a Resolução nº 11, de 27 de março de 2018 (Retificada pela Resolução nº 49/2019), as ações ou atividades de extensão do IFPR são de caráter multidisciplinar, integradas às atividades de ensino e pesquisa. Têm por finalidade promover o compartilhamento mútuo de setores da instituição e da sociedade segundo as diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,

Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

As atividades de extensão prevêem a integração do processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) às demandas da sociedade de forma que se torne um espaço para a troca de saberes, conhecimentos e experiências entre diferentes sujeitos. As atividades de extensão devem colaborar na formação integral do/a estudante, fazendo dele/a protagonista de sua formação técnica e cidadã, despertando nos sujeitos a consciência social, artística, cultural, ambiental e política, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.

As atividades de Inovação no IFPR, por sua vez, são todas aquelas que introduzem uma novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social, nas seguintes modalidades, cada qual sob a gestão direta ou indireta da Agência de Inovação do IFPR, ligada à PROEPPi: inovação tecnológica de produtos, processos, serviços, métodos, organização e de marketing, inovação em tecnologias sociais e economia solidária e inovação em políticas públicas, sempre visando ao atendimento à sociedade, conforme a Política de Inovação do IFPR, regida pela Resolução nº 04/ 2019. De acordo com tal resolução, o IFPR tem por missão ampliar o compartilhamento do conhecimento científico e tecnológico com a sociedade por meio de parcerias tecnológicas, licenciamentos e transferência de tecnologia, bem como incentivar o compartilhamento de infraestrutura e serviços tecnológicos, o apoio a iniciativas de criação de empresas de base tecnológica no ambiente acadêmico, as ações relacionadas às empresas juniores e à pré-incubação e incubação de empresas.

As ações de pesquisa, extensão e inovação podem ser divulgadas por meio de participação em eventos e publicação em periódicos, incluindo os periódicos institucionais e as publicações da Editora do IFPR. Os periódicos institucionais são: Revista de Ciência de Alimentos e Gastronomia, Revista IF-Sophia, Revista Difusão, FIDE Journal of Chess in Education, Revista Curitiba e Revista Bioética e Bem-estar Animal. O campus Paranaguá possui, ainda, dois periódicos científicos, as revistas Interlogos e Ciência é a minha Praia. A Editora IFPR é um órgão vinculado à Proeppi cujos objetivos são incentivar a publicação e divulgação de pesquisas acadêmicas, atividades culturais, científicas ou tecnológicas por meio de publicações.

No curso Técnico em Produção Cultural Integrado ao Ensino Médio, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação se materializa na própria estrutura curricular do curso. Os componentes curriculares intitulados “Projetos Culturais” efetivam e curricularizam ações de pesquisa e extensão no campo cultural. Trabalhados desde o segundo ano do curso, visam a desenvolver no estudante não apenas a formação técnica de caráter mais prático, mas a reflexão e a crítica de caráter teórico e científico. Articulados, também, desde o segundo ano, com componentes curriculares como “Empreendedorismo e Inovação”, desenvolvem-se guiados pela perspectiva inovadora dos Projetos Culturais.

6 AVALIAÇÃO

6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem obedece à Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017, às demais normativas correlatas do IFPR, bem como ao artigo 24 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Tendo em conta a Resolução 50/2017, em seu artigo 2º, dentro do processo pedagógico, “estudantes e docentes são sujeitos ativos, seres humanos históricos, imersos numa cultura, que apresentam características particulares de vida, e devem atuar de forma consciente no processo de ensino-aprendizagem.” Os conteúdos de ensino e as atividades propostas pelos professores precisam considerar a diversidade humana dos

estudantes em relação aos aspectos cognitivo, psicológico, biológico, social, cultural, afetivo, linguístico, entre outros. Por isso, o processo de ensino-aprendizagem deve organizar-se “a partir dos conhecimentos formais, prescritos no currículo, e dos informais, oriundos da prática social” (IFPR, 2017b, artigo 2º).

O processo de ensino-aprendizagem deve ser permeado pelo ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre a teoria e a prática por meio da indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. É justamente na relação entre teoria e prática que se dá o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, cabendo aos docentes “realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos estudantes e o sistematizado, propiciando formas de apropriação e/ou construção dos saberes em suas múltiplas dimensões” (IFPR, 2017b, artigo 3º).

A avaliação deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como “o desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais”. (IFPR, 2017b, artigo 4º). Esse caráter contínuo e cumulativo da avaliação implica diagnóstico e registro da aprendizagem, igualmente contínuos, servindo para “subsidiar continuamente o planejamento e a prática de ensino, mediante diagnóstico e tomada de decisões ao longo do período letivo, visando à aprendizagem” (IFPR, 2017b, artigo 4º).

Assim sendo, entende-se a avaliação como um processo contínuo de pesquisas que pretendem interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos discentes, a fim de que se possa verificar até que ponto os objetivos estão sendo alcançados, identificando tanto os alunos que necessitam de mais atenção por parte do professor e da escola quanto as próprias deficiências do trabalho docente (PILETTI, 1997, p. 191).

O processo de avaliação será: I) diagnóstico, que considera os conhecimentos prévios dos estudantes, bem como os conhecimentos construídos ao longo do processo de ensino-aprendizagem, abrangendo “descrição, apreciação qualitativa acerca dos resultados apresentados pelos envolvidos em diferentes etapas do processo educativo e indica avanços e entraves para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos”; II) formativo, o qual ocorre ao longo do processo de ensino-aprendizagem, “sendo contínuo, interativo e centrado no processo por meio do qual o estudante (re)constrói seus conhecimentos, possibilitando esse acompanhamento, bem como fornecendo subsídios para a avaliação da própria prática docente”; III) somativo, que tanto possibilita a avaliação dos objetivos pretendidos quanto apresenta os resultados de aprendizagem, sendo que seus dados devem servir para subsidiar o replanejamento do ensino para a próxima etapa. (IFPR, 2017b, artigo 7º).

Dessa forma, a avaliação se desenvolve em diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem, com diferentes objetivos. Inicialmente se faz a avaliação diagnóstica para averiguar conhecimentos prévios e particularidades dos estudantes. Num segundo momento, faz-se a avaliação formativa com o intuito de informar professor e alunos sobre o rendimento da aprendizagem e localizar deficiências na organização do ensino. Finalmente realiza-se a avaliação somativa com a finalidade de classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento (PILETTI, 1997, p. 192-193).

A avaliação implica as seguintes etapas: determinar o que vai ser avaliado, estabelecer os critérios e as condições (critérios claros e objetivos, de forma a evitar dar margem à subjetividade), selecionar técnicas e instrumentos de avaliação e realizar a aferição dos resultados (PILETTI, 1997, p. 196-197).

A Resolução 50/2017 aponta, ainda, tanto a necessidade de se estabelecer critérios de avaliação quanto possíveis instrumentos avaliativos. Define que o processo de avaliação do ensino-aprendizagem deve basear-se em critérios previstos, os quais devem estar articulados aos objetivos estabelecidos no plano de ensino e devidamente esclarecidos aos estudantes por

meio do diálogo entre docentes e alunos. Em seu artigo 9º tal resolução indica vários instrumentos avaliativos de coleta de dados: I – seminários; II – trabalhos individuais e/ou em grupos; III – testes escritos e/ou orais/sinalizados; IV – demonstrações de técnicas em laboratório; V – dramatizações; VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica; VII – artigos científicos ou ensaios; VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; IX – relatórios de estágio; X – portfólios; XI – resenhas; XII – autoavaliações; XIII – participações em projetos; XIV – participações em atividades culturais e esportivas; XV – visitas técnicas; XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional; XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos. O documento preconiza, ainda nesse artigo, que depois de se efetuar o registro dos conceitos no sistema acadêmico, os instrumentos avaliativos deverão ser devolvidos aos estudantes. Em seu artigo 10, indica a necessidade de se “utilizar, ao menos, dois instrumentos ao longo de cada período avaliado para emitir resultados parciais e finais” (IFPR, 2017b, artigo 8º).

A avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, preferencialmente comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes com a participação dos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e registrada no Plano de Trabalho do Estudante, o qual “contempla as flexibilizações necessárias e possíveis ao processo de ensino-aprendizagem e consequentemente da avaliação, considerando a singularidade e especificidade dos estudantes” (IFPR, 2017b, artigo 12).

A Resolução 50/2017 estabelece a obrigatoriedade dos estudos de recuperação como parte do processo ensino-aprendizagem, compreendendo: 1) a “Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes”; 2) a “Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante”, devendo englobar “a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso” daqueles dos componentes curriculares, podendo ser presencial e/ou não presencial. Em relação aos estudos de recuperação paralela, cabe aos docentes: 1) a organização dos horários, em conjunto com a equipe pedagógica e gestora do campus; 2) a comunicação ao discente sobre a oferta da recuperação paralela; 3) proceder aos novos registros acadêmicos “quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados”, ou seja, quando houver efetiva recuperação por parte do estudante, o professor deverá proceder à mudança do conceito. (IFPR, 2017b, artigo 13)

Portanto, a recuperação paralela deve ocorrer em horário diverso do horário de sala de aula, em aulas de recuperação, para pequenos grupos de estudantes ou em atendimento individual. Ao participarem das aulas de recuperação paralela e efetivamente recuperarem os conteúdos, os estudantes terão direito a uma reavaliação, procedendo-se também à mudança do conceito do bimestre ao se detectar o avanço do estudante. Assim sendo, avaliações substitutivas ao final de um bimestre logo após as avaliações previstas, sejam trabalhos ou provas em horários normais de aula, sem estudos de recuperação prévios, não constituem recuperação. A prática da avaliação substitutiva fomenta atitudes de falta de compromisso por parte do estudante, que pode não se dedicar ao longo de um bimestre ou faltar injustificadamente a avaliações por saber que ao final do período haverá uma avaliação desse tipo.

Os resultados do processo avaliativo serão expressos por conceitos, sendo:

I) conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

A aprovação dos estudantes ocorrerá mediante a obtenção de conceito A, B ou C no componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total no período letivo. (IFPR, 2017b, artigo 16).

No que concerne à progressão, terão direito à progressão parcial os estudantes que obtiverem no máximo 3 (três) conceitos D em componentes curriculares e frequência mínima de 75% no período letivo. Nesses casos, o campus deverá ofertar os componentes curriculares “em regime de dependência em turmas regulares ou especiais para este fim” (IFPR, 2017b, artigo 18) para os estudantes que não obtiveram sucesso (aprovação) nos componentes semestrais, com possibilidade de oferta do componente no contraturno ou como Plano Individual de estudos.

A singularidade das disciplinas trabalhadas com maior carga horária semanal, porém concentradas em um período semestral, também permite um processo de recuperação logo no semestre seguinte, possibilitando ao estudante um momento de diálogo com os conteúdos recentemente trabalhados, visando o êxito no seu processo, e conseqüentemente criando uma estratégia pedagógica para evitar a retenção no ano letivo, entrando em sintonia com a lei nº 9394/96, que no art. 23, indica que a “educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais (...) com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (BRASIL, 1996).

As possibilidades de trabalhar a questão dos componentes curriculares em regime de dependência também podem ser realizadas através de sistemas de estudo dirigido, de sistema de encontros previamente agendados embasados em um plano de ensino específico para aquele estudante ou, ainda, grupos de aprendizagem conforme o número de estudantes a serem atendidos, situações que igualmente se caracterizam como recuperação paralela, visto que a Resolução 50/2017 informa que a recuperação paralela se constitui como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso. A mesma normativa estabelece, ainda, que os componentes devam ser ofertados logo que os estudantes apresentarem baixo rendimento e tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem (IFPR, 2017b, artigo 21).

6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

De acordo com o artigo 63 da Resolução nº 01 de 23 de janeiro de 2017, que altera a Resolução nº 54 de 21 de dezembro de 2011, há a possibilidade de aproveitamento de estudos nos cursos de Ensino Médio Integrado, estando condicionado à análise de documentos e facultativamente à realização de outras formas de avaliação que comprovem a equivalência de conteúdos entre componentes curriculares cursados em outro curso e os componentes previstos nas ementas deste PPC. Segundo o artigo 65 da primeira resolução citada, o pedido de aproveitamento de estudos será avaliado por comissão designada pela Direção Geral do

campus, composta por professores da área de conhecimento e por um representante da SEPAAE. Os critérios para aproveitamento de estudos deverão considerar que: 1) haja correspondência entre as ementas, programas e cargas horárias cursados na outra instituição e as do curso do IFPR; 2) a carga horária cursada não seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) daquela indicada na disciplina do curso do IFPR; 3) o processo de aproveitamento de estudos possa envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado. É vetado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

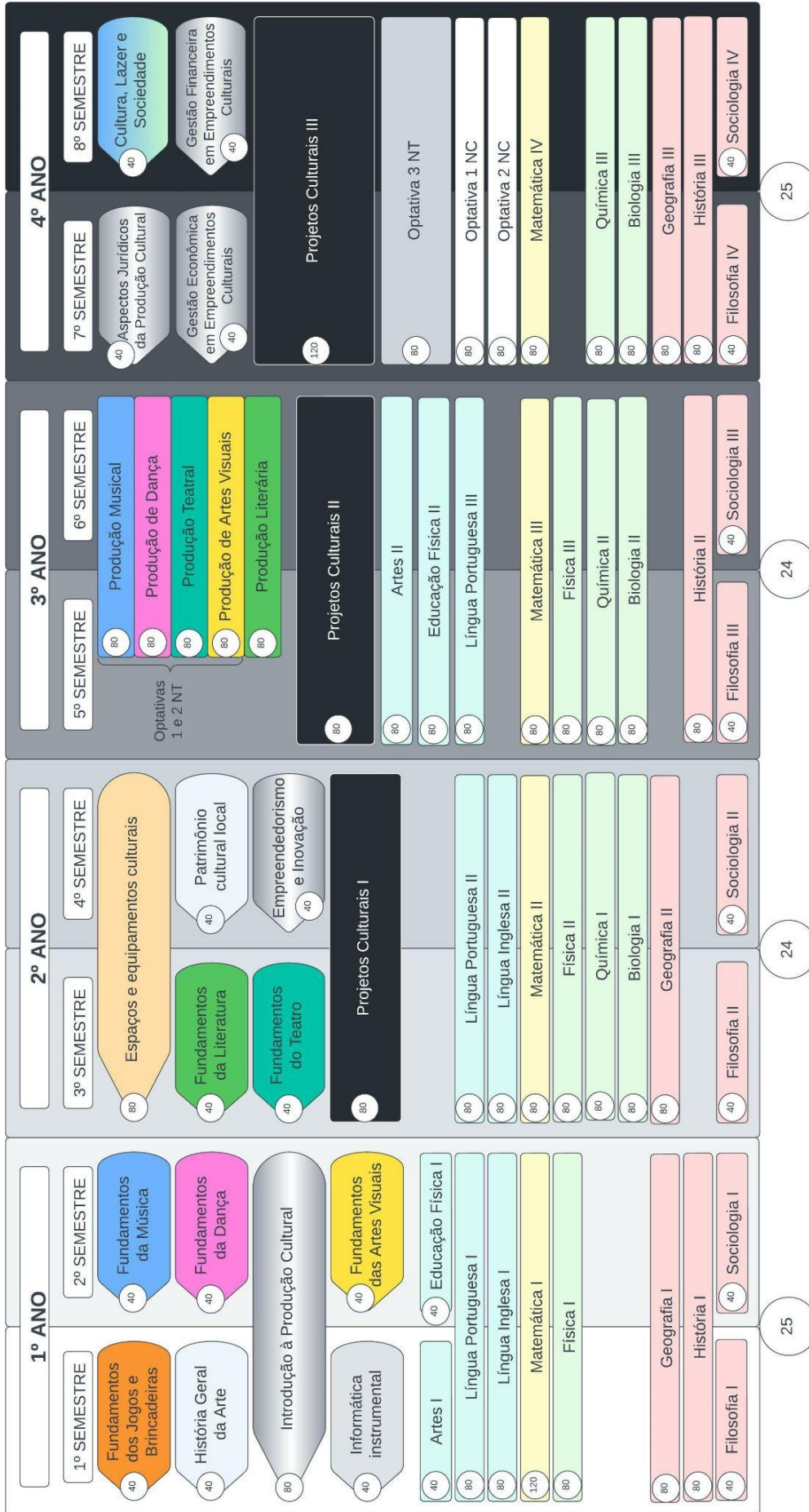
Segundo a Resolução 54/2011, em seu artigo 66, o pedido de aproveitamento de estudos será protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus (SECAD) por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado, da ementa e programa do componente curricular, os quais devem estar vistados por instituição de ensino credenciada pelo MEC. Os prazos dos pedidos de aproveitamento de estudos são previstos no Calendário Acadêmico, e o estudante deve estar matriculado no componente curricular ou etapa para o qual solicita o aproveitamento ou não tê-lo cursado ainda.

6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES


Conforme a Resolução 01/2017, em seu artigo 70, por Certificação de Conhecimentos Anteriores compreende-se “a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação” (IFPR, 2017a, artigo 70). Tal avaliação é de responsabilidade de comissão composta para esse fim, a qual deverá estabelecer os procedimentos e os critérios para a avaliação e terá 15 dias úteis para a expedição do resultado. A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ser solicitada pelo estudante ou por iniciativa de professores do curso. Em caso de solicitação por parte do estudante, o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito em até 10 dias a contar do início do período letivo por meio de formulário próprio entregue à SECAD.

6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

Na representação gráfica a seguir, os números indicados junto ao nome de cada componente curricular correspondem à sua respectiva carga horária total em hora-aula. O número indicado abaixo de cada ano do curso corresponde ao número de aulas semanais do período do curso (ano letivo). A relação de optativas a serem cursadas no quarto período consta no item 5.1 e no ementário (seção 6.7) deste PPC e se manifesta nesta representação gráfica pela indicação “Optativa(s) NT” e “Optativa(s) NC”, estas últimas identificadas pela alcunha de “Tópicos Especiais” no ementário deste documento.



6.5 MATRIZ CURRICULAR

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ				
	(Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008)				
	<i>Campus Paranaguá</i>				
	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL				
	Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 0000000				
Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 0000000					
CH em Hora-aula (min)		50			
Semanas do ano letivo:		Número de aulas semanais	CH total em Hora Aula do Período Letivo	Total de CH em Hora- relógio CNCT 50	
40					
1º Ano	Fundamentos dos Jogos e Brincadeiras	2	40	33	
	História Geral da Arte	2	40	33	
	Informática Instrumental	2	40	33	
	Fundamentos da Música	2	40	33	
	Fundamentos da Dança	2	40	33	
	Fundamentos das Artes Visuais	2	40	33	
	Introdução à Produção Cultural	2	80	67	
	Artes I	2	40	33	
	Educação Física I	2	40	33	
	Língua Portuguesa I	2	80	67	
	Língua Inglesa I	2	80	67	
	Matemática I	3	120	100	
	Física I	2	80	67	
	Geografia I	2	80	67	
	História I	2	80	67	
	Filosofia I	2	40	33	
	Sociologia I	2	40	33	
Subtotal (Total do período)			1000	832	
2º Ano	Fundamentos da Literatura	2	40	33	
	Fundamentos do Teatro	2	40	33	
	Patrimônio Cultural Local	2	40	33	
	Empreendedorismo e Inovação	2	40	33	
	Espaços e Equipamentos Culturais	2	80	67	
	Projetos Culturais I	2	80	67	
	Língua Portuguesa II	2	80	67	
	Língua Inglesa II	2	80	67	
	Matemática II	2	80	67	
	Física II	2	80	67	
	Química I	2	80	67	
	Biologia I	2	80	67	
	Geografia II	2	80	67	
	Filosofia II	2	40	33	
	Sociologia II	2	40	33	
	Subtotal (Total do período)			960	801

3º Ano	Projetos Culturais II	2	80	67
	Optativa 1 NT	2	80	67
	Optativa 2 NT	2	80	67
	Artes II	2	80	67
	Educação Física II	2	80	67
	Língua Portuguesa III	2	80	67
	Matemática III	2	80	67
	Física III	2	80	67
	Química II	2	80	67
	Biologia II	2	80	67
	História II	2	80	67
	Filosofia III	2	40	33
	Sociologia III	2	40	33
	Subtotal (Total do período)		960	803
4º Ano	Aspectos Jurídicos da Produção Cultural	2	40	33
	Cultura, Lazer e Sociedade	2	40	33
	Gestão Econômica em Empreendimentos Culturais	2	40	33
	Gestão Financeira em Empreendimentos Culturais	2	40	33
	Projetos Culturais III	3	120	100
	Matemática IV	2	80	67
	Química III	2	80	67
	Geografia III	2	80	67
	Biologia III	2	80	67
	História III	2	80	67
	Filosofia IV	2	40	33
	Sociologia IV	2	40	33
	Optativa 3 NT	2	80	67
	Optativa 1 NC	2	80	67
	Optativa 2 NC	2	80	67
Subtotal (Total do período)		1000	834	
DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA				
(AC) Atividades Complementares		0	100	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3370	

Na tabela abaixo, segue a lista de componentes curriculares optativos, com suas cargas horárias, número mínimo e máximo de estudantes a serem matriculados e a indicação de a qual núcleo pertence, Núcleo Comum (NC) ou Núcleo Técnico (NT). Nesta tabela também é indicado o período do curso, de modo a explicitar o desenho curricular e a etapa do curso em que cada componente optativo pode ser cursado pelo estudante. Neste sentido, observa-se que todas as optativas NT 1 e 2 estão previstas para o terceiro período do curso, ao passo que todas as optativas NT 3 e NC 1 e 2 estão previstas para o quarto período do curso. Ressalta-se que, apesar desta divisão dicotômica entre Núcleo Comum e Técnico na tabela, com fins de formalização e esclarecimento da relação de componentes curriculares optativos previstos para o curso de Produção Cultural, não se deve perder de vista a perspectiva interdisciplinar própria de um curso Integrado. Tal divisão dicotômica, portanto, tem apenas o objetivo de ilustrar que os componentes optativos designados pela alcunha de “Tópicos Especiais” são também aqueles que geram, mais efetivamente, práticas integradoras com estudantes de cursos distintos.

COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária anual	Nº mín. de alunos	Nº máx. de alunos	NC ou NT	Período do curso
Produção musical	67 horas	05	30	NT	3º
Produção teatral	67 horas	05	30	NT	3º
Produção literária	67 horas	05	30	NT	3º
Produção de dança	67 horas	05	30	NT	3º
Produção de artes visuais	67 horas	05	30	NT	3º
Arte e tecnologia	67 horas	05	30	NT	4º
Produção audiovisual	67 horas	05	30	NT	4º
Artesanato	67 horas	05	30	NT	4º
Estudos de poesia brasileira	67 horas	05	30	NT	4º
Literatura e outras mídias	67 horas	05	30	NT	4º
Jogos, brincadeiras e a educação socioambiental	67 horas	05	30	NT	4º
Radiofonia	67 horas	05	30	NT	4º
Prática de música em conjunto	67 horas	05	30	NT	4º
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	67 horas	05	30	NT	4º
Arranjos culturais locais	67 horas	05	30	NT	4º
Tópicos especiais em língua espanhola	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em língua inglesa	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em língua portuguesa	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em artes I	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em artes II	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em educação física	67 horas	15	30	NC	4º

Tópicos especiais em matemática	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em física	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em química	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em geografia	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em história	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em sociologia	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em filosofia	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia I	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia II	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia III	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia IV	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia V	67 horas	15	30	NC	4º
Tópicos especiais em biologia VI	67 horas	15	30	NC	4º

6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares objetivam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e complementar a formação social e profissional dos estudantes. São atividades que favorecem a formação em múltiplas dimensões, técnica, social, humana, cultural e profissional, voltando-se, portanto, à formação integral do futuro profissional. Essas atividades desenvolvem-se fora do horário de aulas do curso e promovem a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação. Como a participação em atividades que englobam essas múltiplas dimensões é inerente à natureza do Curso Técnico em Produção Cultural, não se estabelece carga horária máxima por atividade, de modo a exigir variação entre o perfil das ações cumpridas. Porém, espera-se que ao menos 50% da carga horária realizada e comprovada corresponda à participação ativa em ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação do Campus. Deste modo, basta o estudante comprovar, via documentação como certificados e declarações, a participação em atividades variadas, realizadas a partir da data de sua matrícula junto ao IFPR, que totalizem 100 (cem) horas totais, das quais ao menos 50 sejam de atividades realizadas no IFPR. Do Anexo B consta o regulamento das atividades complementares.

6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Componentes Curriculares Obrigatórios do 1º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos dos Jogos e Brincadeiras

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceitos de jogo, brinquedo e brincadeira. Princípios das atividades lúdicas. Contextualização histórica. Fundamentos técnicos. Classificações dos jogos e brincadeiras. Jogos e brincadeiras no mundo. Jogos e brincadeiras no Brasil. Jogos e brincadeiras no litoral do Paraná. Criação de jogos e brincadeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *O que é brinquedo*. 3ª ed. Ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção primeiros passos;138)

HUIZINGA, J. *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

KISHIMOTO, T.M. *Jogo, brinquedo e brincadeira e a educação*. São Paulo, Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEREIRA, Rinaldo Pevidor. *Mancala: o jogo africano no ensino da matemática*. Curitiba: Appris, 2016. ISBN 9788547302139 (broch.). Mancala o jogo africano no ensino da matemática Mancala Curitiba 2016.

PINTO, I. C. *Folclore no Paraná*. Curitiba: SEED-PR, 2010.

TUBELO, Liana Cristina Pinto Tubelo. *A antropologia do brinquedo*. Curitiba: Supimpa, 2018.

SILVA, Tiago Aquino da Costa e . *Jogos do mundo todo*. São Paulo: Supimpa, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR: História Geral da Arte

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Diferentes concepções do fazer artístico: Leitura de mundo através de bens culturais e simbólicos. Análise comparativa entre correntes estéticas. O conceito de progresso na arte. Indústria cultural. Arranjos culturais locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PROENÇA, Graça. *História da Arte*. 17ª Ed. Ática: São Paulo, 2007.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio. *Arte e crítica de arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FARTHING, Stephen. *Tudo sobre Arte: os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre Arte*. São Paulo: Ática, 2001.

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética Racional*. São Paulo: Martins, 2009.

JANSON, Horst Waldemar. *História Geral da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NAVES, Santuza Cambraia. *O Brasil em uníssono e leituras sobre música e modernismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Ed. PUC-Rio, 2013.

GRIFFITHS, Paul. *A música moderna: uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: Informática Instrumental

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Histórico do surgimento da informática e sua evolução. Hardware e Software. Termos (jargões) rotineiramente utilizados na informática. Conceito de sistema operacional e operações básicas da plataforma computacional e da internet. Criação de Documentos: digitação e formatação de textos segundo normas da ABNT. Planilhas: criação de planilhas, uso de fórmulas matemáticas, estatísticas e lógicas, construção de gráficos. Apresentações em Slides: criação de apresentações com animações. Ferramentas de informática acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALCADE, E., GARCIA, M., PENUELAS, S. *Informática básica*. São Paulo: Makron, 1991.

GUILHEN, Bruno. *Informática*. São Paulo: Saraiva, 2013 143 p.

MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. *Informática: conceitos e aplicações*. 5. ed. São Paulo: Érica, 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Diniz. *Introdução à informática*. Goiânia: Terra, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOGHI, C. *Aplicações práticas com Microsoft Office Excell 2003*, Editora: Erica, 2005.

LAPPONI, J. C. *Estatística Usando Excel*. São Paulo: Campus, 2005.

MUELLER, J. P. *Aprenda Windows XP em 21 dias*. São Paulo, Macron Books, 2003.

NEGRINI, F. *Microsoft Word XP: básico ao detalhado: experimente*. Visual Books, 2001.

ORGANIZADOR BELMIRO N. JOÃO. *Informática aplicada*. 2ª edição. São Paulo: Pearson, 2019.

VELLOSO, Fernando de Castro. *Informática: conceitos básicos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Música

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceitos fundamentais da poética musical. Princípios de escrita, leitura, percepção e interpretação musical. Gêneros, Formas e Estilos musicais. Práticas de música. Gêneros e manifestações musicais do litoral do Paraná.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COPLAND, Aaron. *Como ouvir e entender música*. São Paulo: É Realizações, 2013.

MED, Bohumil. *Teoria da música*. 5. ed. Brasília: MusiMed, 2017.

STRAVINSKY, Igor. *Poética musical: em 6 lições*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRINCE, Adamo. *Método Prince: Leitura e Percepção - Ritmo* (vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2020.

PAOLIELLO, Guilherme. *Estruturação Musical: introdução ao estudo das formas musicais do ocidente*. Curitiba: InterSaberes, 2021.

MEYER, Leonard. *Style and Music: Theory, History, and Ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LEVITIN, Daniel J. *A música no seu cérebro: a ciência de uma obsessão humana*. Tradutor: Clóvis Marques. São Paulo: Objetiva, 2021.

SCHAFER, Murray. *A Afinação do Mundo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Dança

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Princípios do ritmo corporal. Contextualização histórica. Fundamentos técnicos. Classificações e modalidades da dança. Composição coreográfica. Elementos básicos para realização de performances. A dança no litoral do Paraná.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas. *Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado*. Brasília, DF: Ed. IFB, 2011. 132 p. (Série novos autores da educação profissional e tecnológica).

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore nacional*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTEIRO, Marianna. *Dança popular: espetáculo e devoção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. 239 p. 3 EXEMPLARES

VIANNA, Klauss. *A dança - 8º Edição*. Summus Editorial 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAVES, Elisângela; CÔRTEZ, Gustavo Pereira (orgs.). *Dança: educação, lazer e arte nos percursos de pesquisa do grupo EDUDANÇA*. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.

ARTAXO, Inês; MONTEIRO, Gisele de Assis. *Ritmo e movimento teoria e prática*. 5ª edição, 2013.

HAAS, Aline Nogueira. GARCIA, Ângela. *Ritmo e dança*. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2008.

BOURCIER, Paul. *História da dança no ocidente*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos das Artes Visuais

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Fundamentos das artes visuais. Processo de percepção visual. Produção e Apreciação. Classes de desenho da natureza. Desenho de observação na superfície bidimensional. Teoria das Cores. Poéticas do Desenho. Suportes. Estudo da forma no campo tridimensional. Composição de planos, volumes e texturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.
KANDINSKI, Wassili. *Ponto, linha e plano*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LICHTENSTEIN, Jacqueline (org). *A pintura – volume 6: a figura humana*. São Paulo: Editora 34, 2004.
OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 9ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
PEIXOTO, Nelson Brissac. *Intervenções urbanas: Arte/cidade* São Paulo: Editora Senac-SP, 2002.
SMITH, Ray. *Desenhando Figuras*. São Paulo: Manole, 2017.
RUDEL, Jean. *A técnica do desenho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Produção Cultural

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Noções básicas de produção cultural. Práticas integrativas e/ou colaborativas. Cultura e direitos culturais. Leis de incentivo à cultura. Direitos autorais e propriedade intelectual. Políticas públicas de cultura. Legalidade e ética no processo de produção cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CESNIK, Fábio de Sá. *Guia de incentivo à cultura*. 3ª edição. Barueri: Manole, 2012.
LISBOA FILHO, Flavi Ferreira *et al*. *Gestão e produção cultural*. 2ª edição. Curitiba: Appris, 2017.
LOEWE, Daniel. *Multiculturalismo e direitos culturais*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Maria Aparecida. *Políticas públicas de cultura e o trabalho técnico no campo da produção cultural*. Curitiba: Appris, 2012.
BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. São Paulo: Ateliê/Coedição SESC, 2013.
DIAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
YANES, Adriana Figueiredo. *Cerimonial, protocolo e etiqueta em eventos*. São Paulo: Érica, 2014.
VOLNEY J. BERKENBROCK; EMERSON SOUZA. *Brincadeiras e dinâmicas para grupos - Diversões para dentro e fora de sala de aula, encontros de grupos, festas de família, reuniões de trabalho e muitas outras ocasiões*. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Artes I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

Introdução à apreciação de Arte. Elementos Formais. Cores. Arte pré-histórica. Arte Egípcia. Tridimensionalidade artística. Arte greco-romana. Planejamento visual gráfico. Concepções de artesanato. Perfeição e deformação. Compreensão de elementos teatrais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
PROENÇA, Graça. *História da Arte*. 17º Ed. Ática: São Paulo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cristina. *Questões de arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
JANSON, H. W; LEAL, Maurício Balthazar. *História geral da arte*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. *Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira = Brazil on rock : Brazilian prehistoric rock art*. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.
ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam: leitura da arte na escola*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
STRICKLAND, Carol; BOSWELL, John. *Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
VIOLA, S. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Histórico, fundamentos teórico\práticos e filosóficos dos cinco elementos da cultura corporal: dança, jogos e brincadeiras, esportes, ginástica e lutas. Tematizando especialmente questões relacionadas ao preconceito, cultura local e cultura popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Educação Física Ensino Médio*. Curitiba: SEED-PR, 2006. ISBN: 85-85380-32-2. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br
NUNOMURA, Myrian; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz (Org). *Fundamentos das ginásticas*. Jundiaí: Fontoura, 2009.
PINTO, Inami Custódio. *Folclore no Paraná*. Curitiba: SEED-PR, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARTAXO, Inês; MONTEIRO, Gisele de Assis. *Ritmo e movimento teoria e prática*. 5ª edição, 2013.
STUBBS, R. *Livro dos esportes*. Agir, 2012.

CARTAXO, Carlos Alberto. *Jogos de combate: atividade recreativas e psicomotoras: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). *Dicionário crítico de educação física*. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014. 679 p. (Coleção educação física).

NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; TOLEDO, Eliana de (Org.). *Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais*. Campinas: Papyrus, 2014, 506 p.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Convenções da escrita: uso de pontuação, aspas, crase. Norma culta: concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal. Paragrafação e tópico frasal. Resumo de texto narrativo. Relato de experiência. Descrição de procedimentos. Resumo de texto expositivo. Exposição oral. Comentário argumentativo. Interpretação de gráfico e infográfico. Interpretação de charge e tira. Variação linguística e preconceito linguístico. Leitura literária e fruição estética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Oficina de texto*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, A. R. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GEDRAT, Dóris Cristina; CORREA, Vanessa Loureiro; CAPUTO, Angelo Renan Acosta; BARBOSA, Cláudia Soares. *Teorias do texto*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; Travaglia, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. Editora Contexto 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. Editora Contexto 2010.

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. *Práticas de escrita para o letramento no Ensino Superior*. Curitiba: Intersaberes 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Inglesa I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Prática de leitura, escrita, escuta e oralidade em língua inglesa com compreensão de enunciados simples para satisfazer necessidades concretas. Produção oral e escrita em língua inglesa. Expressões de uso familiar e cotidiano. Apresentação de si e dos outros, com perguntas e respostas sobre aspectos pessoais, como o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Leitura e análise de gêneros textuais simples do panorama de produção cultural. Estratégias de leitura: *skimming* e *scanning*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEL, A.; SHARP, W. *Cambridge English Objective Ket: Student's Book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MARQUES, Amadeu. *English for life*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MURPHY, Raymond. *English grammar in use*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1994.

LONGMAN. *Dictionary of Contemporary English*. 3. ed. Oxford: Longman, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRO, Jeferson. *Around the world: introdução à leitura em língua inglesa*. Editora Intersaberes 2012

GAUCH, Silvia Rosmarie Lehmann. *Dicionário de logística e comércio exterior: inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 2*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 3*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 1*. 4. ed. São Paulo: Textonovo, 2002.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 2*. São Paulo: Textonovo, 2002.

STAHEL, Monica (Ed.). *Password: English dictionary for speakers of Portuguese*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WALESKO, Angela Maria Hoffmann. *Compreensão oral em língua inglesa*. Editora Intersaberes 2012

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática I

CARGA HORÁRIA: 120 horas/aula (100 horas/relógio)

EMENTA: Matemática básica. Triângulo retângulo. Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Conjuntos. Funções. Função afim. Função quadrática. Função modular. Função exponencial. Função logarítmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 1, 2010.
 SOUZA, J. *Coleção Novo Olhar – Matemática*. São Paulo, Editora FTD, 2010.
 IEZZI, Gelson *et al.* *Matemática – Ciência e Aplicações*, Editora Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIOVANNI, J. R., BONJORNO, J. R. *Matemática Completa*. São Paulo, Editora FTD, vol 1, 2005.
 IEZZI, G, DOLCE, O., MURAKAMI, C. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 2*. São Paulo, Editora Atual, 2010.
 MURAKAMI, C., IEZZI, G. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 1*. São Paulo, Editora Atual, 2010.
 DOLCE, O. POMPEO, J. N. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 9*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Física I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Cinemática. Leis de Newton e suas aplicações. Trabalho e conservação da Energia mecânica. Impulso e conservação da quantidade de movimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. *Física – volume 1*. 6ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2006.
 GASPAR, A. *Física - Volume Único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Ática, 2001.
 FILHO, A. G.; TOSCANO, C. *Física para o Ensino Médio – volume único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAMPAIO, J.L.P.; CALÇADA, C.S.V. *Universo da Física - volume 1*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.
 SAMPAIO, J.L.P.; CALÇADA, C.S.V. *Física – volume único*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.
 RAMALHO, F.Jr.; FERRARO, N.G.; SOARES, P.A.T. *Os Fundamentos da Física - volume 1 - Mecânica - 9ª Ed.* São Paulo. Ed. Moderna, 2009.
 FILHO, A. G.; TOSCANO, C. *Física e Realidade*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Organização do espaço geográfico. Conceitos estruturantes da Geografia. População. O espaço urbano e o processo de urbanização. O espaço rural e a produção agrícola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOREIRA, J.C.; SENE, E. *Geografia*. São Paulo: Scipione, 2010.
 DUARTE, P. A. *Escala: fundamentos*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1983.
 DUARTE, P. A. *Cartografia básica*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1988.
 DUARTE, P. A. *Cartografia temática*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1991.
 DUARTE, P. A. *Fundamentos de Cartografia*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, R., PASSINI, E.Y. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1991.
 GARCIA, H.C. *Geografia: de olho no mundo do trabalho: volume único para o ensino médio*. SP: scipione, 2005.
 MOREIRA, J.C. *Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil: volume único/ João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene*. SP: Scipione, 2005.
 VESENTINI, J.W. *Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único: Sp. Ática*, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: História I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Memória. Tempo histórico e cronológico. Documentos e monumentos. O conceito de trabalho em diferentes tempos históricos e sociedades. O processo de transição para o capitalismo e as dimensões da ciência, da técnica e da tecnologia na sociedade européia. A apropriação do conhecimento e as relações de poder a partir dos saberes: a questão das corporações de ofício. Conhecimento, técnica e tecnologia para além da sociedade europeia: indígenas, africanos, civilizações orientais. As dimensões culturais na organização do Brasil colônia. Usos da terra e organização do trabalho no Brasil Colonial. A Revolução industrial: “trabalho , disciplina , dominação e resistência (capitalismo industrial). O contexto do século XIX no Brasil e sua relação com os projetos de modernização na sociedade capitalista: cultura e trabalho, o caso da construção da estrada de ferro no Paraná.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COTRIN,G. *História global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2002. Único.
 MOTA, M.B., BRAICK, P.R. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005 (vol. 1, 2, 3)
 FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. São Paulo: Campus, 2000.
 VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.
 DIDIER, M. T.; REZENDE, A. P. *Rumos da história*. São Paulo: Atual, 2005.
 ARRUDA, J.J., PILLETTI, N. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Os diversos tipos de conhecimento. A verdade na Filosofia. Ideologia. Argumentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo. Ed. Ática.

COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORWELL, G. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Globo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

BUZZI, A. R. *Introdução ao pensar: O ser, o conhecimento, a linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GAARDER, J. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAVIAN, Juvenal. *Argumentação*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: As inter-relações entre indivíduo e sociedade. Ciências humanas e ciências naturais. O método sociológico. Cultura e socialização. Durkheim e a criação da sociologia. Marx e a crítica ao capitalismo. Weber: racionalidade, encantamento de mundo e construção da modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2º Grau. Ed. Moderna. São Paulo. 2001.

BAUMAN, Z., MAY, T. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.

LIVEIRA, P.S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1995.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VITA, A. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHINOY, E. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

OLIVEIRA, L.F., COSTA, R.C.R. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

TOMAZI, N.D. *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.

VILA NOVA, S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Literatura

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceito de Literatura. Funções da literatura. Modalidades de análise do texto literário. Diferentes enfoques sobre a periodização literária ocidental. Compreensão do cânone. Questões contemporâneas de literatura e cultura. Literatura popular e cultura local. Escritores do litoral paranaense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARISTÓTELES. *A Arte Poética*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- BONNICI, T., ZOLIN, L. O. (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.
- BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LAJOLO, M. *O Que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- KIRCHOF, Edgar Roberto *et al.* *Fundamentos do texto literário*. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- OLIVEIRA, Silvana. *Análise de textos literários: poesia*. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- CULLER, J. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Editora Aleph, 2009.
- LAJOLO, M. *Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos do Teatro

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Estudo das linguagens de cena. Elaboração de texto cênico. Conceitos estéticos e técnicos para cenografia. Figurino para materialização do texto cênico. Integração da sonoplastia na cena. Teoria das cores para iluminação. Funcionalidades e tipos de maquiagem. Novas formas de relação entre o espaço cênico e o público. A relação entre o teatro no espaço escolar e as correntes pedagógicas. Improvisação e jogo no teatro. Métodos de preparação do ator.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
SÓFOCLES; EURÍPIDES; ARISTÓFANES. *O melhor do teatro grego: Prometeu acorrentado, Édipo rei, Medeia, As nuvens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
VIOLA, S. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
FARIA, João Roberto. *História do teatro brasileiro*. São Paulo: Edições Sesc SP: Perspectiva, 2012.
OSTROWER, F. *Sensibilidade e intelecto*. Rio de Janeiro: Campos, 1998.
MOLINARI, C. *História do Teatro*. São Paulo: Arte e Comunicação, 2010.
KOUDELA, I. *Jogos Teatrais*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 2001.
PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Patrimônio Cultural Local

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceitos de patrimônio. Instâncias de preservação. Catalogação, registro e memória. Identificação e reconhecimento de patrimônio material e imaterial no litoral paranaense. Novas tendências das linguagens artísticas no litoral paranaense. O registro artístico. Tendências e permanências no litoral paranaense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
PROENÇA, Graça. *História da Arte*. 17ª Ed. Ática: São Paulo, 2007.
PINTO, Inami Custódio. *Folclore no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GROUT, Donald; PALISCA, Claude. *História da Música Ocidental*. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

PROSSER, Elisabeth Seraphim (org.). *Música e Músicos no Paraná: sociedade, estéticas e memória*. v. 1. Curitiba: ArtEmbap, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Histórias do Cotidiano Paranaense*. 2º Ed. Curitiba: Letraviva, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 10º Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo e Inovação

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Mudanças no mundo moderno, globalizado e tecnológico: impactos no mercado de trabalho e expansão do movimento empreendedor e inovador. Empreendedorismo e inovação: perfil, características e habilidades do sujeito. Tipologia de empreendedorismo: empreendedor individual, eco empreendedor, e-empreendedor, empreendedor corporativo e empreendedor social. Negócios e inovações: oportunidades, prospecção, dinâmica e necessidades dos mercados regional e local. Novas tecnologias e sua aplicabilidade no empreendedorismo e na inovação orientadas para o desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e tecnológico da sociedade. Plano de negócio: importância, estrutura, elaboração e gestão fundamentado na reflexão das regionalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012

DORNELAS J.C.A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 4. ed. rev. atual. Elsevier, 2012.

HASHIMOTO M. *et al. Práticas de empreendedorismo: casos e planos de negócios*. Elsevier: Campus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BESSANT, John; TIDD, Joe. *Inovação e empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DOLABELA, F. *O Segredo de Luisa*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo corporativo*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARIANO S.R.H., MAYER V.F. *Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade*. LTC, 2011.

Componentes Curriculares Obrigatórios do 2º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Espaços e Equipamentos Culturais
CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos de cidade, espaço e equipamento em uma perspectiva interdisciplinar. Estratégias para mapeamento dos espaços públicos de lazer e cultura nas cidades. Tipologia e modelos de espaços e equipamentos culturais. Normas técnicas e acessibilidade. Mapeamento de espaços culturais do litoral do Paraná. Avaliação crítica dos espaços disponíveis para realização de projetos culturais. Criação, adaptação e recriação de espaços culturais. Turismo cultural.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ROLNIK, Raquel. <i>O que é cidade</i>. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. <i>O Direito à cidade</i>. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.</p> <p>SILVA, Marcos Ruiz da; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; SCHWARTZ, Gisele Maria. <i>Dimensões teórico-práticas da recreação e do lazer</i>. Curitiba: Intersaberes, 2021.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério do Turismo. <i>Turismo Cultural: orientações básicas</i>. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf acessado em 28 de set. de 2022.</p> <p>BRAMANTE, Antônio Carlos; PINA, Luiz Wilson Alves Corrêa; SILVA, Marcos Ruiz. <i>Gestão de espaços e equipamentos de esporte e lazer</i>. Curitiba: Intersaberes, 2020.</p> <p>MARQUES, Miguel Pinheiro. <i>Sistemas e técnicas de produção áudio</i>. Lisboa: FCA, 2014.</p> <p>SERPA, Angelo (Org.). <i>Espaços culturais: vivências, imaginações e representações</i>. Salvador: EDUFBA, 2008.</p>
COMPONENTE CURRICULAR: Projetos Culturais I
CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)
<p>EMENTA: Compreensão e análise de editais e de projetos culturais. Características e elementos básicos do projeto cultural: apresentação, objetivos, justificativa, democratização de acesso/contrapartida social, etapas do projeto, orçamento, plano de realização, plano de divulgação, público-alvo. Noções básicas sobre captação de recursos. Plano de divulgação de projetos: reconhecimento das características de gêneros publicitários e jornalísticos. Comunicação para projetos culturais. Análise de projetos culturais. Levantamento de necessidades de projetos culturais para a valorização da cultura local.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>

CAPOTE FILHO, HAROLDO. *Redação publicitária: percursos criativos e persuasão*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

INSTITUTO ALVORADA. *Projetos culturais: como elaborar, executar e prestar contas*. Brasília: Instituto Alvorada, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/\\$File/5443.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/$File/5443.pdf) acessado em: 08 de ago. de 2022.

MACHADO, Jones. *Gestão e produção cultural*. Curitiba: Appris, 2017.

SALVADOR, Arlete. *Escrever bem no trabalho: do Whatsapp ao relatório*. São Paulo: Contexto, 2021.

STANCKI, Rodolfo. *Entranhas da imprensa: teoria e prática dos gêneros jornalísticos*. Curitiba: Intersaberes, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Maria Alice da Silva. *Redação empresarial*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, Paulo César Paulino. *Redigindo textos empresariais na era digital*. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MACIEL, Dayanna dos Santos Costa; SPIRLANDELI, Flávia Helena de Almeida. *Marketing cultural: da consolidação de marcas à promoção de artistas*. Curitiba: Intersaberes, 2022.

THIRY-CHERCHES, Hermano. *Projetos culturais: técnicas de modelagem*. São Paulo: FGV, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Convenções da escrita: uso de pontuação, aspas, crase. Norma culta: concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal. Progressão temática e articuladores argumentativos. Relatório. Seminário. Resenha e sinopse. Comentário argumentativo a partir da relação entre fatos, dados e opiniões. Variação linguística e preconceito linguístico. Leitura literária e fruição estética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Oficina de texto*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, A. R. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, Anna Rachel (coord.). *Resenha*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GEDRAT, Dóris Cristina; CORREA, Vanessa Loureiro; CAPUTO, Angelo Renan Acosta; BARBOSA, Cláudia Soares. *Teorias do texto*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; Travaglia, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. Editora Contexto 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. Editora Contexto 2010.

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. *Práticas de escrita para o letramento no Ensino Superior*. Curitiba: Intersaberes 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Inglesa II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Prática de leitura, escrita, escuta e oralidade em língua inglesa com compreensão de enunciados simples, frases isoladas e expressões frequentes em áreas de prioridade imediata. Produção oral e escrita em língua inglesa. Expressões de uso familiar e cotidiano. Apresentação de si e dos outros, com perguntas e respostas sobre aspectos pessoais, as pessoas, familiares que conhece e o meio circundante, incluindo seu ambiente de trabalho, sua formação e habilidades. Leitura e análise de gêneros textuais simples do panorama de produção cultural. Estratégias de leitura: *skimming* e *scanning*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEL, A.; SHARP, W. *Cambridge English Objective Ket: Student's Book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MARQUES, Amadeu. *English for life*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MURPHY, Raymond. *English grammar in use*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1994.

LONGMAN. *Dictionary of Contemporary English*. 3. ed. Oxford: Longman, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRO, Jeferson. *Around the world: introdução à leitura em língua inglesa*. Editora Intersaberes 2012

GAUCH, Silvia Rosmarie Lehmann. *Dicionário de logística e comércio exterior: inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 2*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 3*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 1*. 4. ed. São Paulo: Textonovo, 2002.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 2*. São Paulo: Textonovo, 2002.

STAHEL, Monica (Ed.). *Password: English dictionary for speakers of Portuguese*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WALESKO, Angela Maria Hoffmann. *Compreensão oral em língua inglesa*. Editora Intersaberes 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Sequências. Ciclo trigonométrico. Principais funções trigonométricas. Fórmulas de transformação, relações e equações trigonométricas. Matrizes e determinantes. Sistemas lineares. Análise Combinatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 2, 2010.

SOUZA, J. *Coleção Novo Olhar – Matemática*. São Paulo, Editora FTD, 2010.

GIOVANNI, J. R., BONJORNIO, J. R. *Matemática Completa*. São Paulo, Editora FTD, vol 2, 2005.

IEZZI, Gelson *et al.* *Matemática – Ciência e Aplicações*, Editora Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, L. R. *Matemática: Contexto e Aplicações*. São Paulo, Editora Ática, vol 2, 2017.

IEZZI, G. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 3*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

IEZZI, G, HAZZAN, S. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 4*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

HAZZAN, S. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 5*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Física II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Termologia. Termodinâmica. Óptica. Ondulatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MÁXIMO, A., ALVARENGA, B. *Física – volume 1*. 6ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2006.

GASPAR, A. *Física - Volume Único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Ática, 2001.

FILHO, A. G., TOSCANO, C. *Física para o Ensino Médio – volume único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAMPAIO, J.L.P., CALÇADA, C.S.V. *Universo da Física - volume 1*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.

SAMPAIO, J.L.P., CALÇADA, C.S.V. *Física – volume único*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.

RAMALHO, F.Jr., FERRARO, N.G., SOARES, P.A.T. *Os Fundamentos da Física - volume 1 - Mecânica - 9ª Ed.* São Paulo. Ed. Moderna, 2009.
FILHO, A.G., TOSCANO, C. *Física e Realidade.* 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Química I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Estrutura Atômica: Histórico, modelos, representação e identificação das propriedades dos Elementos. Distribuição Eletrônica – Caracterização das propriedades periódicas e localização dos elementos na Tabela de acordo com sua distribuição eletrônica. Tabela Periódica – Construção e compreensão de sua estrutura. Ligações químicas – Compreensão de suas interações inter e intramoleculares. Funções Inorgânicas – Aprender a estruturar fórmulas de ácidos, bases, sais e óxidos e enter suas propriedades. Cálculo Estequiométrico - Estabelecer as relações quantitativas entre as substâncias participantes de uma reação química. Gases – Reconhecer as características do estado gasoso, identificando suas variáveis de estado e estabelecer relações baseadas nas leis das transformações gasosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELTRE, Ricardo. Química (Ensino Médio) - Volume 1 - Química Geral, 6ª Edição - São Paulo: Moderna, 2004.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L.. Química na abordagem do cotidiano, Volume 1- Química geral e inorgânica, 4. ed. — São Paulo: Moderna, 2006.

SANTOS, W. L. P. (coordenador), Química cidadã. Volume 1: Química - Ensino Médio - 1ª série, 3. ed. - São Paulo : Editora AJS, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, G.C. Química Moderna. São Paulo: Scipione,1997 3v. LEMBO. Química – Realidade e Contexto. São Paulo: Ática. 2003. Único.

FONSECA, M. R. M. Química: Ensino Médio. 3 v, 2ed - São Paulo: FTD, 2016.

SARDELLA, A. Curso de Química. Química Geral, Físico-química, Química Orgânica, Ática. v. 1, 2 e 3.

USBERCO - SALVADOR. Química. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 3v.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Biologia Celular, com destaque para os processos celulares, incluindo respiração e fotossíntese sem abordagens bioquímicas aprofundadas. Vírus, bactérias, fungos e plantas, com foco nos processos vitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, MARTHO. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3 Ed. Moderna. 2004.

CHEIDA L. E. *Biologia Integrada*. Vol. 1,2 e 3. São Paulo-SP. FTD. 2002.

LAURENCE J. *Biologia Ensino Médio*. Vol. Único 1º edição. São Paulo: Nova geração. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERTS, B. et al. *Biologia molecular da célula*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 1428 p. ISBN 9788582714225 (enc.).

LINHARES S., GEWANDSZNAJDER F. *Biologia*. Vol. Único. Ed. Ática. 2008.

LOPES, S, ROSSO S. *Biologia*. Vol. único. Ed. Saraiva. 2006.

PAULINO, W. R. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3. São Paulo. Ed. Ática. 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Cartografia. Importância da aprendizagem geográfica do meio físico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOREIRA, J.C.; SENE, E. *Geografia*. São Paulo: Scipione, 2010.

DUARTE, P. A. *Escala: fundamentos*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1983.

DUARTE, P. A. *Cartografia básica*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1988.

DUARTE, P. A. *Cartografia temática*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1991.

DUARTE, P. A. *Fundamentos de Cartografia*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, R.; PASSINI, E.Y. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1991.

GARCIA, H.C. *Geografia: de olho no mundo do trabalho: volume único para o ensino médio*. SP: scipione, 2005.

MOREIRA, J.C. *Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil: volume único/ João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene*. SP: Scipione, 2005.

VESENTINI, J.W. *Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único: Sp*. Ática, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia II

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Filosofia Política: estado e sociedade civil. Concepções de Estado. Estado técnica e poder. Técnica e emancipação. Estado e poder. Liberalismo e totalitarismo. Republicanismo. Ideia de revolução. Indústria cultural e educação política. Entrevista sobre política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. *Filosofando*: Introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.
 ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, S/d
 CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo. Ed. Ática, 2012.
 HORKHEIMER, A. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.
 HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. 7.ed. São Paulo: Centauro, 2002.
 HOBBS. *O Leviatã*. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
 LOCKE. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
 MACHIAVELLI. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, S/d.
 PLATÃO. *A república*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, S/d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. *Filosofando*: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.
 BUZZI, A. R. *Introdução ao pensar*: o ser, o conhecimento, a linguagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
 GAARDER, J. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
 ROUSSEAU. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, S/d.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia II

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: O trabalho na sociedade moderna e no Brasil. Desigualdade social no Brasil. Direitos e cidadania. Os movimentos sociais. Ideologia e indústria cultural. Mudanças e transformação social no Brasil. Anatomia do Brasil. As tribos urbanas. A religião no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, C. *Sociologia*: introdução à ciência da sociedade. 2º Grau. Ed. Moderna. São Paulo. 2001.
 BAUMAN, Z., MAY, T. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.
 LIVEIRA, P.S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1995.
 PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
 VITA, A. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHINOY, E. *Sociedade*: uma introdução à sociologia. São Paulo: Cultrix, 2006.
 OLIVEIRA, L.F.; COSTA, R.C.R. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro:Imperial Novo Milênio, 2007.
 TOMAZI, N.D. *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.
 VILA NOVA, S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

Componentes Curriculares Optativos do 3º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Produção Musical

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Etapas de um projeto de produção musical. Diferentes contextos do fazer musical. Sonorização de projetos musicais. Equipamentos e tecnologias musicais. Técnicas de microfonação em projetos ao vivo e em estúdio. Organologia. Práticas de produção musical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HENRIQUES, Fábio. *Guia de mixagem (vol. 1, 2 e 3)*. Timburi/SP: Cia do EBook: 2019.

HENRIQUES, Fábio. *Guia de microfonação*. Timburi/SP: Cia do EBook, 2019.

MOSCAL, Tony. *Sound Check: o básico de som e sistemas de sonorização*. Rio de Janeiro: H. Sheldon, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIBSON, David. *The Art of Mixing: A Visual Guide to Recording, Engineering, and Production*. Londres: Routledge, 2018.

SCHAFER, Murray. *A Afinação do Mundo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KATZ, Bob. *Mastering Audio: The Art and the Science*. 3 ed. Waltham: Focal Press, 2014.

HERMES, Othniel (Ed.). *Curt Sachs: Musicology, Organology, Erich von Hornbostel, Hornbostel-Sachs, Musical instrument classification*. Bellum Publishing, 2011.

CICALA, Roy Joel. *A porta mágica: As memórias do lendário produtor que ajudou a criar o som de artistas como John Lennon e Jimi Hendrix - Roy Cicala em depoimento a Claudio Tognolli*. São Paulo: Benvirá, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR: Produção Teatral

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Fases da produção teatral. A prática da direção teatral. O produtor cultural na montagem cênica. O processo de divulgação. O teatro enquanto espaço de socialização e educação. Poéticas teatrais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURNIER, Luís Otávio. *A arte do ator: da técnica à representação*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VIOLA, Spolin. *O jogo teatral no livro do diretor*. São Paulo: Perspectiva, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BERTHOLD, Margot. *História Mundial do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOLESLASKY, Richard. *A arte do ator: as primeiras seis lições*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- LECOQ, Jacques. *O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral*. São Paulo: Senac-SP/Sesc-SP, 2010.
- PAVIS, Patrice. *A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Produção Literária

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Compreensão da estrutura e manipulação de narrativas lineares (contos e crônicas). Análise dos componentes formais da produção: personagem, foco narrativo, trama, desfecho, espaço e tempo. Estudo dos recursos da poesia em língua portuguesa e das práticas locais de produção cultural. A canção popular. Poesia, poema e versificação; recursos rítmicos, de construção e imagísticos. Verso livre, verso branco e formas contemporâneas. Estudo dos procedimentos dramáticos. Produção e discussão, de forma escrita e oral, de textos originais narrativos, poéticos e teatrais em diferentes suportes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRECHT, B. *Estudos sobre o teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- COMPARATO, D. *Da criação ao roteiro*. São Paulo: Summus, 2009.
- GOTLIB, N. B. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 1978.
- KOCH, S. *Oficina de escritores*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KORYTOVKI, Ivo. *Manual do poeta*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- MIRANDA, Simão. *Oficina de criação literária: como ensinar saberes e sabores da leitura e da escrita*. Campinas: Papyrus, 2020.
- UBERSFELD, A. *Para ler o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ROSENFELD, A. *Texto e contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1969

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARISTÓTELES. *A Arte Poética*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- BONNICI, T., ZOLIN, L. O. (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.
- BANDEIRA, Manuel. Versificação em língua portuguesa. In: BANDEIRA, Manuel. *Seleção de Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- TERRA, Ernani. *Da leitura literária à produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MOISÉS, M. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- PAVIS, P. *Dicionário de teatro*. Tradução de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- POE, Edgar Allan. Filosofia da composição. In: *Poemas e ensaios*: Edgar Allan Poe. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR: Produção de Dança

CARGA HORÁRIA: 80 Hora/aula e 67 Hora/relógio (60 min)

EMENTA: Aspectos essenciais de produções coreográficas na área da dança: tema, música, definição de estilo, seleção de participantes. Utilização do espaço, exploração das habilidades dos participantes. Técnicas de composição coreográfica. Metodologias de ensaio e desenvolvimento de produções coreográficas. Formação de platéias, avaliação e análise crítica de produções coreográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas. *Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado*. Brasília, DF: Ed. IFB, 2011.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore nacional*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTEIRO, Marianna. *Dança popular: espetáculo e devoção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRIKMAN, Lola. *A linguagem do movimento corporal*. São Paulo: Summus Editorial, 2014, 128 p.

LABAN, Rudolf von; CAMPOS, Maria da Conceição Parahyba. *Dança educativa moderna*. São Paulo: Ícone, 1990.

LEONARDO PINHEIRO BOTELHO. *Dance mais? Abordagens e vivência*. Ícone Editora, 2019, 90p.

RIBEIRO, Silvia Regina. *Atividades rítmicas e expressivas: a dança na educação física*. Curitiba: Intersaberes, 2019, 282 p.

SARAIVA, Maria do Carmo; KLEINUBING, Neusa Dendena (org.). *Dança: diversidade caminhos e encontros*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança : hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 171 p. (Série estratégias de ensino, 26).

TADRA, Débora Sicupira Arzua; FERREIRA, Rosimara Viol Tuyuti; MAÇANEIRO, Scheila Mara; ORTOLAN, Sabrina Mendes (Org.). *Linguagem da Dança*. Curitiba: Intersaberes 2012, 116 p.

VIANNA, Klauss. *A dança - 8º Edição*. São Paulo: Summus, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Produção de Artes Visuais

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Produção e Apreciação. Teoria das Cores. Suportes. O produtor cultural e as exposições. Processos de criação. Transformações da matéria e visão gráfica. Produção e reprodutibilidade da imagem. Propostas híbridas na concepção artística contemporânea. Processo criativo e operativo da escultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Cristina. *Questões de arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, A. M.; AMARAL, L. *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Senac-SP/SESC-SP, 2008.

GOMBRICH, Ernst H. *Arte e Ilusão - um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 9ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Intervenções urbanas: Arte/cidade* São Paulo: Editora Senac-SP, 2002.

SALLES, Cecília. *Redes da criação: construção da obra de arte*. São Paulo: Horizonte, 2006.

Componentes Curriculares Obrigatórios do 3º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Projetos Culturais II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Planejamento, formatação e escrita de projeto cultural. Elementos básicos de projetos culturais: apresentação, objetivos, justificativa, democratização de acesso/contrapartida social, etapas do projeto, orçamento, plano de realização, plano de divulgação, público-alvo. Leitura e análise de relatório de projeto cultural. Execução de projetos culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOTE FILHO, HAROLDO. *Redação publicitária: percursos criativos e persuasão*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

INSTITUTO ALVORADA. *Projetos culturais: como elaborar, executar e prestar contas*. Brasília: Instituto Alvorada, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/\\$File/5443.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/$File/5443.pdf) acessado em: 08 de ago. de 2022.

MACHADO, Jones. *Gestão e produção cultural*. Curitiba: Appris, 2017.

SALVADOR, Arlete. *Escrever bem no trabalho: do Whatsapp ao relatório*. São Paulo: Contexto, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Maria Alice da Silva. *Redação empresarial*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, Paulo César Paulino. *Redigindo textos empresariais na era digital*. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MACIEL, Dayanna dos Santos Costa; SPIRLANDELI, Flávia Helena de Almeida. *Marketing cultural: da consolidação de marcas à promoção de artistas*. Curitiba: Intersaberes, 2022.

THIRY-CHERCHES, Hermano. *Projetos culturais: técnicas de modelagem*. São Paulo: FGV, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Artes II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

O processo histórico e construtivo da escultura; Novos Modelos Artísticos e conceituais; Produção artística oriental; Elementos do teatro; Arte Circense; Tópicos em História da Música Popular Brasileira; Música Afro-brasileira e Indígena; Modernismo Musical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Cristina. *Questões de arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

JANSON, H. W; JANSON, Anthony F. *Iniciação à história da arte*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KIVY, Peter (org.). *Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte*. São Paulo: Paulus, 2008.

VIOLA, S. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Fundamentos sociológicos, biológicos e interdisciplinares dos cinco elementos da cultura corporal: dança, jogos e brincadeiras, esportes, ginástica e lutas. Tematizando especialmente questões relacionadas ao lazer, a qualidade de vida, sedentarismo, atividade física e indústria cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Educação Física Ensino Médio. Curitiba: SEED-PR, 2006. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

CAMARGO, L. *O que é lazer*. Editora Brasiliense, 2008.

STUBBS, R. *Livro dos esportes*. Agir, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENA, Simone Sagres. *Exercício físico e qualidade de vida: avaliação, prescrição e planejamento*. São Paulo: Phorte, 2009. 237 p.

CARTAXO, Carlos Alberto. *Jogos de combate: atividade recreativas e psicomotoras: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATTHIESEN, Sara Quenzer (Org.). *Atletismo se aprende na escola*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Fontoura, 2009. 144 p.

SANTOS, Pedro Sérgio dos. *O que é xadrez*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UESHIBA, Moriteru. *Aikido: evolução passo a passo: elementos essenciais*. São Paulo: Pensamento, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Convenções da escrita: uso de pontuação, aspas, crase. Norma culta: concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal. Progressão temática e uso de articuladores argumentativos. Seminário. Resenha. Variação linguística e preconceito linguístico. Dissertação argumentativa. Leitura literária e fruição estética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Oficina de texto*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, A. R. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, Anna Rachel (coord.). *Resenha*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GEDRAT, Dóris Cristina; CORREA, Vanessa Loureiro; CAPUTO, Angelo Renan Acosta; BARBOSA, Cláudia Soares. *Teorias do texto*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; Travaglia, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. Editora Contexto 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. Editora Contexto 2010.

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. *Práticas de escrita para o letramento no Ensino Superior*. Curitiba: Intersaberes 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Probabilidade. Superfícies poligonais, círculos e áreas. Introdução à geometria espacial. Poliedros. Corpos redondos. Geometria Analítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 3, 2010.

SOUZA, J. *Coleção Novo Olhar – Matemática*. São Paulo, Editora FTD, 2010.

IEZZI, Gelson *et al.* *Matemática – Ciência e Aplicações*, Editora Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 2, 2010.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNIO, J. R. *Matemática Completa*. São Paulo, Editora FTD, vol 3, 2005.

IEZZI, G. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 7*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

DOLCE, O. POMPEO, J. N. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 9*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

DOLCE, O. POMPEO, J. N. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 10*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Física III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Eletricidade. Magnetismo. Física Moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MÁXIMO, A., ALVARENGA, B. *Física – volume 1*. 6ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2006.

GASPAR, A. *Física - Volume Único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Ática, 2001.

FILHO, A.G., TOSCANO, C. *Física para o Ensino Médio – volume único*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAMPAIO, J.L.P.; CALÇADA, C.S.V. *Universo da Física - volume 1*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.

SAMPAIO, J.L.P.; CALÇADA, C.S.V. *Física – volume único*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 2005.

RAMALHO, F.Jr.; FERRARO, N.G., SOARES, P.A.T. *Os Fundamentos da Física - volume 1 - Mecânica - 9ª Ed.* São Paulo. Ed. Moderna, 2009.

FILHO, A.G., TOSCANO, C. *Física e Realidade*. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Scipione, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Química II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Propriedades Coligativas – Compreensão dos processos de equilíbrio entre a camada de vapor e as condições ambientes. Soluções – Aprender e Reconhecer a relação massa/volume, volume/volume e massa/massa em várias unidades (g/L, mol/L e %), assim como processos de diluição e pré concentração. Termoquímica – caracterização e medidas de processos de transferência de calor resultantes de reações químicas. Cinética química – Estabelecer procedimentos que identifiquem a relação de fatores externos com a velocidade das reações químicas. Equilíbrio Químico – Compreensão dos processos reversíveis em reações químicas, acompanhados das suas relações e fatores influenciadores do processo. Eletroquímica – Compreensão entre a diferença dos processos de produção de corrente elétrica e utilização de corrente. Conhecimento acerca dos processos de troca de elétrons e da caracterização nominal de cada um deles. Radioatividade – Compreensão da instabilidade molecular e dos processos utilizados pela estrutura atômica para sua estabilização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELTRE, R. Química (Ensino Médio) - Volume 2 - Físico-Química, 6ª Edição - São Paulo: Moderna, 2004.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L.; Canto, Eduardo Leite. Química na abordagem do cotidiano, Volume 2- Físico Química, 4. ed. — São Paulo : Moderna, 2006.

SANTOS, W. L. P. (coordenador), Química cidadã. Volume 2: Química - Ensino Médio - 2ª série, 3. ed. - São Paulo : Editora AJS, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, G.C. Química Moderna. São Paulo: Scipione, 1997 3v.

FONSECA, M. R. M. Química: Ensino Médio. 3 v, 2ed - São Paulo: FTD, 2016.

LEMBO. Química – Realidade e Contexto. São Paulo: Ática. 2003. Único. REIS, M. Química Integral. São Paulo: FTD. Único. , v.1 Química Geral, v.2 Físico-Química, v.3 Química Orgânica. São Paulo: FTD, 1992.

SARDELLA, A. Curso de Química. Química Geral, Físico-química, Química Orgânica, Ática. v. 1, 2 e 3.

USBERCO - SALVADOR. Química. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 3v.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Genética molecular e clássica. Teorias da origem da vida, evolução e ecologia geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, MARTHO. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3 Ed. Moderna. 2004.

CHEIDA L. E. *Biologia Integrada*. Vol. 1,2 e 3. São Paulo-SP. FTD. 2002.

LAURENCE J. *Biologia Ensino Médio*. Vol. Único 1ª edição. São Paulo: Nova geração. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINHARES S., GEWANDSZNAJDER F. *Biologia*. Vol. Único. Ed. Ática. 2008.

LOPES, S, ROSSO S. *Biologia*. Vol. único. Ed. Saraiva. 2006.

PAULINO, W. R. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3. São Paulo. Ed. Ática. 2009.

ODUM, Eugene Pleasants. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434 p. ISBN 8520102492 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR: História II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: “2ª” revolução industrial (capitalismo monopolista). O nascimento da sociedade de consumo: Fordismo e Taylorismo no contexto estadunidense. O processo de urbanização no contexto brasileiro (e regional) nas primeiras décadas do século XX: a ideia de modernização e progresso; A ciência a serviço da segregação – as questões étnicas no início do século XX. Movimentos sociais do início do século XX e suas relações com o mundo do trabalho: movimento operário, movimento feminista. A “invenção” do trabalhador brasileiro no governo Vargas. A dimensão do conhecimento técnico e tecnológico nas guerras mundiais. As novas configurações mundiais no pós-guerra. Consumo e modernização no Brasil dos anos 1950. Os movimentos sociais e identitários do início da década de 1960.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COTRIN, G. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2002. Único.

MOTA, M.B., BRAICK, P.R. História das Cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 2005 (vol. 1, 2, 3)

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp/FDE, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil. São Paulo: Campus, 2000.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1998.

DIDIER, M. T.; REZENDE, A. P. Rumos da História. São Paulo: Atual, 2005.

ARRUDA, J.J., PILLETTI, N. Toda a História: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia III

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Ética. A ética aristotélica. Os projetos éticos da Modernidade. A ética da comunicação. Uma ética eco-centrada. Problemas éticos. Estética: a questão do belo, da mimese. Arte e filosofia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo, Editora Ática, 1999.

ARANHA, M.L.A.,

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo. Ed. Ática, 2012.

COTRIM, G. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUZZI, A. R. *Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GAARDER, J. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KANT, I. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 2004.

MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia III

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: O conceito de política, poder e Estado. As ideologias políticas: socialismo, comunismo, social-democracia, liberalismo, neoliberalismo, nacionalismo. Os regimes políticos: democracia, autoritarismo e totalitarismo. As formas de governo: presidencialismo e parlamentarismo. Globalização, neoliberalismo e o Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2º Grau. Ed. Moderna. São Paulo. 2001.

BAUMAN, Z., MAY, T. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.

LIVEIRA, P.S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1995.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VITA, A. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHINOY, E. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

OLIVEIRA, L.F., COSTA, R.C.R. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

TOMAZI, N.D. *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.

VILA NOVA, S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Aspectos Jurídicos da Produção Cultural

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Contratos e obrigações. Licenciamento de eventos. Convênios com o Poder Público. Licitações. Aspectos tributários de atividades culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HACK, Érico. *Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ROXO, Gustavo Henrique Sperandio. *Licitações e Contratos Administrativos: considerações à luz da lei n.14.133/2021*. Curitiba: Intersaberes, 2021

STRUCHEL, Andrea. *Licenciamento Ambiental Municipal*. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Augusto de (orgs.). *Direitos culturais: múltiplas perspectivas*. Volumes I e II. Fortaleza: EdUECE, 2014.

DRUMMOND, Alessandra; NEUMAYR, Rafael. *Direito e Cultura*. Aspectos Jurídicos Da Gestão E Produção Cultural. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

FRANCEZ, Andréa; NETTO; José Carlos Costa; D'ANTINO, Sérgio Famá (org.). *Manual do direito do entretenimento*. São Paulo: SENAC-SP, 2009.

NAKANE, Andréa Miranda (Org.). *Gestão e Organização de Eventos*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Gestão Cultural*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOARES, Inês Virgínia Prado e CUREAU, Sandra (orgs.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: SESC, 2015.

SOUZA, Allan Rocha de. *Direitos Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2013.

VITA, Jonathan Barros; ALMEIDA, Patrícia Silva de. *A tributação do sistema da arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

Componentes Curriculares Obrigatórios do 4º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Cultura, Lazer e Sociedade

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceitos de cultura, lazer e trabalho em uma perspectiva interdisciplinar. Interesses culturais no lazer. Diversidade cultural local e global. Marcadores sociais da diferença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

CAMARGO, L. *O que é lazer*. Editora Brasiliense, 2008.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 86 p.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Caio Gonçalves. *A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 295p.
Dimensões teórico-práticas da recreação e do lazer. Curitiba: Intersaberes, 2021.
SILVA, Junior Vagner Pereira; SILVA, Dirceu Santos (Org.). *Lazer, vida de qualidade e direitos sociais*. Curitiba: Intersaberes, 2020.
SILVA, Cinthia Lopes da. *Lazer educação física: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer*. São Paulo: Papirus, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Econômica em Empreendimentos Culturais

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Fundamentos da Economia Aplicada. Economia Aplicada. Teoria Microeconômica: demanda, oferta, mercado, produção e custos. Política Macroeconômica: inflação, juros, setor público, crescimento e desenvolvimento econômico. Estudo da estrutura organizacional interna e externa de empresas voltadas ao gerenciamento de bens e produtos culturais. Estratégia empresarial frente ao mercado e concorrência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Maria Helena. *Gestão cultural: profissionais em formação*. São Paulo: Ed. Duo editorial, 2007.
GARCIA, Manuel Enriquez; VASCONCELOS, Marco A. Sandoval. *Fundamentos da Economia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. Manole, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZANCHETI, SILVIO MENDES. *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Rio de Janeiro: Ed. CECI, 2002.
MICHELS, Erico; OLIVEIRA, Ney; WOLLENHAUPT, Sandro. *Fundamentos da economia*. Editora Intersaberes 2013
IARA CHAVES. *Gestão Econômica para o Setor de Serviços*. Editora Intersaberes 2021
MONTEIRO, Erika Roberta; SILVA, Pedro Augusto Godeguez da. *Introdução ao estudo da economia*. Editora Intersaberes 2014
TEBCHIRANI, Flávio Ribas. *Princípios de economia: micro e macro*. Editora Intersaberes 2012

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Financeira em Empreendimentos Culturais

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Contabilidade básica: fundamentos e conceitos. Prestação de contas como comprovação formal da realização do projeto cultural referente à execução do objeto proposto e uso dos recursos públicos. Documentos utilizados. Relatórios parcial e final. Planilhas. Gestão documental e financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. *Instrução Normativa MinC no 02, de 23 de abril de 2019*. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

BRASIL. *Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991*. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

BRASIL. *Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986*. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FÓRUM BRASILEIRO PELOS DIREITOS CULTURAIS. *Lei Rouanet*: conheça esse Sistema de Incentivo à Cultura. Cartilha com informações acerca da Lei Rouanet. São Paulo, 2016. Disponível em:

https://www.fbdc.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Lei_Rouanet_20161128.pdf.

Acesso em: 29 agosto 2022.

IUDICIBUS, Sergio de, MARION, José Carlos. *Curso de contabilidade para não contadores*. São Paulo: Atlas, 2022.

KADLETZ, Mariana. *Cartilha Lei de Incentivo à Cultura* [Capacitar]. Cartilha de troca de informações entre entidades, órgãos governamentais, empresários e comunidade em geral acerca de temas ligados ao desenvolvimento de projetos vinculados a mecanismos de incentivos fiscais federais. 3. ed. Florianópolis, 2019. Disponível em:

<http://capacitar.vc/cartilhas/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2022.

COMPONENTE CURRICULAR: Projetos Culturais III

CARGA HORÁRIA: 120 horas/aula (100 horas/relógio)

EMENTA:

Sistematização e construção de trabalho de conclusão de curso (TCC), adotando como metodologia construtiva: elaboração de projeto cultural que contenha a estruturação mínima dos principais editais de fomento cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO ALVORADA. *Projetos culturais: como elaborar, executar e prestar contas*. Brasília: Instituto Alvorada, 2014. Disponível em:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/\\$File/5443.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32ed4c25a6439578715ce/$File/5443.pdf) acessado em: 08 de ago. de 2022.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Ferramentas para o pesquisador iniciante. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
 MACHADO, Jones. Gestão e produção cultural. Curitiba: Appris, 2017.
 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
 BRAGA, Maria Alice da Silva. *Redação empresarial*. Curitiba: Intersaberes, 2012.
 CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica : fundamentos e técnicas. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.
 FILHO, Flavi Ferreira Lisboa. *et al.*, Gestão e produção cultural. Curitiba: Appris, 2017.
 MACIEL, Dayanna dos Santos Costa; SPIRLANDELI, Flávia Helena de Almeida. *Marketing cultural: da consolidação de marcas à promoção de artistas*. Curitiba: Intersaberes, 2022.
 SILVA, Paulo César Paulino. *Redigindo textos empresariais na era digital*. Curitiba: Intersaberes, 2016.
 THIRY-CHECHES, Hermano. *Projetos culturais: técnicas de modelagem*. São Paulo: FGV, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática IV

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Números complexos. Polinômios e equações polinomiais. Matemática Financeira. Análise de dados. Medidas estatísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 3, 2010.
 SOUZA, J. *Coleção Novo Olhar – Matemática*. São Paulo, Editora FTD, 2010.
 IEZZI, Gelson *et al.* *Matemática – Ciência e Aplicações*, Editora Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, J. M. *Conexões com a Matemática*. São Paulo, Editora Moderna, vol 2, 2010.
 GIOVANNI, J. R.; BONJORNIO, J. R. *Matemática Completa*. São Paulo, Editora FTD, vol 3, 2005.
 IEZZI, G. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 6*. São Paulo, Editora Atual, 2010.
 IEZZI, G. HAZZAN, S. DEGENSZAJN, D. *Fundamentos da Matemática elementar - volume 11*. São Paulo, Editora Atual, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Química III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Introdução à Química Orgânica – Conhecer em que meio o conteúdo se insere. Estudo da Estrutura e encadeamento do Carbono – Conhecer a capacidade de encadeamento e suas designações específicas. Regra geral de nomenclatura dos compostos orgânicos – Diferenciar e nomear estruturas químicas orgânicas específicas. Funções orgânicas oxigenadas - Diferenciar e nomear estruturas químicas orgânicas específicas. Funções orgânicas nitrogenadas - Diferenciar e nomear estruturas químicas orgânicas específicas. Isomeria – Identificar e compreender sua estrutura espacial. Reações Orgânicas (substituição, adição e eliminação eletrofílica e nucleofílica) – Conhecer mecanismos de obtenção de compostos orgânicos específicos. Polímeros. (Reações Polimerização, Polímeros Sintéticos e Naturais) – Conhecer e relacionar processo de polimerização com o nosso dia-a-dia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELTRE, R. Química (Ensino Médio) - Volume 3 - Química Orgânica, 6ª Edição - São Paulo: Moderna, 2004.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. Química na abordagem do cotidiano, Volume 3 - Química Orgânica, 4. ed. — São Paulo : Moderna, 2006.

SANTOS, W. L. P. (coordenador), Química cidadã. Volume 3: Química - Ensino Médio - 3ª série, 3. ed. - São Paulo : Editora AJS, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, G.C. Química Moderna. São Paulo: Scipione, 1997 3v.

FONSECA, M. R. M. Química: Ensino Médio. 3 v, 2ed - São Paulo: FTD, 2016.

LEMBO. Química – Realidade e Contexto. São Paulo: Ática. 2003. Único.

SARDELLA, A. Curso de Química. Química Geral, Físico-química, Química Orgânica, Ática. v. 1, 2 e 3.

USBERCO - SALVADOR. Química. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 3v.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Mundo Contemporâneo: economia e política. Industrialização e Geopolítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOREIRA, J.C.; SENE, E. *Geografia*. São Paulo: Scipione, 2010.

DUARTE, P. A. *Escala: fundamentos*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1983.

DUARTE, P. A. *Cartografia básica*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1988.

DUARTE, P. A. *Cartografia temática*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1991.

DUARTE, P. A. *Fundamentos de Cartografia*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, R., PASSINI, E.Y. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1991.

GARCIA, H.C. *Geografia: de olho no mundo do trabalho: volume único para o ensino médio*. SP: Scipione, 2005.

MOREIRA, J.C. *Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil: volume único*/ João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. SP: Scipione, 2005.

VESENTINI, J.W. *Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único*: Sp. Ática, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Histologia, embriologia e fisiologia, comparação dos grupos taxonômicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, MARTHO. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3 Ed. Moderna. 2004.

CHEIDA L. E. *Biologia Integrada*. Vol. 1,2 e 3. São Paulo-SP. FTD. 2002.

LAURENCE J. *Biologia Ensino Médio*. Vol. Único 1º edição. São Paulo: Nova geração. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINHARES S., GEWANDSZNAJDER F. *Biologia*. Vol. Único. Ed. Ática. 2008.

LOPES, S, ROSSO S. *Biologia*. Vol. único. Ed. Saraiva. 2006.

PAULINO, W. R. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3. São Paulo. Ed. Ática, 2009.

SCHMIDT-NIELSEN, K. *Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente*. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. 611 p. ISBN 9788572880428 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR: História III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: A 2ª metade do século XX. Ditadura militar: entre a repressão e o discurso do desenvolvimento. As práticas de resistência no campo político e cultural. O processo de abertura democrática na dimensão das relações de poder no campo político. A reformulação das ideias liberais ou o neoliberalismo e o discurso da globalização. Globalização X Mundialização. As novas tecnologias de informação e comunicação e as relações sociais. O lugar do/a trabalhador/a frente às transformações recentes no mundo do trabalho (trabalho informal/ tempo de trabalho/ discurso da empregabilidade etc.). Um outro mundo é possível: os movimentos de resistência/ o papel das redes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COTRIN, G. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva, 2002. Único.

MOTA, M.B., BRAICK, P.R. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2005 (vol. 1, 2, 3)

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. São Paulo: Campus, 2000.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.

DIDIER, M. T.; REZENDE, A. P. *Rumos da história*. São Paulo: Atual, 2005.

ARRUDA, J.J., PILLETTI, N. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia IV

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: Conceito de Direitos Humanos. Conceito de pessoa e dignidade. Historização dos direitos humanos. A realização dos direitos humanos. A vulnerabilidade e violação dos direitos humanos. Direitos humanos: democracia e cidadania, utopia e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEDIN, A. Gilmar. *Cidadania, direitos humanos e equidade*. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

DIAS, Reinaldo. *Introdução aos direitos humanos*. Editora Alinea, 2012.

FERNANDES, Pádua. *Para que servem os direitos humanos*. Porto: Editora Angelus Novus, 2009.

LIMA TRINDADE, JOSÉ DAMIÃO. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CONDER COMPARATO, Fábio. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. Editora Saraiva, 2013.

CULLETON, Alfredo; BRAGATO, F.; FAJARDO, S. Porto. *Curso de direitos humanos*. Unisinos, 2009.

REIS DOS SANTOS, S. F. e LACERDA, C. M. *Debate interdisciplinar sobre os direitos humanos*. Portugal: Editora insular, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia IV

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula (33 horas/relógio)

EMENTA: As interpretações modernas sobre a constituição do povo brasileiro. As relações entre família e o Estado na formação da sociedade brasileira. Raça, classe, Estado e

dependência na constituição da sociologia brasileira. As contradições do desenvolvimento brasileiro. A identidade nacional e a identidade local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIVEIRA, P.S. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2º Grau. Ed. Moderna. São Paulo. 2001.

BAUMAN, Z., MAY, T. Aprendendo a pensar com a sociologia.: Ed. Jorge Zahar, 2010.

PRADO JR., C. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VITA, A. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, L.F., COSTA, R.C.R. Sociologia para jovens do século XXI. Rio de Janeiro:Imperial Novo Milênio, 2007.

CHINOY, E. Sociedade: uma introdução à sociologia. São Paulo: Cultrix, 2006.

VILA NOVA, S. Introdução à sociologia. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

TOMAZI, N.D. Iniciação à sociologia. São Paulo: Atual, 2000

Componentes Curriculares Optativos do 4º Ano

COMPONENTE CURRICULAR: Arte e Tecnologia

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Tecnologias da imagem e do som. Tecnologia e aporte poético. Cultura e Tecnologia. Leituras de erudito e popular pela perspectiva tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LACOSTE, Jean; CABRAL, Álvaro. *A Filosofia da arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.

LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. *Dilemas da Arte/Educação como mediação cultural em namoro com as tecnologias contemporâneas*. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.) *Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 98 - 112.

DOMINGUES, Diana. (org.) *Arte e Vida no Século XXI*. São Paulo: UNESP, 2003.

GEERTZ, Cliford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEMONTE, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ZUBEN, Paulo. *Música e tecnologia: o som e seus novos instrumentos*. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2020.

COMPONENTE CURRICULAR: Produção Audiovisual

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Letramento digital. Prática fotográfica poético e/ou funcional. Fotografia como método de pesquisa e expressão. Proposições artísticas em vídeo. Edição digital da imagem. Princípios de edição, mixagem e masterização de áudio digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

PROENÇA, Graça. *História da Arte*. 17º Ed. Ática: São Paulo, 2007.

ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam: leitura da arte na escola*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, Priscila. *Arte e Mídia: perspectivas da estética digital*. São Paulo: Senac, 2005

LEÃO, Lucia (org). *O Chip e o caleidoscópio: estudo em novas mídias*. São Paulo: Senac, 2004.

ROCHA, Cleomar (org.). *Poéticas interativas: estudos de interfaces computacionais*. Goiânia, UFG/Media Lab, 2013.

VILARES, Fábio (org). *Novas mídias digitais (audiovisual, games e música): impactos políticos, econômicos e sociais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

WINCK, João Baptista. *Quem conta um conto aumenta um ponto: design do audiovisual interativo*. São Paulo: Garamond, 2007.

LEITE, Reynaldo. *Mixagem e Masterização: a história e os aspectos da arte, técnica e gestão da mixagem*. São Paulo: Reynaldo Leite Jr, 2020.

COMPONENTE CURRICULAR: Artesanato

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Artesanato e design. Artes manuais. Artesanato brasileiro. Artesanato e cultura popular. Artesanato étnico. Técnicas e processos de artesanato. Artesanato e turismo. Inovação no artesanato. Design de produtos artesanais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Mônica. *Artesanato sustentável: natureza, design & arte*. São Paulo: Editora Senac, 2018.

LODY, Raul. *Barro & balaio: dicionário do artesanato popular brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.

MUNARI, B. *Das coisas nascem coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAXTER, Mike. *Projeto de produto*: guia prático para o design de novos produtos. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2011. 342 p.

GOMES FILHO, J. *Gestalt do objeto*: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2009.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. *Composição visual*. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

LEFTERI, C. *Como se faz*. São Paulo: Blucher, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Estudos de Poesia Brasileira

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Conceito de vanguarda. Poesia brasileira da era nacional: estudo dos cânones. Semana de Arte Moderna de 1922, vanguarda e modernismo. Poesia das três fases modernistas. Movimentos de vanguarda do século XX. Poesia concreta. Poesia-práxis. Tropicalismo. Poesia marginal. Poesia engajada. Poesia paranaense. Poesia do litoral do Paraná. Poesia brasileira contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

BINDER, Marilda. *Introdução à literatura paranaense*. Curitiba: HDV, 1988.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

DANTAS, Vinícius; SIMON, Iumma Maria. *Poesia concreta*: literatura comentada. São Paulo: Abril, 1982.

DEMARCHI, Ademir. *101 poetas paranaenses*: antologia de escritas poéticas do século XIX ao XXI. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Poesia jovem dos anos 70*: literatura comentada. São Paulo: Abril, 1982.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura brasileira*: modos de usar. Porto Alegre L&PM, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira*: resumo para principiantes. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão, vanguarda e subdesenvolvimento*: ensaios sobre arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

OLIVEIRA, Silvana. *Análise de textos literários*: poesia. Curitiba: Intersaberes, 2020.

OLIVEIRA, Silvana. *Teoria e crítica literária*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

COMPONENTE CURRICULAR: Literatura e Outras Mídias

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Conceito de Literatura. Conceito de Artes. Conceito de Mídias. A literatura e outras artes ao longo da história da arte. Elementos de outras artes no texto literário. Êcfrase. Sobrevida (supervivência, iterabilidade). Adaptação. Apropriação. Intermidialidade (sentido amplo e restrito). A recriação do texto literário em outras produções artísticas. Análise crítica das relações intermidiáticas em relação à produção literária em contexto local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1987.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BINDER, Marilda. *Introdução à literatura paranaense*. Curitiba: HDV, 1988.
- DINIZ, T. F. N.; VIEIRA, A. S. (Orgs.) *Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea 2*. Belo Horizonte: Rona Editora: FALE/UFMG, 2012(a).
- DINIZ, T. F. N. (Org.) *Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG, 2012(b).
- FIGUEIREDO, C. A. P.; OLIVEIRA, S. R.; DINIZ, T. F. N. (Orgs.) *A intermedialidade e os estudos interartes na arte contemporânea*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020.
- FISCHER, Luís Augusto. *Literatura brasileira: modos de usar*. Porto Alegre L&PM, 2013.
- HUTCHEON, L. *Uma teoria da adaptação*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- OLIVEIRA, Silvana. (Org.) *Literatura e outras artes: diálogos e contrastes*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- CLÜVER, C. Estudos interartes: conceitos, termos, objetivos. *Literatura e Sociedade*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 37-55, 1997. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i2p37-55. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/13267>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CLÜVER, C. Intermidialidade. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, [S. l.], p. 8–23, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15413>. Acesso em: 3 set. 2022.
- CLÜVER, C. Inter textus / inter artes / inter media. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 10–41, 2006. DOI: 10.17851/2317-2096.14.2.10-41. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18067>. Acesso em: 2 set. 2022.
- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Perspectiva: São Paulo, 2015.
- FABRINO, Ana Maria Junqueira. *História da literatura universal*. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- KIRCHOF, Edgar Roberto et al. *Fundamentos do texto literário*. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- OLIVEIRA, Silvana. *Teoria e crítica literária*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RAJEWSKY, Irina. O termo intermedialidade em ebulição: 25 anos de debate. In: FIGUEIREDO, C. A. P.; OLIVEIRA, S. R.; DINIZ, T. F. N. (Orgs.) *A intermedialidade e os estudos interartes na arte contemporânea*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *Perdida entre signos: literatura, artes e mídia, hoje*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.

SILVA, Débora Teresinha Mutter da *et al. Crítica literária*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

STAM, R. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. *Ilha do Desterro*. V. 2. n. 51. p. 19-53. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2006n51p19>> Acesso em: 08 set. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR: Jogos, brincadeiras e a educação socioambiental

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Marcadores sociais, sentimento de pertencimento e os protagonismos em busca de experiências de atividades lúdicas sustentáveis. Educação para e pelo lazer, possibilidades de soluções inovadoras em busca de uma vida de mais qualidade. Práticas corporais e meio ambiente a sensibilização pela experiência de forma colaborativa. Estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAETA, Anna Maria Bianchini (Org). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. Dinâmicas e instrumentação para educação ambiental. 1ª ed. São Paulo: Gaia, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FANTIN, M.E.; OLIVEIRA, E. Educação Ambiental, saúde e qualidade de vida. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DIAS, Genebaldo Freire. Contribuições pessoais para a sustentabilidade. São Paulo: Gaia, 2004.

RUSCHEINSKY, A.; Educação Ambiental: abordagens múltiplas. 2ª. ed. Porto Alegre – RS: Penso, 2012.

TAKAHASHI, L; LECHNER, L. Curso de Planejamento e Implantação de Trilhas. Guaraqueçaba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Radiofonia

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Breve história do rádio brasileiro; Tipos de emissoras: comunitária, comercial e educativa; Gêneros e formatos de radiojornalismo; Rádio e o espaço digital; Narrativa musical e narrativa sonora; As variedades da experiência da escuta; Criação de conteúdos radiofônicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEONARDO ROCHA. *A mídia e os novos meios de comunicação*. Contentus, 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Radio e Mídias Sociais: Mediações e Interações Radiofônicas em Plataformas Digitais de Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: teoria e prática*. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MEDITSCH, Eduardo (org). *Teorias do Rádio: Textos e Contextos*. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (orgs). *Teorias do Rádio: textos e contextos*. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008.

ORTRIWANO, Gisela. *A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática de Música em Conjunto

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Tópicos em arranjo instrumental; Tópicos em arranjo vocal; Composição musical; Tópicos em Teoria e Análise; Estudo, compreensão e interpretação de repertórios diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARNONCOURT, Nikolaus. *O discurso dos Sons: caminhos para uma nova compreensão musical*. Trad. Marcelo Fagerlande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

ALMADA, Carlos. *Arranjo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

TONI, Anderson; VELOSO, Flávia Denis Dias. *Prática musical em conjunto: um olhar ao ensino e à aprendizagem*. Curitiba: InterSaberes, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUEST, Ian. *Arranjo: método prático*. Volume 1. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2020.

GUEST, Ian. *Arranjo: método prático*. Volume 2. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2020.

GUEST, Ian. *Arranjo: método prático*. Volume 3. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2020.

BASTIÃO, Zuraida Abud. Prática de conjunto instrumental na educação básica. *Música na Educação Básica*. Londrina, v.4, n.4, novembro de 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: As línguas de sinais e a língua brasileira de sinais; Linguagem formal e informal nas línguas orais e na língua brasileira de sinais; História e Legislação da Libras; Aspectos da cultura e identidades surda; Perspectivas sociolinguísticas da surdez; Parâmetros linguísticos; Alfabeto Manual e Números; Datilologia; Soletração Rítmica; Formas de Cumprimentos; Apresentação Pessoal; Nome visual; Advérbios de tempo; Calendário; Verbos simples; Pronomes pessoais (Dual, trial e quatral); Pronomes possessivos; Pronomes demonstrativos; Sinônimos e antônimos; Ampliação de vocabulário: práticas de conversação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue: Língua de Sinais Brasileira: LIBRAS. São Paulo: EdUSP, 2001. v 2.
 CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue: Língua de Sinais Brasileira: LIBRAS. São Paulo: EdUSP, 2001. v 3.
 GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
 BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências.
 FELIPE, T. A.; Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante. Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 8ª. edição, 2007.
 FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M.S.S. Libras em Contexto: Curso Básico, Livro do Professor. 6ª. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
 QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.
 SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. – 6ª edição. – Porto Alegre: Mediação, 2013.
 STROBEL, Karin L. & FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos da Libras – Língua Brasileira de Sinais. Secretaria de Estado de Educação, Superintendência de Educação, Departamento de Educação Especial. Curitiba: 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: Arranjos Culturais Locais

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Arranjos produtivos de base cultural; conceito de desenvolvimento; estratégias de identificação, reconhecimento e preservação; redes sociotécnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012.
 LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.
 PINTO, Inami Custódio. *Folclore no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
 BARBOSA, Ana Mae. Dilemas da Arte/Educação como mediação cultural em namoro com as tecnologias contemporâneas. In: _____ (Org.) *Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 98 - 112.
 DOMINGUES, Diana. (org.) *Arte e Vida no Século XXI*. São Paulo: UNESP, 2003.
 GEERTZ, Cliford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
 OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 9ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Língua Espanhola

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Compreensão e usos de expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam a satisfazer necessidades concretas de tipo imediato. Aspectos de cultura espanhola e hispanoamericana. Cultura como forma de vida. Cultura como produções intelectuais e artísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNO, F. A. T. C.; MENDOZA, M. A. C. L. *Hacia el español – Curso de lengua y cultura hispánica nivel básico*. São Paulo: Saraiva, 2004.
 MICHAELIS: *dicionário escolar espanhol: espanhol-português, português-espanhol*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
 MILANI, Esther Maria. *Gramática de espanhol para brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 SEGOVIANO, C. *A arte de conjugar verbos espanhóis*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, F. *Uso de la gramática española – Elemental*. Madri: Edelsa, 2003.
 DÍAZ GARCÍA-TALAVERA, M. *Diccionario Santillana para estudiantes*. São Paulo: Moderna, 2003.
 HENARES, U. A. de. *Señas – Diccionario para la enseñanza de la Lengua Española para Brasileños*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 ROMERO, D. *Saberes y comportamiento culturales*. Madri: Edinumen, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Língua Inglesa

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Prática de leitura, oralidade, escrita e escuta. Compreensão de enunciados nas quatro habilidades, abordando temas relacionados ao ambiente de trabalho, ao espaço escolar e ao ambiente de lazer. Produção oral e escrita em língua inglesa. Situações cotidianas do entorno regional parnanguara. Expressões para falar de experiências, eventos, sonhos, esperanças, ambições, além de justificar razões e opiniões relacionadas a projetos pessoais ou atrelados a carreira. Vocabulário próprio do contexto de produção cultural. Leitura e análise de gêneros textuais simples do panorama de produção cultural. Estratégias de leitura: *skimming* e *scanning*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEL, A.; SHARP, W. *Cambridge English Objective Ket: Student's Book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FERRO, Jeferson. *Around the world: introdução à leitura em língua inglesa*. Editora Intersaberes 2012.

LONGMAN. *Dictionary of Contemporary English*. 3. ed. Oxford: Longman, 1995.

MARQUES, Amadeu. *English for life*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MURPHY, Raymond. *English grammar in use*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRO, Jeferson. *Introdução às literaturas de língua inglesa - 2º Edição*. Editora Intersaberes, 2015

GAUCH, Silvia Rosmarie Lehmann. *Dicionário de logística e comércio exterior: inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

GEAR, J.; GEAR, R. *Cambridge Preparation for the TOEFL Test*. 4 Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 2*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARQUES, Amadeu. *Reading texts in english: book 3*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MONIQUE JAYNE VAN ZELM FELIX. *New technologies in English language teaching: novas tecnologias no ensino de língua inglesa*. Contentus, 2020. (E-book)

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 2*. São Paulo: Textonovo, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Língua Portuguesa

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Escrita de gêneros da esfera acadêmico-científica. Conceito de Literatura e suas funções. Diferentes enfoques sobre a periodização literária ocidental. Questões contemporâneas de literatura e cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONNICI, T., ZOLIN, L. O. (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MACHADO, A. R. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.
OLIVEIRA, Silvana. *Análise de textos literários: poesia*. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
CULLER, J. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
MACHADO, Thaisa. *Análise de texto literário: prosa*. Contentus 2020
TERRA, E. *Leitura do texto literário*. Editora Contexto 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Artes I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Permanência e criação nas artes; Arte Brasileira e suas correlações; Prática de observação e sensibilização; Arte e os aspectos do litoral paranaense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARTHING, S. Tudo sobre Arte – Os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
GOMBRICH, E. H. J. A História da Arte. 16º ed. São Paulo: LTC, 2000.
PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Arte , Ensino Médio - Livro didático. Curitiba: 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, A. M. (org.) *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002.
HAUSE, A. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
KRAMER, S.; LEITE, M.I.F.P. *Infância e produção cultural*. Campinas: Papyrus, 1998.
MARTIN-BARBERO, J.; REY, G. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001.
STRIKLAND, C. *Arte comentada: da Pré-história ao pós-moderno*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Artes II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Estudos culturais sobre apropriação e atribuição; Processo de refração entre, cultura e sociedade; As vanguardas artísticas e sua singularidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMBRICH, Ernst. A História da Arte. Rio de Janeiro, LTC, 2012.
 LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.
 PROENÇA, Graça. História da Arte. 17º Ed. Ática: São Paulo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, A. M. (org.) Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.
 BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Edusp: Zouk, 2003.
 BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
 CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
 GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Educação Física

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: A educação física em uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, abordando temas tais como: lazer, meio ambiente, tecnologias, manifestações culturais e demais temas emergentes, todos relacionados às práticas corporais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Educação Física Ensino Médio. Curitiba: SEED-PR, 2006. ISBN: 85-85380-32-2.
 SILVA, Cinthia Lopes da. Lazer educação física: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. São Paulo: Papirus, 2012. 95 p.
 STUBBS, R. Livro dos esportes. Agir, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, L. O que é lazer. Editora Brasiliense, 2008.
 PINTO, Inami Custódio. Folclore no Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2006.
 OLIVEIRA, Vitor Marinho de. O que é educação física. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011. 144p.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Matemática

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Funções. Limite. Continuidade. Geometria analítica. Derivadas. Regras de derivação. Estudo da variação das funções. Noções de Cálculo Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IEZZI, G, MACAHADO, N., MURAKAMI, C. *Fundamentos da Matemática elementar* - volume 8. São Paulo, Editora Atual, 2010.

FLEMMING, D.M.; GONÇALVES, M. B. *Cálculo A*. São Paulo, Pearson, 6ª edição, 2010.

SAFIER, Fred. *Pré-Cálculo*. Porto Alegre, Bookman, 2ª edição, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, L. R. *Matemática: Contexto e Aplicações*. São Paulo, Editora Ática, vol 2, 2017.

MEDEIROS, Valéria Zuma, CALDEIRA *et al.* *Pré-Cálculo*. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2ª edição, 2011.

STEWART, J. *Cálculo*, volume I. São Paulo: Editora Cengage Learning, 6ª edição, 2010.

THOMAS, G. B. *Cálculo*, volume I. São Paulo, Pearson, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Física

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Movimento Circular. Gravitação. Estática dos corpos rígidos. Mecânica dos Fluidos. Tópicos de Física Moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SAMPAIO, J. L.; CALÇADA. *Física*. São Paulo: Atual Editora, 2008. Vol. 1, 2 e 3.

YAMAMOTO, K., FUKE, L. F. *Física para o Ensino Médio*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. Vol 1, 2 e 3.

GASPAR, A. *Física*. São Paulo: Editora Ática, 2008. Vol. 1, 2, 3.

ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A. *Física*. São Paulo, Editora Scipione, 2008. Vol. 1, 2, 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REF - *Textos de mecânica, termologia e eletromagnetismo*. Editora da USP, São Paulo, 1993.

Quanta Física. Carlos a. Kantor et. Editora PD. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo, 2010.

Física, Ciência e Tecnologia. Carlos Magno A. Torres et. Editora Moderna. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo, 2010.

Física Aula por Aula. Claudio Xavier e Benigno Barreto. Editora FTD. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Química

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Química da atmosfera. Química da água. Combustíveis. Polímeros. Sabões. Substâncias químicas tóxicas. Energia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANCO, S. M.; MURGEL, E. *Poluição do ar*. São Paulo: Moderna, 2001.
 BRANCO, S. M. *Água Origem, uso e preservação*. São Paulo: Moderna, 2006.
 CANTO, E. L. *Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?* São Paulo: Moderna, 2001.
 SPIRO, T. G.; STIGLIANI. *Química Ambiental*. São Paulo: Pearson, 2009.
 TUNDISI, H. S. F. *Usos de Energia sistemas, fontes e alternativas: do fogo aos gradientes de temperatura oceânicos*. São Paulo: Atual, 1991.
 FELTRE, R. *Química*. vol. 1. São Paulo: Moderna, 2010.
 FELTRE, R. *Química*. vol. 2. São Paulo: Moderna, 2010.
 FELTRE, R. *Química*. vol. 3. São Paulo: Moderna, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, C. *Química ambiental*. Bookman: 2011.
 BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 2002.
 MANAHAN, S. E. *Química ambiental*. Bookman: 2013.
 VANIN, J. A. *Alquimistas e químicos: O passado, o presente e o futuro*. São Paulo: Moderna, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Geografia

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Organização dos espaços dos municípios do litoral paranaense. Organização urbana e formação das cidades. Conceitos como redes, áreas polarizadoras, conurbação, metrópoles etc. Plano diretor como instrumento de planejamento e gestão das cidades aliado a questões ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
 MENDONÇA, F. *Impactos socioambientais urbanos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
 MOTA, S. *Urbanização e meio ambiente*. Abes, RJ, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, R., PASSINI, E.Y. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1991.
 DUARTE, P. A. *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994 .
 SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.
 VESENTINI, J.W. *Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único*: Sp. Ática, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em História

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Estudo do processo histórico do litoral paranaense a partir do levantamento e análise de fatores referentes às configurações sociais estabelecidas em cada contexto histórico, com foco nas temáticas de educação, cultura, trabalho e sociabilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *1858, viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novos caminhos no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos em suas florestas e campos (1872/75)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens na comarca de Curitiba: 1820*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória histórica, crónologica, topographica e descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real: 1851*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.

VITOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO, C; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, T. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. *Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*. Universidade Estadual de Maringá, 2007.

SILVA, M. R. *O negro no Brasil: historias e desafios*. São Paulo: FTD, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Sociologia

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Modernidade e Pós-Modernidade. O Nacional, o Internacional e o Global. Revolução tecnológica e sociedade virtual. Meio ambiente e ativismo global. Sistema econômico e financeiro internacional. Novos movimentos sociais e a política contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GILPIN, R. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IANNI, O. *Teorias da globalização*, Civ. Brasileira, 2000.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Record: 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOBSBAWN, E. J. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

PANITCH, L., LEYS, C. (orgs.) *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Record, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Filosofia

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: As concepções de ética. Moral e ideologia. Poder e política. Liberalismo, republicanismo e marxismo. Teorias da justiça. Democracia e Direitos Humanos. Ciência, Técnica: regulação e emancipação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2012.

DELACHAMPAGNE, C. *A filosofia política hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE NOUVEAU OBSERVATEUR. *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRUSTOLIN, L. (org.) *Bioética — Cuidar da vida e do meio ambiente*. São Paulo: Paulus, 2007.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FARAGO, F. *A justiça*. Barueri: Manolo, 2004.

FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Unesp, 1995.

RUSS, J. *Pensamento ético contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 1999.

VÁSQUEZ, A. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia I

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Introdução a botânica, citologia e histologia vegetal, algas, briófitas criptógamas vasculares (pteridófitos), gimnospermas e angiospermas. Práticas de campo para coleta de material (folhas, flores, frutos e sementes) para confecções de exsiccatas e para formar banco de sementes de plantas nativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, MARTHO. *Biologia*. Vol.1, 2 e 3 Ed. Moderna. 2004.
 CHEIDA L. E. *Biologia Integrada*. Vol. 1,2 e 3. São Paulo-SP. FTD. 2002.
 LAURENCE J. *Biologia Ensino Médio*. Vol. Único 1º edição. São Paulo: Nova geração. 2005.
 LINHARES S.; GEWANDSZNAJDER F. *Biologia*. Vol. Único. Ed. Ática. 2008.
 LOPES, S; ROSSO S. *Biologia*. Vol. único . Ed. Saraiva. 2006.
 RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. *Biologia vegetal*. 7º ed. Guanabara Koogan, 2007. 856 p.
 SOUZA, V.C. E LORENZI, H. 2005. *Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II*. Ed. 2. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, Nova Odessa.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACKES, P.; IRGANG B. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. Clube da árvore. Instituto Souza Cruz. 1º ed.2 2004.
 JANZEN, D.H. *Ecologia vegetal nos trópicos*. 1º ed. EPU Editora, 1980. 79 p.
 RICKLEFS, R. E. *A economia da natureza*. 5º ed. Guanabara Koogan, 2003. 503 p.
 SOUZA, V.C. E LORENZI, H. *Chave de identificação: para as principais famílias de angiospermas nativas e cultivadas do Brás*. 2 ed. Instituto Plantarum, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia II

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Processos e padrões evolutivos. Nomenclatura científica. Classificação atual dos seres vivos. Poríferos. Cnidários. Ctenóforos. Platelmintos. Nemertinos. Nematódeos. Anelídeos. Moluscos. Artrópodes. Briozoários. Equinodermos. Urocordados. Peixes. Anfíbios. Répteis. Aves. Mamíferos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HICKMAN JR., C.P.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A. *Princípios integrados de zoologia*. 15ª. Rio de Janeiro: Guanabara Koogna AS, 2013.
 MOORE, J. *Uma introdução aos invertebrados*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2011.
 ORR, R.T. *Biologia dos vertebrados*. 5ª. ed. São Paulo: Roca, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO-COSTA, C.S.; ROCHA, R.M. *Invertebrados: manual de Aulas Práticas*. 2ª. ed. Ribeirão Preto: Hollos Editora, 2006.
 RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. *Zoologia dos invertebrados – Uma abordagem funcional-evolutiva*. 7ª. ed. São Paulo: Roca, 2005.
 SCHMIDT-NIELSEN, K. *Fisiologia animal: adaptação e Meio Ambiente*. 5ª. ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia III

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: O debate entre a extensão e a comunicação. Limites e contradições da transferência de tecnologias. A cultura, a identidade e as demandas das comunidades. O diálogo de saberes. Pesquisa-ação. Vivência a campo em comunidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALLET, V. J. *A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI*. 1999. 142 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 93p.

HURTADO, C.N. *Comunicação e educação popular: educar para transformar para educar*. Petrópolis: Vozes, 1993. 201p.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez (autores associados), 1986. 108p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDREOLA, B.A. Interdisciplinaridade na obra de Freire: uma pedagogia da simbiose e da solidariedade. In: STRECK, D.R. (org.). *Paulo Freire: ética, utopia e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. Pp. 67-97.

Estágio Interdisciplinar de Vivência. *Relatório de Atividades 1996/1997*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Pró-Reitoria de Extensão. 2000. 74p.

GONDIM, P. Algumas considerações sobre o Estágio de Vivência desenvolvido pelo Centro de Ciências Agrárias da UFSC. In: *Revista Científica do curso de pós-graduação em Extensão Rural*. UFSM, p.71-80, edição 3, ano III. Jan./Dez. 1996.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia IV

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Ambiente, sociedade e as relações com a energia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORANDI, S. & GIL, I. C. *Tecnologia e ambiente*. São Paulo: 2001.

RICKLEFS, R. E. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2003, 503p.

FARRET, F. A. *Aproveitamento de pequenas fontes de energia elétrica*. Santa Maria. 2º Ed. rev. e ampl. - Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. *Bioetanol de cana de açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável*. Organização CGTE e BNDS. Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, A. Fioroti. *Tópicos em energia: teoria e exercícios com respostas para concurso*. Rio de Janeiro. Ed. Synergia, 2012.

DREW, D. *Processos interativos homem meio ambiente*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
 SANTOS, R. F. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
 VAN GERPEN, J.; KNOTHE *et al.*, G. *Manual de Biodiesel*. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia V

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Diferentes comunidades da microbiota da água, do ar e do solo e as interações com os diferentes ecossistemas. Aspectos ecológicos e de saúde e níveis de interação física, química e biológica relacionados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PELCZAR, M. Jr. *Microbiologia: conceitos e aplicações*; tradução de Sueli Fumie Yamada... [et al.]. São Paulo: Makron Books, 1997.

RIBEIRO, M. C.; STELATO, M. M. *Microbiologia prática: aplicações de aprendizagem de microbiologia básica: bactérias, fungos e vírus*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 224 p.

HÖFLING, J. F., GONÇALVES, R. B. *Microscopia de luz em microbiologia: morfologia bacteriana e fúngica*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 244 p.

STEVENSON, G. B. *Biologia dos fungos, bactérias e vírus*. São Paulo: Polígono, 1974. xviii 267 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, M. V. C. *Princípios básicos do saneamento do meio*. 9. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. 211 p.

HARVEY, R. A., CHAMPE, P. C.; FISHER, Bruce D. *Microbiologia ilustrada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VARGAS, M. A. T., HUNGRIA, M. EMBRAPA. *Biologia dos solos dos cerrados*. Planaltina, Go: Embrapa, 1997. 524 p.

COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Biologia VI

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula (67 horas/relógio)

EMENTA: Perfil do empreendedor: habilidades e qualidades do empreendedor. Compreensão de mercados regionais e atividades produtivas. Plano de negócios, projetos ambientais e socioambientais. Empreendedorismo, inovação e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DORNELAS, J. C. A. *et al. Uma dupla que faz acontecer*. 1 ed., editora Elsevier-Campus, 2009.

DRUCKER, P. F. *Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século*. 6.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

DRUCKER, P. F. *Inovação e espírito empreendedor, entrepreneurship: prática e princípios*. 6.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

GAUTHIER, F. A. O. *et al. Empreendedorismo*. Editora Livro Técnico, 120 pp., 2010.

6.8 ESTÁGIO CURRICULAR

As atividades de estágio são regidas pela Resolução nº 36 de 01 de outubro de 2019, segundo a qual o estágio “é ato educativo escolar supervisionado e orientado, desenvolvido no ambiente de trabalho” e ao mesmo tempo consiste em atividade pedagógica (IFPR, 2019b, artigo 2º). O estágio deve ser realizado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino com o intuito de propiciar experiência acadêmico-profissional, oportunizar o aprendizado da atividade profissional e a contextualização curricular e preparar o estudante para a cidadania e para o mundo do trabalho. O estágio deve ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e pode ser considerado obrigatório, quando definido no PPC e com carga horária determinada, sendo pré-requisito para a aprovação e certificação; não obrigatório, quando não é pré-requisito para a aprovação e certificação, mas sim realizado de forma opcional, sendo acrescido à carga horária total do curso. Em ambos casos, essa resolução recomenda que os estudantes iniciem estágios a partir do segundo período letivo. As atividades de estágio são permitidas a estudantes a partir dos 16 anos, e a menores de idade não se permitem realizar estágio no período noturno. O horário do estágio não pode coincidir com os horários de aulas e deverá ter jornada que não ultrapasse seis horas diárias e trinta horas semanais em caso de estudantes do Ensino Médio.

Ainda de acordo com a resolução supracitada, a orientação do estágio é considerada atividade de ensino, constando no PPC e Planos de Ensino dos professores responsáveis. Esta orientação se dará em conformidade com as seguintes modalidades:

- I. orientação direta: direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação contínua e direta das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios;
- II. orientação semidireta: direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação periódica das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios;
- III. orientação indireta: direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação esporádica, ocorrendo ao menos uma vez por período, das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios.

Conforme o CNCT, não há obrigatoriedade de estágio para o curso Técnico em Produção Cultural, ficando tal decisão a critério da instituição ofertante. Para o presente curso, o estágio não é obrigatório, mas sim opcional, com orientação indireta, como determina o Regimento Geral de Estágios do campus Paranaguá. Tal regimento determina ainda que, para a realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

- I. verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração;
- II. receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso;
- III. formalizar Termo de Compromisso de Estágio com a Unidade Concedente de Estágio, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino.

Esse regimento prevê normas para a orientação, supervisão e avaliação do estágio. Para orientação de estágio não obrigatório, o regimento prevê que será computada a carga horária de uma hora semanal para até 10 estudantes e de duas horas semanais para mais de 10 estudantes, considerando-se o limite de 20 estudantes por professor. Para avaliação e acompanhamento do estágio, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, observando-se: I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio; II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular; III – a autoavaliação do estudante; IV – elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas; V – elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas; VI – participação em eventos específicos com a socialização das experiências e resultados do estágio.

6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO

Carga Horária do Estágio Obrigatório: o estágio não constitui atividade obrigatória para os estudantes do curso Técnico em Produção Cultural.

Período: o estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do segundo período do curso, conforme as normativas do IFPR determinam.

6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO

Consoante à Resolução nº 36 de 01 de outubro de 2019, são campos de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior e devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que apresentem condições para planejamento e execução conjunta das atividades de estágio: avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico de trabalho, bem como vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, dentro do campo profissional.

Para este curso Técnico em Produção Cultural prevê-se, como possíveis oportunidades de estágios para os estudantes, órgãos públicos municipais relacionados à cultura, como secretarias municipais de cultura, e empresas que porventura tenham setores de marketing cultural, além de organizações não governamentais e associações que promovem cultura.

O convênio de estágio é um instrumento jurídico apropriado que visa a aproximar o IFPR dos parceiros de estágio e será formalizado quando se tratar de agente de integração e quando a unidade concedente de estágio pública ou privada exigi-lo previamente para receber os estudantes de estágio obrigatório e/ou não obrigatório do IFPR. De acordo com o Regimento Geral de Estágios do campus Paranaguá, o convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos coordenadores de curso e dos professores orientadores a verificação da sua necessidade; da Seção de Estágios e Relações Comunitárias, o apoio à formalização; da

Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino, a supervisão e orientação. (IFPR, 2019b)

6.11 TRABALHO FINAL DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso Técnico em Produção Cultural será em forma de projeto cultural e, para isso, se partirá de um edital profissional. Como possibilidades há os editais do PRONAC e do PROFICE, ambos baseados em renúncia fiscal. O PROFICE abre edital a cada dois anos, enquanto o Pronac é de fluxo contínuo, recebendo propostas de 1º de fevereiro a 30 de novembro de cada ano. Ambos aceitam propostas relativas aos diferentes segmentos culturais: dança, música, teatro, literatura, artes visuais, entre outros. Nesses editais de programas de fomento à cultura, há a seleção de projetos por segmento, ou seja, ao inscrever um projeto é necessário optar por um segmento cultural específico, assim como por uma faixa orçamentária dentre as alternativas propostas pelo edital e por um local de realização. É possível propor um projeto que dialogue com outros segmentos culturais, mas o proponente sempre deve escolher o segmento preponderante.

De forma geral, os editais de fomento à cultura têm como estrutura básica apresentação, objetivos, justificativa, contrapartida social/democratização do acesso, etapas, público-alvo, equipe de trabalho, orçamentos e planos de divulgação, de realização e de distribuição. A contrapartida social/democratização do acesso consiste na proposta de medidas que visam a contribuir com retorno concreto à comunidade na qual o projeto será desenvolvido. As contrapartidas sociais são, portanto, ações concretas que objetivam beneficiar a comunidade, ampliando o acesso à cultura, especialmente a camadas vulneráveis da população, comunidades carentes, escolas públicas, pessoas com deficiências, etc. Entram em contrapartidas também ações que podem beneficiar o meio ambiente e/ou reduzir o impacto ambiental promovido pelo próprio projeto, se houver. Os critérios de avaliação dos projetos no geral são: relevância, mérito e clareza do projeto; caráter inovador; acesso da população aos bens e serviços culturais propostos; potencialidade de impacto por meio das contrapartidas; adequação orçamentária; currículo do proponente e demais profissionais envolvidos na proposta. Em termos de relevância e mérito, julgam-se as inovações e originalidade tanto da proposta em si quanto do valor simbólico, histórico e cultural das ações e/ou do produto cultural.

Tendo como ponto de partida um edital cultural, no quarto ano, os estudantes deverão formatar e escrever projetos culturais seguindo as normas previstas em edital de um programa de incentivo à cultura. O edital será previamente selecionado pelo Colegiado do Curso, e o acompanhamento da execução dos projetos será realizado no componente curricular “Projetos culturais III”, o qual será colegiado, composto por docentes de diferentes segmentos culturais. Ao final do ano letivo, os estudantes apresentarão seus projetos, que serão avaliados por banca examinadora composta por ao menos um docente do segmento cultural preponderante do projeto. Evidentemente os estudantes não serão obrigados a de fato submeter seus projetos ao edital, no entanto poderão fazê-lo se assim desejarem.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se enquanto aspecto relevante na formação educacional e profissional dos estudantes, deste modo representa o aprofundamento em uma temática escolhida, oriunda do processo de aprendizagem de um ou mais componentes curriculares cursados.

O panorama de inserção do TCC vislumbra a formação de profissionais criativos, mas também pesquisadores em sua área de atuação, e para essa tarefa os estudantes devem desenvolver uma pesquisa bibliográfica ou construção artística (que também deve ter suporte teórico) norteada pelo edital selecionado.

Para início do sistema de organização do trabalho, os estudantes devem, ainda no primeiro bimestre da disciplina de “Projetos Culturais III”, cumprir duas tarefas estruturantes:

1. Optar pela construção do TCC de maneira individual ou no sistema de dupla;
2. Escolher um orientador, que obrigatoriamente esteja vinculado ao segmento cultural. Caso o orientador não seja do IFPR, torna-se necessário a existência de um coorientador do IFPR.

O processo de avaliação do TCC ocorre através de apresentação do material a uma banca, composta por três integrantes, sendo estes o responsável pela disciplina de “Projetos Culturais III”, o orientador do projeto e um professor avaliador vinculado à área cultural. Após aprovação pela banca, o material do TCC deve ser entregue com as devidas correções, condicionando essa entrega final do material corrigida à aprovação na disciplina “Projetos Culturais III”.

Os critérios de avaliação do material do TCC devem ser norteados pela:

1. sistematização do projeto atendendo aos propósitos indicados no edital modelo;
2. indicativos de acesso à cultura e/ou interligação com os arranjos culturais locais;
3. clareza e relevância da composição simbólica, histórica e cultural do produto.

Portanto, o Trabalho Final de Curso delineado dessa forma considera o perfil de formação na área cultural e tem por objetivo, por um lado, iniciar os estudantes do curso no mundo do trabalho, visto que o insere na proposta de um projeto cultural profissional, uma situação profissional real e não simulada. Por outro lado, os estudantes também desenvolverão a iniciação científica por meio de pesquisa que deverão realizar ao formatar a proposta usando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

No que tange à permanência e êxito, o IFPR dispõe de programas de assistência estudantil para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. O Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE) fornece aportes financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para alimentação (aos estudantes de período integral ou noturno), transporte (aos estudantes que residem a mais de três quilômetros do *Campus*), moradia (aos estudantes cujas famílias precisaram se mudar para a cidade e residem a mais de 50 km do *Campus*) e aquisição de materiais didáticos. Esses programas devem prever cotas e valores específicos para estudantes que façam parte do público da educação especial e estudantes acompanhados pelo NAPNE.

Além dos programas de assistência estudantil, o IFPR dispõe de ações pedagógicas que contribuem para a permanência e êxito estudantil: horários de atendimento individual e/ou coletivo, que permitem ao estudante acessar cada docente para conversar sobre conteúdos específicos em que tenha dúvidas ou maiores dificuldades; consulta a monitores de componentes curriculares específicos; projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação complementar em diferentes áreas do conhecimento; atendimento educacional especializado e acompanhamento do NAPNE com vistas à elaboração de processos de adaptação e/ou flexibilização curricular, quando necessário.

A permanência e o êxito de todos os estudantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio são direitos constitucionais. A política de permanência e êxito deve ser embasada no PDI, sendo materializada no Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito. A política de permanência e êxito é condicionante para a efetivação do currículo dos cursos técnicos de Ensino Médio integrado. A permanência e o êxito devem, dentre outros

elementos, ser resultantes de ações de acolhimento e escuta qualificada dos estudantes, e a política de permanência e êxito está alinhada à política de egressos do IFPR.

O Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito é instituído por meio de ações do IFPR, que devem garantir:

- Estudo diagnóstico e sistemático da situação de evasão, retenção e dos condicionantes de permanência;
- Destinação de recursos com vistas ao desenvolvimento de estratégias e ações efetivas nas dimensões de permanência e êxito;
- Fortalecimento da política da oferta de bolsas e auxílios da assistência estudantil;
- Elaboração de projetos curriculares que contemplem a intersecção e o diálogo com a comunidade acadêmica, os diferentes segmentos e as diferentes juventudes;
- Fortalecimento de currículos que promovam a permanência e o êxito em relação aos grupos sociais atendidos pelas políticas de inclusão social e étnico-racial da instituição e das pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Estímulo às ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação, arte e cultura;
- Acompanhamento pedagógico, psicossocial e atendimento educacional especializado aos estudantes;
- Práticas de ensino, aprendizagem e avaliação por meio de abordagens metodológicas inclusivas, tendo em vista a autonomia dos estudantes;
- Acompanhamento do estudante concluinte de modo a intensificar a recuperação paralela de conteúdos e evitar reprovações em componentes curriculares ao final da trajetória acadêmica;
- Espaços e tempos de convivência e socialização no ambiente acadêmico;
- Construção de uma política de formação inicial e continuada para a permanência e êxito dos estudantes;
- Garantia do pleno acesso ao currículo dos estudantes com necessidades específicas, promovendo a permanência na instituição e o êxito em sua trajetória acadêmica, de forma a favorecer a conquista e o exercício de sua autonomia.

Indicam-se como elementos para o alcance da permanência e êxito destinados aos estudantes com necessidades específicas:

- Adaptações e flexibilização curricular;
- Atendimento educacional especializado;
- Plano de trabalho com atividades e avaliações que sejam viáveis à realidade do estudante;
- Demais elementos que possam ser construídos para a política de inclusão.

O Campus Paranaguá através da SEPAAE participa de forma ativa nos processos relacionados à inclusão social e assistência estudantil. Dessa forma, destacam-se ações de acompanhamento.

- Divulgar os programas de Assistência Estudantil, bem como organizar, conferir, acompanhar as inscrições nos diversos programas da instituição;
- Incentivar a participação dos alunos nas Olimpíadas Acadêmicas;
- Auxiliar na regularização e integração dos alunos estrangeiros;
- Auxiliar a implantação de ações de inclusão social e assistência estudantil;
- Implementar a manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no campus, garantindo desta forma a permanência e o êxito no processo formativo do aluno;
- Divulgar os editais para a comunidade;

- Receber e organizar de documentos dos alunos;
- Cadastrar dados dos alunos;
- Preencher relatórios, planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais);
- Acompanhar os programas da PROEPPI, que também devem ser acompanhados pela equipe pedagógica do campus.

7.1.1 Programas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência estudantil

Instituído pela Resolução nº 75 de 21 de dezembro de 2018, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é um programa da PROEPPI que tem por finalidade conceder bolsas de auxílio financeiro a estudantes do IFPR, para o desenvolvimento de atividades em projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de Ensino Médio e Graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. A finalidade do PIBIC é despertar a vocação científica mediante a participação do estudante em atividades de pesquisa orientada por pesquisadores do IFPR, sendo especialmente importantes para a continuidade de estudos de graduação e pós-graduação.

O PIBIC possui as seguintes modalidades:

- PIBIC: esta modalidade visa a atender estudantes da Graduação;
- PIBIC-PIBIS: esta modalidade destina-se, exclusivamente, àqueles que ingressaram por meio de cotas sociais;
- PIBIC-JR: esta modalidade visa atender estudantes do Ensino Médio nas suas diversas modalidades (regular, integral, técnico, subsequente, alternância).

Aprovado pela Resolução nº 76 de 21 de dezembro de 2018, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) tem como objetivos, entre outros, a consolidação da indissociabilidade entre Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação entre os servidores e estudantes do IFPR e a disseminação de políticas institucionais ligadas a Extensão, Arte e Cultura. O PIBEX também é vinculado à PROEPPI e possui três modalidades:

- PIBEX Júnior oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes do Ensino Médio e cursos técnicos, sendo financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias;
- PIBEX Graduação: oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de graduação, com financiamento provenientes do IFPR, de agências de fomento, de convênios e/ou parcerias;
- PIBEX/PIBIS: oferece bolsas de auxílio financeiro aos estudantes de Graduação que ingressaram por meio de cota social, sendo financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

Além dos programas supracitados, formam parte dos programas da PROEPPI:

- Olimpíada de Robótica, um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes, os quais podem ser utilizados em competições internas e/ou externas;
- Mostra de Lançamento de Foguetes e Feira de Inovação Tecnológica (IFTech), um espaço de exposição de protótipos desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes que podem ser utilizados em competições internas e/ou externas;
- Workshop de Tecnologias Agroindustriais (IFAgroTech), que objetiva conhecer as demandas locais em termos de tecnologia e/ou inovação voltada à agroindústria ou à agricultura familiar;

- Programa Institucional ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pradi), que tem por finalidade contribuir técnica e financeiramente para a aquisição de recursos materiais e serviços que auxiliarão no desenvolvimento dos projetos selecionados, por meio de bolsas para estudantes de nível médio e graduação e auxílio financeiro aos coordenadores;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), o qual visa a estimular os estudantes dos cursos de graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação;
- Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH), que fomenta ações de Extensão, Pesquisa, Inovação e Ensino relacionadas à temática da Educação em Direitos Humanos;
- Programa Institucional de Apoio ao Extensionista (Piae), que apoia o desenvolvimento de atividades de Extensão, com a concessão de auxílio financeiro a pesquisadores do IFPR, financiados pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias;
- Programa Institucional de Apoio ao Pesquisador (Piap), o qual apoia o desenvolvimento de atividades em pesquisa, por meio de concessão de auxílio financeiro a pesquisadores do IFPR, financiados pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias;
- Programa de apoio à aquisição de equipamentos para pesquisa, extensão, arte, cultura, inovação e pós-graduação (Proeq), cujo objetivo é o suprimento da necessidade de equipamentos caracterizados pela sua utilidade para um conjunto de pesquisadores e/ou extensionistas, em várias áreas do conhecimento.

A Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) possui um conjunto de ações e programas implantados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAES) voltados ao estudante para garantir o seu acesso, a permanência e o êxito ao curso, sendo a maioria oferecidos a estudantes em vulnerabilidade social e econômica, ou seja, o indivíduo submetido a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de seu grupo social, tendo sua capacidade de reação limitada e suas oportunidades para superação restritas. Por meio da Política de Assistência Estudantil do IFPR são ofertados programas que contemplam as seguintes áreas: alimentação, transporte, moradia, aquisição de materiais didáticos, financiamento de projetos educacionais, de monitoria, de esporte e de eventos.

Assim, os programas da PROENS ocorrem por meio de editais publicados anualmente, e priorizam-se os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o principal indicador, sem prejuízo de outros fatores sociais e econômicos, é o critério de renda estabelecido legalmente em um salário mínimo e meio *per capita*. Os programas mantidos pela PROENS são:

- Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE), que visa a contribuir com o custeio parcial das despesas essenciais à permanência e êxito acadêmico dos discentes, como transporte e alimentação;
- Programa Cultura Corporal (PROCCORP), que oferece bolsas a estudantes participantes de projetos de ensino na área de Educação Física;
- Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), o qual oferta bolsas a estudantes participantes de projetos educacionais nas mais diversas áreas;
- Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE), que concede repasse financeiro aos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária e/ou eventual, com a finalidade de contribuir para sua permanência e êxito acadêmico na instituição;

- Programa Institucional de Inclusão Digital (PRODIGI), que auxilia estudantes para fins de acesso a recursos tecnológicos visando ao processo de ensino aprendizagem nas plataformas digitais de ensino;
- Programa Monitoria, que fornece apoio a discentes com aptidão para o componente curricular referente à bolsa à qual concorrer na qualidade de monitor;
- Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis, que concede auxílio a discentes em gastos com transporte, hospedagem e alimentação para participação em eventos estudantis;
- Programa de Bolsa Permanência (PBP), dirigido a estudantes indígenas e quilombolas, com o fim de minimizar as desigualdades sociais étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação de tais estudantes;
- Programa de Apoio à Implementação de Projetos de Ensino (PAIPE), o qual contribui para o processo de aprendizagem e êxito escolar e promove o enfrentamento e a superação de dificuldades mediante a concessão de bolsas estudantis em projetos de ensino.

A participação em projetos visam não somente a apoiar os estudantes financeiramente, mas também proporcionar a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso para trabalhar em projetos que propiciam atividades de interesse aos estudantes, bem como seu desenvolvimento acadêmico. Dos programas da PROENS que caracterizam-se pela participação em projetos, destacam-se o PBIS, o PROCCORP, o PAIPE e a Monitoria. Já os programas de pesquisa da PROEPI objetivam despertar a vocação científica e os de extensão, a formação profissional e cidadã dos alunos. Além da participação como bolsistas, recebendo apoio financeiro, é possível a participação de estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão como voluntários. No Curso Técnico em Produção Cultural, pretende-se fomentar a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão mediante a proposição de projetos relevantes para os diversos segmentos da área cultural e para a valorização da diversidade cultural e da cultura local.

7.1.2 Acessibilidade

Conforme previsto na Lei nº 10.048 de 8 de dezembro de 2000 e na Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, bem como no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, o IFPR Paranaguá possui vários recursos para promover a acessibilidade. O NAPNE realiza eventos, palestras e orientações aos docentes, discentes e familiares com o intuito de disseminar uma cultura de respeito às diferenças. O campus promove a acessibilidade comunicacional e linguística por meio dos seguintes recursos:

- Alfabeto em Braille;
- Alfabeto móvel e sílabas;
- Caixa com números em braille;
- Caixa tátil em madeira;
- Esquema corporal;
- Fone de ouvido com microfone;
- Gravador de voz;
- Impressora Braille;
- Kit de lupas digital e eletrônica;
- Lupas simples para baixa visão;
- Materiais adaptados para deficientes visuais;
- Material dourado;
- Memória tátil;

- Multiplanos;
- Notebook com recursos de acessibilidade para Deficiência Visual;
- Plano inclinado para portadores de problemas de coordenação motora;
- Scanner de voz – para Deficiência Visual;
- Teclados para baixa visão;
- Teclado adaptado para Braille;
- Tesoura adaptável para portadores de problemas de coordenação motora;
- Intérpretes de Libras;
- Prédios com rampas de acesso a cadeirantes;
- Estacionamento exclusivo para pessoas com deficiência;
- Prédio com elevador;
- Banheiros reservados a deficientes.

7.1.3 Educação Inclusiva

O NAPNE é uma proposição da Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério da Educação (SETEC/MEC), órgão institucionalizado por intermédio do Programa Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Objetivando consolidar uma política de educação inclusiva nas Instituições Federais de Ensino, atende ao propósito da inclusão escolar, atua diretamente no contexto escolar, dissemina conceitos, divulga experiências e sensibiliza as comunidades escolares para a questão das necessidades educacionais específicas. O NAPNE foi instituído no IFPR em 2009 e é vinculado, atualmente, à Diretoria de Ensino da PROENS. O NAPNE é um núcleo consultivo, propositivo e de assessoramento e, nos *campi*, está vinculado, desde 2022, à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIEPEX), contando com uma coordenadoria própria (FG1). Possui composição multidisciplinar que realiza o atendimento e/ou acompanhamento de estudantes com necessidades específicas e visa a promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, para o respeito às diferenças e, principalmente, para a minimização das barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas no âmbito do IFPR.

Entende-se por estudante com necessidades específicas aqueles que, para exercer os seus direitos educacionais em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, necessite de modificações e ajustes, de caráter permanente ou transitório, no contexto escolar, com o intuito de promover acesso, permanência e êxito de todos os estudantes do IFPR, respeitando as suas especificidades. Composto por coordenadoria, contando ainda com vice-coordenadoria e secretariado, além de docentes e técnicos atuantes nas políticas de educação especial e inclusiva, como assistente social, docente de educação especial, psicólogo e intérpretes de Libras. Cabe destacar a organização do trabalho realizado pelos intérpretes no acompanhamento dos estudantes surdos em todas as disciplinas em que são matriculados e fazem a mediação das línguas envolvidas. Isso inclui as atividades desenvolvidas dentro das salas de aulas, dependências em disciplinas do período letivo anterior, trabalhos realizados em grupos de discentes, atividades realizadas nos laboratórios, aulas externas e atividades afins relacionadas com o curso ou de interesse discente organizada pela instituição de ensino.

A educação inclusiva promove a educação para a convivência, a aceitação da diversidade e a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Dessa forma, o IFPR Paranaguá possui uma série de recursos e meios para romper tais barreiras e possibilitar o acesso ao campus e aos estudos a estudantes portadores de necessidades específicas. Para tanto, o campus possui intérpretes de Libras e equipe multidisciplinar, como mencionado anteriormente. Para minimizar as barreiras arquitetônicas, o IFPR possui em seu espaço físico

rampas de acesso a cadeirantes, estacionamento exclusivo para pessoas com deficiência, elevador e banheiros reservados a deficientes. Para minimizar as barreiras atitudinais, o NAPNE realiza eventos, palestras e orientações aos docentes, discentes e familiares de modo a disseminar uma cultura de respeito às diferenças. Alguns dos eventos relacionados à inclusão são a Semana de Inclusão e o Ciclo de Mesas Redondas Partilhas Pedagógicas.

O NEABI tem o papel institucional de promover a inclusão e fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam à superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial e à valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR. O NEABI assessoria a Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi) na gestão das políticas públicas, favorecendo o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais. O NEABI Paranaguá promove ações de acolhimento aos estudantes, com especial atenção aos cotistas, bem como acompanhamento das discussões sobre a lei de cotas e bancas de heteroidentificação, além da organização da Semana da Consciência Negra.

7.1.4 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

Por meio da Coordenadoria de Relações Internacionais, o IFPR promove a internacionalização por meio da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização. Conforme consta no PDI, o IFPR compromete-se a promover a mobilidade escolar/acadêmica, com intercâmbios nacionais e internacionais. Por tanto de programas do Governo Federal, como o Ciência sem Fronteiras, quanto por intermédio de iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, “a mobilidade estudantil busca colaborar com a formação integral do estudante de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano.” (IFPR, PDI, 2020, 139-140). Nesse sentido o IFPR estabeleceu um convênio com o Instituto Politécnico de Bragança, instituição de ensino portuguesa, com a finalidade de promover a oportunidade de experiência internacional para os alunos do IFPR, possibilitando o contato com outras culturas e a ampliação das possibilidades de formação profissional e humana. O Centro de Línguas do IFPR (CELIF) também constitui-se como uma ação de internacionalização por oportunizar a aprendizagem de línguas estrangeiras por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Assim, o curso poderá oportunizar a possibilidade de intercâmbio com outras instituições de ensino e internacionalização por meio dos programas institucionais e governamentais de incentivo à mobilidade ou de convênios com instituições internacionais para que haja o intercâmbio estudantil. Os estudantes do IFPR participam dos intercâmbios por meio de chamadas públicas.

Existem também editais de transferência interna e externa:

- Interna: transferência de estudante regularmente matriculado em curso do IFPR para outro curso de mesmo nível e forma de oferta no mesmo *campus* ou em outro *campus* a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo critérios divulgados em edital específico;
- Externa: disponibilizada para estudante matriculado em curso técnico de nível médio de outras instituições de educação profissional para ingresso em curso de mesmo nível e forma de oferta a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo critérios estabelecidos em edital específico.

8 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

8.1 CORPO DOCENTE

8.1.1 Atribuições do Coordenador

De acordo com o Manual de Competências do IFPR (2015), o coordenador de curso é responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino, à qual compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do campus, assim como contribuir para a organização curricular. Faz parte das competências do coordenador:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso;
- Supervisionar situações acordadas em reuniões;
- Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados;
- Planejar em conjunto com a COENS/DIEPEX as dependências do curso;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;
- Atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
- Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como, fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo que sejam de interesse da Administração. (IFPR, 2015)

A coordenação de curso é subordinada à COENS e à DIEPEX e compõe o Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus (CGPC), órgão auxiliar da gestão pedagógica em assessoramento à Direção Geral e ao Colégio de Dirigentes do Campus (CODIC). Assim, o coordenador de curso participa desse colegiado, assim como do Colegiado do Curso, o qual preside. O docente que exerce a função de Coordenação de Curso cumpre carga horária de 16 horas semanais nessa atividade.

Espera-se que o coordenador do Curso Técnico em Produção Cultural tenha habilidades e conhecimentos a respeito da cultura local e dos arranjos produtivos culturais locais para transitar no meio cultural e artístico do litoral paranaense e para estreitar laços entre o campus Paranaguá e os órgãos municipais de cultura. A aproximação com a área artística local e com tais órgãos auxiliará em parcerias e no envolvimento dos estudantes do curso com a realidade do mundo do trabalho na área cultural.

8.1.2 Relação do Corpo docente

Área	Perfil de formação	Componente Curricular
Linguagens	Licenciatura em Letras português: Angélica Tomiello Juliana Regina Pretto Rosana de F. S. J. Padilha	Língua portuguesa I, II e III Tópicos Especiais em Língua Portuguesa Fundamentos da Literatura Produção Literária (Opt.) Estudos de Poesia Brasileira (Opt.) Literatura e outras Mídias (Opt.) Introdução à Produção Cultural Projetos Culturais I, II e III
Linguagens	Licenciatura em Letras inglês: Mariane Schaffer Dias Celene do Carmo G. Santini	Língua inglesa I e II Tópicos especiais em língua inglesa
Linguagens	Licenciatura em Letras espanhol: Juliana Regina Pretto	Tópicos especiais em língua espanhola
Linguagens	Licenciatura em Educação Física: Aline T. Vivan Talita Stresser de Assis	Educação Física I, II e III Tópicos Especiais em Educação Física (Opt.) Fundamentos dos Jogos e Brincadeiras Fundamentos da dança Produção de Dança Cultura, Lazer e Sociedade
Linguagens	Licenciatura em Arte e Licenciatura em História: Alexandre Chiarelli	Artes I e II Tópicos Especiais em Artes (Opt.) História Geral da Arte Fundamentos das Artes Visuais Fundamentos do Teatro Patrimônio Cultural Local

		Produção Teatral (Opt.) Produção de Artes Visuais (Opt.) Projetos Culturais I, II e III Radiofonia (Opt.) Arte e Tecnologia (Opt.) Produção Audiovisual (Opt.) Arranjos culturais locais (Opt.)
Linguagens	Licenciatura em Música: Leandro Gumboski	Artes II Tópicos Especiais em Artes (Opt.) Fundamentos da Música Produção Musical (Opt.) Projetos Culturais I, II e III Espaços e Equipamentos Culturais Prática de Música em Conjunto (Opt.) Radiofonia (Opt.) Arte e Tecnologia (Opt.) Produção Audiovisual (Opt.)
Linguagens	Graduação em Tecnologia em Móveis e em Tecnologia em Design de Produto; Licenciatura em Artes Plásticas: Ivã Vinagre de Lima	Artesanato (Opt.)
Informação e Comunicação	Bacharelado ou Tecnologia na área de Informação e Comunicação: Elvis Canteri	Informática Instrumental
Gestão e Negócios	Bacharelado em Administração: Ivani Ferreira Bacharelado em Economia: Valéria Borges Ribeiro	Empreendedorismo e Inovação Gestão econômica em empreendimentos culturais Gestão financeira em empreendimentos culturais
Gestão e Negócios	Bacharelado em Direito: Jussara Schmitt Sandri	Introdução à Produção Cultural Aspectos Jurídicos da Produção Cultural
Ciências da Natureza	Licenciatura em Biologia: Heloísa Fernandes Emerson Tonetti Everaldo dos Santos Ezequiel Antonio de Moura	Biologia I, II e III Tópicos Especiais em Biologia (Opt.)
Ciências da Natureza	Licenciatura em Química: Priscila Tomie Ike Zimer	Química I, II e III Tópicos Especiais em Química (Opt.)

	Angélica de Sousa Hrysyk	
Ciências da Natureza	Licenciatura em Física: Ana Paula Santos Pereira Fábio Bartolomeu Santana Bruno de Sa Beckerle Beatriz Bronislava Lipinski Caroline Dorada Portela Luiz Gustavo Pampu Jane Rosa Jiusandro Kuhn	Física I, II e III Tópicos Especiais em Física (Opt.)
Matemática	Licenciatura em Matemática: Gilcimar da Cruz Leal Alessandra Assad Angieski Roberta Suero Adil Ferreira Magalhães Mateus das Neves Gomes	Matemática I, II, III, IV Tópicos Especiais em Matemática (Opt.)
Ciências Humanas	Licenciatura em História: Maria Lucia Buher Machado Patrícia Martins Ezequiel Westphal	História I, II e III Tópicos Especiais em História (Opt.)
Ciências Humanas	Licenciatura em Geografia: Gislaine Faria Aline Miranda Barbosa Antonio Marcio Haliski	Geografia I, II e III Tópicos Especiais em Geografia (Opt.)
Ciências Humanas	Licenciatura em Filosofia: Rogério Baptistella Sidney Reinaldo da Silva	Filosofia I, II, III e IV Tópicos Especiais em Filosofia (Opt.)
Ciências Humanas	Licenciatura em Sociologia: Francieli Lisboa de Almeida Luiz Belmiro Teixeira Kelem Ghellere Rosso Marcos Vinícius Pansardi Mabelle Bandoli Dias	Sociologia I, II e III Tópicos Especiais em Sociologia (Opt.)

8.1.3 Colegiado de Curso

Consoante à Resolução nº 08 de 30 de abril de 2014, o colegiado de curso é órgão consultivo e deliberativo de natureza pedagógica, didática e disciplinar. É composto pelos docentes dos componentes curriculares do curso, por um representante técnico administrativo em educação e por dois representantes discentes de turmas diferentes, sob a coordenação de um docente, prioritariamente a própria coordenação do curso. As reuniões ocorrem ao menos bimestralmente por convocação da coordenação do curso e são lavradas em ata assinada pelos membros do colegiado. Quando da necessidade, também são convocadas reuniões

extraordinárias. A esse órgão cabe zelar pelos planos de ensino dos componentes curriculares, acompanhar a vida acadêmica e escolar dos estudantes, recepcionar os ingressantes do curso, decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldades de aproveitamento, entre outras.

8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O corpo técnico administrativo é fundamental para a criação e execução do curso. Os setores vinculados à direção de planejamento e administração, responsáveis por toda a execução financeira, orçamentária e patrimonial, atuam para garantir a estrutura física adequada à realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação relacionadas ao curso, zelando, junto ao corpo docente, pela garantia dos espaços e materiais necessários ao bom funcionamento do curso e da instituição como um todo. Neste sentido, o perfil de envolvimento com certas ações do curso por tais técnicos administrativos é pertinente à medida em que o conhecimento dessas atividades auxilia no delineamento de estratégias administrativas que possam otimizar os recursos financeiros necessários ao funcionamento e melhoramento do curso.

Já o corpo técnico administrativo que compõe os setores que respondem à direção de ensino, pesquisa e extensão, a saber, seção de biblioteca, seção de secretaria acadêmica e seção pedagógica e de assuntos estudantis, atua diretamente no atendimento e na manutenção de atividades diárias necessárias ao funcionamento do curso. Neste sentido, é fundamental que o perfil de atuação desses servidores considere as particularidades do curso e, a partir disso, o contexto escolar do corpo discente a ele vinculado. Servidores da seção de biblioteca devem continuamente participar de momentos estratégicos de planejamento, com vistas à atualização e melhoria dos recursos bibliográficos demandados pelo curso de Produção Cultural. Servidores da seção de secretaria devem zelar pelo bom atendimento a estudantes e responsáveis legais em momentos como a matrícula e rematrícula, gerindo a documentação discente que pode, inclusive, auxiliar na tomada de decisões a partir de um diagnóstico do perfil escolar de cada estudante. A secretaria também é um setor fundamental na execução do curso, e seus servidores devem conhecer o projeto curricular aqui apresentado e continuamente rediscutido e atualizado, uma vez que a proposta prevê a realização de componentes curriculares optativos, cuja orientação ao corpo discente também pode ser realizada no ato da matrícula e da rematrícula. O corpo técnico administrativo que compõe a seção pedagógica e de assuntos estudantis, por sua vez, acompanha diariamente a vida acadêmica do corpo discente e atua de modo articulado ao trabalho docente orientando as estratégias pedagógicas para o curso, além de auxiliar os estudantes na participação de ações de permanência e êxito, como a inscrição nos editais de auxílio e bolsas de estudo. Na tabela abaixo constam informações gerais sobre o corpo técnico administrativo em educação que integra a seção pedagógica e de assuntos estudantis do campus Paranaguá.

Formação	Regime de Trabalho (40h, 30h ou 20h)	Cargo	TAES
Pedagogia	40h	Pedagoga	Silvana A. Marcondi Silva
Pedagogia	40h	Pedagoga	Ana Claudia Ferreira de Assis

Pedagogia	40h	Pedagoga	Janete P. Lopes de Souza
Psicologia	40h	Psicólogo	Salomão Lindoso de Souza
Enfermagem	40h	Enfermeira	Thaise Liara da Silva
Serviço Social	40h	Assistente Social	Xana Machado Kostrycki
Serviço Social	40h	Assistente Social	Evelyn Raquel Carvalho
Filosofia	40h	Técnico em Assuntos Educacionais	Valnei Nunes

8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um dos princípios da educação brasileira, sendo assegurada pela Constituição Federal em seu artigo 205 e pela Lei 9.394/96, que preconiza em seu artigo 14 que os “sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades”, tendo como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como a participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares. De acordo com o artigo 15 dessa lei, os sistemas de ensino deverão assegurar às unidades escolares públicas progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira. Conforme o artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as instituições públicas de educação superior também deverão obedecer ao princípio da gestão democrática, tendo assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais poderão participar os segmentos da comunidade institucional.

Os princípios que norteiam a gestão escolar democrática envolve a descentralização das decisões, a participação de todos os envolvidos no cotidiano escolar e a transparência nas decisões e ações implantadas na instituição. Para que a gestão escolar seja democrática, é preciso criar mecanismos ou canais de participação, como o aprimoramento dos processos de escolha ao cargo de dirigente escolar; a criação de órgãos colegiados na escola, como os conselhos escolares e de classe; o fortalecimento da participação estudantil com a criação de grêmios estudantis; a construção coletiva do PPP da escola; a manutenção de uma associação de pais e mestres. (DOURADO, 2001).

Ao assumir o princípio da gestão democrática como norteador, tal como estabelecido pela Constituição Federal e pela LDB, fica reconhecido que a escola, como todo território educativo, é um espaço plural, portanto de conflito, de confronto, mas também de confluência de pontos de vistas, valores e interesses acadêmicos, cuja administração não deve ser autoritária ou autocrática. Compreende-se a gestão democrática como expressão da autonomia local do campus, sendo justamente a forma de buscar consensos e acordos, em um espaço plural, sobre como melhor promover a educação de qualidade. Ademais, a gestão escolar democrática se compromete com a expansão dos espaços de participação, especialmente dos colegiados, consultivos e deliberativos, como garantia não apenas de legitimação de suas ações, mas também de efetivo enraizamento comunitário, o que exige tornar tais órgãos cada vez mais vinculado às aspirações e necessidades locais, sobretudo aquelas dos menos favorecidos.

8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão

O IFPR Paranaguá é uma unidade descentralizada de ensino, pesquisa, extensão e inovação dotada de autonomia administrativa e pedagógica, a qual é composta por órgãos colegiados. Seguem as descrições do funcionamento e representatividades dos colegiados.

O CODIC é um órgão de caráter consultivo e propositivo e serve para dar apoio à gestão no Campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares. Fazem parte do CODIC:

- A Direção-Geral, como Presidente;
- A Diretoria de Planejamento e Administração;
- A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Representação de 50% das Coordenações de Curso, de eixos tecnológicos distintos, sendo no mínimo de dois e no máximo de quatro, eleitos por seus pares;
- Dois representantes dos docentes;
- Dois representantes dos Técnicos Administrativos em Educação;
- Dois representantes discentes, sendo um do ensino superior, quando houver;
- Um representante dos pais de alunos da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio;
- Dois representantes da sociedade civil, sendo um indicado por entidades patronais e outro indicado por entidades trabalhistas.

O CGPC é um órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa. Com reuniões ordinárias mensais, o CGPC é coordenado pela DIEPEX e tem como membros a direção de ensino, pesquisa e extensão, a coordenadoria de ensino, as coordenadorias de curso, a coordenadoria do NAPNE e uma pedagoga da SEPAE.

O Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) é um órgão de assessoramento da DIEPEX ao qual compete receber e avaliar projetos de pesquisa ou proposta de ação de extensão. Todos os projetos, ações e eventos de pesquisa e extensão propostos por servidores do IFPR são obrigatoriamente protocolados e registrados nesse comitê, ao qual cabe o acompanhamento de tais propostas. O COPE é composto pela Direção de Pesquisa e Extensão; de representantes docentes numa proporção de um para 10, sendo no mínimo três e no máximo 10; por representantes de técnicos administrativos em educação numa proporção de um para 10, sendo no mínimo um e no máximo cinco. Os representantes são eleitos por seus pares.

Os Colegiados de Cursos, órgãos consultivos e deliberativos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, têm por finalidade de desenvolver e fortalecer os cursos, bem como assegurar a participação dos segmentos da comunidade escolar. Tais colegiados são compostos por um técnico administrativo em educação ligado ao curso, dois representantes discentes de turmas diferentes e pelos docentes dos componentes curriculares do curso. Suas reuniões ocorrem ao menos bimestralmente.

Além dos órgãos colegiados, o campus Paranaguá possui quatro núcleos consultivos e propositivos, o NIT, o NAPNE, o NEABI e o NAC. O NIT, órgão vinculado à Seção de Empreendedorismo e Inovação, é um núcleo de assessoramento com a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução da política de empreendedorismo e inovação. O NAPNE, órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico-científico a políticas e ações de inclusão, vincula-se diretamente à DIEPEX. Conforme os artigos 4º e 5º da Resolução n. 69/2017, o NAC realiza ações e atividades destinadas a fomentar, valorizar e fortalecer a formação, a difusão, a articulação, a produção e a fruição artística e cultural, assessorando na interlocução da gestão da política artística e cultural da instituição, articulando-as de forma indissociável

ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. O NAC se materializa num grupo de servidores e discentes que se reúnem periodicamente e acompanham as ações de cultura que ocorrem no campus, possuindo uma coordenação que representa o Campus no NAC geral, centralizado na Diretoria de Extensão, da PROEPP. No Campus o NAC está vinculado à DIEPEX.

O NAC é uma instância que representa especial importância ao Curso Técnico em Produção Cultural. O NAC auxilia na gestão dos espaços utilizados para aulas regulares da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e de atividades em artes e cultura em geral que envolvam, eventualmente, componentes de outras áreas. Esses espaços são a sala de práticas corporais, a quadra poliesportiva, a sala de música, a sala de artes, o espaço de interação, além de outros espaços multiuso, como a sala do Centro de Línguas, a biblioteca e o auditório. Tal núcleo também tem parceria desde 2018 com a SECULTUR e desenvolve oficinas culturais sistemáticas no Campus para toda comunidade externa e interna. Além disso, para exemplificar as ações do núcleo, segue a relação de alguns dos projetos acompanhados pelo núcleo em 2019: “Dança IFPR”, “Oficinas de Arte e Cultura”, “Festival de música”, “Projeto Compartilhe”, “IFZEN”, “A cultura corporal no IFPR Paranaguá: Novas possibilidades de vivência no tempo e espaço de lazer dos alunos”, “Meu curso em cena 2019”, “Circo IFPR 2019”, “Coral IFPR”, entre outros. Outras informações sobre esses eventos e projetos podem ser visualizadas no Portal das Artes do IFPR, espaço virtual para a difusão de atividades artísticas e culturais.

8.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica

A participação de docentes, discentes e técnicos no Curso Técnico em Produção Cultural se dá fundamentalmente por meio dos órgãos colegiados que, conforme descrito no item 8.3.1, garantem a participação dos vários segmentos da comunidade acadêmica. Tais órgãos são o CODIC, do qual participam docentes, discentes e técnicos; o CGPC, do qual participam docentes e técnicos; o Colegiado do Curso, formado por docentes, discentes e técnicos. Ademais, todos os segmentos da comunidade acadêmica estão representados na elaboração do PPP do campus.

8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso

A participação da sociedade civil no campus Paranaguá ocorre principalmente no CODIC, já que, entre os conselheiros, deve haver dois membros que representem a sociedade civil, sendo um indicado por entidades patronais e outro indicado por entidades dos trabalhadores. São submetidas ao CODIC todas as decisões que impactam na estrutura do curso, como ajustes de PPC.

Além da participação nos órgãos colegiados, garantida pela Resolução 08/2014, o IFPR Paranaguá pratica a gestão democrática buscando estreitar laços com a comunidade escolar e externa e fomentar sua participação por meio de ações e atividades realizadas pelo campus. Para isso, é essencial a construção de canais de diálogo do campus com os estudantes, pais ou responsáveis, professores e comunidade externa. Atualmente existem as seguintes formas de aproximar os estudantes e suas famílias do campus Paranaguá:

- Reuniões de pais ou responsáveis, realizada para alunos de Ensino Médio;
- Incentivo à participação dos estudantes no grêmio estudantil;
- Participação no projeto político pedagógico do campus por parte de pais, estudantes e da sociedade civil;

- Incentivo à participação de pais ou responsáveis, assim como da comunidade externa em geral, em eventos realizados pelo campus, tais como eventos acadêmicos, eventos relacionados à inclusão, atividades de extensão, entre outros.

Ainda cabe destacar que a proposta de abertura deste Curso Técnico em Produção Cultural surgiu a partir de uma necessidade local e, tendo isso em conta, membros da sociedade foram ouvidos. Assim, a SECULTUR e a Associação Mandicuéra de Cultura Popular manifestaram apoio à abertura do curso e essa associação, em especial, contribuiu com ideias e sugestões, as quais foram incorporadas a este PPC. Registra-se a importância da manutenção deste diálogo com tais grupos sociais ao longo da execução do curso, para auxiliarem no processo de avaliação e permanente atualização e adequação do curso aos arranjos produtivos e culturais locais. Neste sentido, é desejável que integrantes da sociedade civil, em especial àqueles vinculados à gestão cultural do litoral do Paraná, como secretarias de cultura e associações de cultura popular, sejam convidados continuamente a participar das ações articuladas ao curso de Produção Cultural, como, por exemplo, a realização anual da Semana de Arte e Cultura e as ações de pesquisa e extensão que partem dos componentes curriculares de Projetos Culturais.

9 INFRAESTRUTURA

O Campus Paranaguá possui uma infraestrutura física distribuída por 4 blocos – a saber, Didático, Administrativo, Central e Tecnológico – além da quadra poliesportiva e do refeitório. As salas de aula de uso comum, com capacidade para 40 estudantes, estão distribuídas pelos Blocos Didático e Administrativo, enquanto os laboratórios a serem utilizados para a execução do curso Técnico em Produção Cultural estão distribuídos pelos blocos Didático, Central e Administrativo. Os blocos Didático e Central contam com rampas de acesso para cadeirantes, enquanto o bloco Administrativo possui um elevador para acesso ao piso superior. A acessibilidade entre os blocos tem sido alvo de atenção e investimento por parte do Campus nos últimos anos. Nas próximas seções consta uma relação geral dos principais ambientes a serem utilizados para a execução do curso Técnico em Produção Cultural; nos anexos do [Projeto Político-Pedagógico do Campus Paranaguá](#) (2022, p. 132-139) há uma tabela mais detalhada com toda a infraestrutura da instituição.

9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Salas de aula Bloco Administrativo: 4	sim	não	68,25
Salas de aula Bloco Didático: 12	sim	não	63 a 65,78
Sala de professores de Ambiente e Saúde/Biologia e Química	sim	não	50,19
Sala de professores de Matemática	sim	não	60,64
Sala de professores de Linguagens	sim	não	50,19

Sala de professores de Física	sim	não	60,64
Sala de professores de Processos de Industriais/Gestão e Negócios	sim	não	81,53
Sala de professores de Informação de Comunicação	sim	não	159,83
Sala de professores de Ciências Humanas	sim	não	76,00
Coordenadoria de curso (sala corresponde à sala de professores à qual o coordenador pertence)	sim	não	50,19
Sala de reuniões (Bloco central)	sim	não	23,46
Sala de reuniões (DIEPEX/COENS/SEPAE)	sim	não	19,80

9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Biblioteca	sim	não	641,54
Laboratórios de informática: 6*	sim	não	76,17
Laboratório de física**	sim	não	151,13
Laboratório de química***	sim	não	105,32
Laboratório de biologia****	sim	não	86,44

Ambientes como a sala de Artes Visuais, a sala de Música e a de Práticas Corporais são utilizadas por todos os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Paranaguá, portanto também se configuram como áreas de estudo geral, mas, como cumprem uma função específica para o curso de Produção Cultural, são descritas no item 9.3.

*

Número do Lab.	Qtde. de máquinas	Configuração das máquinas
0	30	Dell/Intel Celeron; Windows/Linux
1	30	Intel Xeon, 8GB DDR3, 500GB HD, Vídeo 1GB, HP Z210; Windows/Linux
2	28	AMD Ryzen 5, 8GB DDR4, 1TB HD, Video 2GB, Daten, DC2A-S; Windows/Linux
3	20	Intel i7 vPro, 8GB DDR3, 1TB HD, Video 2GB, Dell; Linux

4	20	Intel i7 vPro, 8GB DDR3, 1TB HD, Video 2GB, Dell; Linux
5	28	AMD Ryzen 5, 8GB DDR4, 1TB HD, Video 2GB, Daten, DC2A-S; Windows/Linux

** Equipamentos específicos disponíveis no Laboratório de Física: TELESCOPIO; 2 MONITOR; BALANÇA DE TORÇÃO; 2 CONJUNTO DIDÁTICO COM MODELO DE INTERFACE; 2 CONJUNTO DE MASSAS E GANCHOS; 3 COMPUTADOR DE MESA ALL-IN-ONE WINDOWS 8 PROFESSIONAL; 3 EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTO; ESPECTROFOTÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA; 6 INTERFACE DE ÁUDIO DIGITAL USB; 5 GERADOR DE ONDA ESTACIONÁRIA COM MEDIDOR DE FREQUÊNCIA; 6 ADAPTADOR DE CÂMERA 1/4"; CONJUNTO PARA ÓTICA E ONDAS; 2 EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTO DE RADIAÇÃO; INTERFACE PARA FIBRA ÓTICA TIPO 10GBASELR; KIT DIDÁTICO PARA MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DE CAMPO MAGNÉTICO; APARELHO PARA DETERMINAÇÃO DE ESTABILIDADE EM ÓLEOS; CONJUNTO DE FÍSICA PARA ENSINO MÉDIO; CHUVEIRO E LAVA OLHOS DE EMERGENCIA; LOUSA INTERATIVA; NOBREAK 1400; INTERFACE PARA FIBRA ÓTICA TIPO 10GBASELR; MEDIDOR DIGITAL MULTIVARIÁVEL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS; 2 EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTO DE RAZÃO E/M; HOMOGENEIZADOR DE AMOSTRAS - TIPO STOMACHER; TORQUÍMETRO TIPO ESTALO DE ESCALA DUPLA.

*** Equipamentos específicos disponíveis no Laboratório de Química: 2 BARRILETE 20 L; DESTILADOR; ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO; MEDIDOR DE POTENCIAL REDOX PORTÁTIL; OXÍMETRO; PHMETRO PORTÁTIL; ESPECTROFOTÔMETRO UV/VISIVEL; APARELHO JAR TEST PARA ENSAIOS DE FLOCULAÇÃO EM ESTAÇÕES; 2 PHMETRO DE BANCADA; 3 AGITADOR MAGNÉTICO; BALANÇA ANALÍTICA; BALANÇA DE PRECISAO ELETRONICA DIGITAL; BALANÇA DIGITAL DE COZINHA; TURBIDÍMETRO 0 A 1000 NTU; APARELHO JAR TEST PARA ENSAIOS DE FLOCULAÇÃO EM ESTAÇÕES; BALANÇA SEMI ANALÍTICA - RESOLUÇÃO 0,001 G; CAPELA PARA EXAUSTÃO DE GASES; REFRIGERADOR TAMANHO MÉDIO; ESTABILIZADOR; ESTUFA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM 300°; CHUVEIRO E LAVA OLHOS DE EMERGENCIA; PHMETRO; MONITOR; COMPUTADOR HP L190 HB; PURIFICADOR DE ÁGUA TIPO OSMOSE REVERSA BIVOLT

**** Equipamentos específicos disponíveis no Laboratório de Biologia: MICROPIPETA MULTICANAL; 2 CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL; ESTABILIZADOR; 13 MICROSCOPIO BINOCULAR; BANHO MARIA SOROLÓGICO HEMOQUÍMICA; 3 AUTOCLAVE VERTICAL; 2 DUPLA HÉLICE DE DNA; 2 TORSO DE CORPO HUMANO EM TAMANHO NATURAL COM ÓRGÃOS; 6 ESTEREOMICROSCÓPIO TRINOCULAR; 1 MICROSCÓPIO INVERTIDO; 3 MICROSCÓPIO ÓPTICO; 4 MITOSSES EM RESINA PLÁSTICA EMBORRACHADA 8 PEÇAS; BALANÇA DIGITAL DE COZINHA; OXÍMETRO; ESPECTROFOTÔMETRO TIPO DIGITAL; PIPETA DE LABORATÓRIO ELETRÔNICO; 14 ESTEREOMICROSCÓPIO BINOCULAR - BIVOLT; REFRIGERADOR DUPLEX; LEITORA DE MICROPLACA/ ELISA; BARRILETE 20 L; 3 ARCADA DENTÁRIA EM RESINA PLÁSTICA EMBORRACHADA; BANCADA DE

FLUXO LAMINAR VERTICAL; COMPUTADOR; AGITADOR VÓRTEX; CÂMERA DIGITAL 14MP; 3 MICROSCÓPIO BIOLÓGICO 1600X; 3 MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPICO, TIPO BINOCULAR COM ZOOM; PHMETRO DE BANCADA; AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO \pm 20 LITROS; CONTADOR DE COLONIAS; DESTILADOR DE ÁGUA 3,8 LITROS; DESTILADOR DE ÁGUA DE BANCADA; DESTILADOR DE NITROGÊNIO AMONIACAL; ESPECTROFOTÔMETRO UV/VISIVEL; 3 MICROSCOPIO BIOLÓGICO TRINOCULAR; BALANÇA SEMI ANALÍTICA - RESOLUÇÃO 0,001 G; ESTUFA BACTERIOLÓGICA; MONITOR; CHUVEIRO E LAVA OLHOS DE EMERGENCIA; 2 ESQUELETO HUMANO; 2 BALANÇA ANALÍTICA ELETRÔNICA; 2 BURETA DIGITAL DE GIRO 25ML; LOUSA INTERATIVA; CÂMARA INCUBADORA TIPO BOD; BANCADA DE LABORATÓRIO; 2 CUBA DE ELETROFORESE HORIZONTAL DE ACRÍLICO; NOBREAK SMS PRETO - GRANDE FORMATO TORRE; REFRIGERADOR FROST FREE 2 PORTAS BRANCO 382 LITROS; PHMETRO DE BANCADA; ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZACAO; PROJETER MULTIMÍDIA; ESPECTROFOTÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA; ESPECTROFOTÔMETRO INFRAVERMELHO (220V/230V/240V); MICROCOMPUTADOR DESKTOP TIPO I; SONDA MULTIPARAMETRO PARA MEDIÇÃO DA QUALIDADE DA AGUA

9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Sala de artes visuais*	sim	não	66,11
Sala de música**	sim	não	66,70
Sala de práticas corporais***	sim	não	69,03
Sala de idiomas (CELIF)****	sim	não	68,46
Auditório*****	sim	não	311,32

* Equipamentos disponíveis: QUADRO EM VIDRO BRANCO, 300 X 120CM; TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL PARA FIXAÇÃO EM PAREDE OU TETO; PROJETER MULTIMÍDIA, TIPO TETO E MESA 3000 LUMENS; COMPUTADOR HP L190 HB; APARELHO DE SOM; 2 ESTANTE FACE SIMPLES; QUADRO DE AVISOS; MESA DIGITALIZADORA; MICROCOMPUTADOR DESKTOP TIPO I; além de insumos como lápis de cor, tinta, telas de pintura e mesas amplas de trabalho manual.

** Equipamentos disponíveis: APARELHO DE SOM; APARELHO DE SOM TIPO MINI SYSTEM; 2 MÁQUINA DE FUMAÇA COM CONTROLE REMOTO 1500W; 2 MICROFONE COM FIO; 3 TAMBORIM; 2 CAIXA DE SOM USB; CAIXA ACÚSTICA; 3 ATABAQUE COM SUPORTE. COR VERNIZ MOGNO; CAJÓN DIMENSÕES APROXIMADAS: 53 X 38 X 37 CM; 3 TECLADO MUSICAL COM 61 TECLAS; 4 TROMBONE DE PISTO AFINAÇÃO BB (SI BEMOL); 6 TROMPETE; 2 BATERIA MUSICAL COMPLETA; 2 EUFÔNIO/BOMBARDINO; 3 BOMBO DE MARCHA 22"X14"; 2 LIRA 25 TECLAS. DIMENSÕES APROXIMADAS : 7 X 43 X 63 CM; 2 QUINTOTOM "TENOR DRUM"; PRATO PARA FANFARRA 13" A 18"; 6 CAIXA DE GUERRA; TUBA/SOUSAFOONE; BATERIA ELETRÔNICA; 3 CAIXA DE SOM

AMPLIFICADA; 2 GUITARRA; PROJETO MULTIMÍDIA; 2 MICROFONE DE MÃO PARA VOCAL, COM CONEXÃO PARA XRL; 3 METALOFONE, TIPO GLOCKENSPIEL, COM 34 TECLAS DE ALUMÍNIO; 3 CAIXA ACÚSTICA 400W RMS*; AMPLIFICADOR DE SOM; CONTRABAIXO GIANINI GBI 2 CAPTADORES; METALOFONE BAIXO; METALOFONE ORFF - DO SOPRANO; 2 METALOFONE TIPO GLOCKENSPIEL ORFF; VIOLÃO ACÚSTICO CLASSICO GIANNINI NYLON GN15 NT; XILOFONE JOG CONTRALTO P2170; 2 MICROFONE DUPLO SEM FIO; TRIO DE CAJONGAS; CAIXAS ACÚSTICAS ATIVAS COM PRÉ-AMPLIFICADOR E ALTO-FALANTE; BONGÔ DE PRAIA; MESA DE SOM, 12 CANAIS, BIVOLT; GRAVADOR DIGITAL, PORTATIL, DE AUDIO E VIDEO; 2 MICROFONE SEM FIO, DIGITAL, TIPO LAPELA; 2 CAIXA DE SOM AMPLIFICADA, 35 W, WOOFER 10"; CAIXA DE SOM PORTATIL, 20 W, BLUETOOTH E USB, BIVOLT

*** Sala equipada com tatame e espelhos, além de bancos e televisor e insumos diversos para atividades de condicionamento físico, como halteres e anilhas.

**** Sala equipada com conjuntos escolares (carteiras/cadeiras), armários, computador e projetor multimídia e quadro branco, ambientada com cartazes e materiais relacionadas ao estudo de línguas.

***** Com capacidade para 158 pessoas sentadas, o auditório conta um sistema de sonorização composto por 2 caixas passivas de 100 W RMS, amplificador de som, Mesa de som analógica de 20 canais e microfones sem fio; há também um sistema de iluminação composto por uma mesa controladora e spots de led e canhões de luz; além de projetor multimídia e computador.

9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Quadra poliesportiva	sim	não	785
Espaço mosaico (pátio coberto e área de convivência, com jogos como tênis de mesa e pebolim)	sim	não	157,98
Refeitório	sim	não	360
Pátio coberto (Bloco Administrativo)	sim	não	241,09
Pátio aberto (espaço do estacionamento do bloco tecnológico, com tráfego de veículos apenas em situações excepcionais)	sim	não	4225

9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
----------	-----------	-------------	------------------------

Atendimento psicológico, pedagógico e de serviço social (ambiente de atendimento individual da sala da SEPAE)	sim	não	19,80
Sala de assistência estudantil	sim	não	16,80
Ambulatório/enfermaria	sim	não	9,64

9.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m ²)
Auditório (utilizado também como sala de audiovisual para exibição de vídeos e filmes)	sim	não	311,32

9.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Campus Paranaguá está vinculada à DIEPEX. A Seção de Biblioteca (SEBI) é um órgão encarregado de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão através da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica, seguindo padrões nacionais e internacionais de documentação e informação e políticas de ensino. Possui regulamento próprio disponível em <<https://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/Regulamento.html>>.

A Biblioteca está instalada em um espaço físico de 602m² e os serviços oferecidos pelo setor são: empréstimo domiciliar, reserva de materiais, devolução de materiais, empréstimo entre bibliotecas, levantamento bibliográfico, treinamento/capacitação de usuários, acesso a rede wi-fi, acesso ao acervo e ao catálogo *online* das bibliotecas (Biblioteca Virtual Pearson, Portal Capes e Coleção completa das Normas Técnicas Brasileiras “ABNT NBR” e Normas Técnicas Mercosul “NM”), pesquisa em bases de dados, serviço de referência, elaboração de ficha catalográfica, ações e projetos de incentivo à leitura. A biblioteca possui guarda-volumes, espaço para estudo em grupos com 15 mesas coletivas, 17 cabines individuais para estudo, quatro computadores com acesso a internet, balcão de atendimento com acessibilidade para cadeirantes e terminal de consulta interna ao acervo. O Catálogo do Pergamum permite consultar o acervo das bibliotecas de todos os campi do IFPR por meio do site <<https://biblioteca.ifpr.edu.br>>.

A Biblioteca também busca desenvolver ações culturais que têm como objetivo fundamental interagir com os usuários e promover atividades que possam atraí-los para o espaço da biblioteca, de forma a enriquecer seus conhecimentos através de uma nova leitura cultural e hábito pela leitura. Nesse sentido, algumas atividades vêm sendo desenvolvidas, como:

- **HORA DO CONTO:** O objetivo da “Hora do Conto” é contar histórias de forma alegre e agradável, a fim de atrair os alunos para o universo da literatura e, dessa maneira, ajudar na formação de novos leitores. Cada história é adaptada e apresentada de forma distinta.
- **OFICINA DE NORMALIZAÇÃO:** Auxiliar alunos e professores e pesquisadores em geral na elaboração e apresentação trabalhos acadêmicos, bem como introdução aos alunos do ensino médio no universo das normas técnicas.

- **EU LEIO, EU INDICO:** Alunos e servidores são convidados a indicar um livro da sua preferência expondo os motivos pelo qual gostaram daquela leitura.
- **FEIRA DE TROCA DE LIVROS:** A ideia é cada um traz um livro e troca por outro da sua preferência.
- **OFICINA DE PESQUISA EM BASES DE DADOS:** Destinada a estudantes e pesquisadores para aprofundar conhecimentos sobre como extrair os melhores resultados de pesquisas em bases de dados acadêmicas, por meio do Portal Capes.
- **BIBLIOCHARADA:** Os alunos são convidados a descobrir enigmas utilizando a temática de livros e seus autores.
- **VARAL DE POESIA:** Concurso de poesia destinado a todos os alunos e servidores.
- **NOVEMBRO DO PERDÃO:** a iniciativa é uma oportunidade para as pessoas regularizarem sua situação sem cobrança de multas e também para a recuperação do acervo da Biblioteca.
- **SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA:** objetivo fazer uma aproximação entre os estudantes e o gosto pela leitura e pela biblioteca, oferecendo uma semana de atividades alusivas, como oficinas, cine na biblioteca, campeonato de xadrez.
- **NOVAS AQUISIÇÕES:** Boletim mensal divulgando as novas aquisições da Biblioteca.

O acervo é composto por livros, periódicos acadêmicos e científicos, dentre outros, para atender suficientemente às demandas pedagógicas dos diversos cursos, havendo recursos de acessibilidade em Braille. O Plano de Atualização do Acervo da Biblioteca apresenta o planejamento de expansão e atualização do acervo. A biblioteca está aberta para todas as pessoas da comunidade em geral para consulta local aos materiais, mas somente alunos e servidores, com vínculo ativo e cartão de identificação, podem realizar o empréstimo domiciliar.

O horário de funcionamento regular é das 8h às 22h e, no período de férias, das 8h às 17h. Os recursos humanos são cinco servidores: dois bibliotecários, que realizam as atividades de gerência, desenvolvimento de coleções, catalogação do acervo e da produção intelectual, dois auxiliares de biblioteca e um assistente em administração, que realizam atendimento, empréstimo, devolução e preparo de obras para processamento técnico. Fazem parte da equipe administrativa da SEBI Paranaguá os bibliotecários Márcio Paulo Ferreira, com horário das 09 às 15 horas, e Maria do Amparo Cardoso (das 13 às 22), os auxiliares Rodrigo Moreira (das 16 às 22) e Rosangela de Cássia Meister (das 16 às 22), o assistente em administração Paulo Stanley Junior (das 08 às 14). Atualmente a SEBI é chefiada pela servidora Maria do Amparo Cardoso.

O acervo da Biblioteca do Campus Paranaguá conta com títulos em diversas áreas do conhecimento, dissertações e teses, periódicos científicos, além de um acervo virtual. A tabela abaixo apresenta o quantitativo disponível para cada tipo de material.

Tabela: Quantidade de exemplares por tipo de material bibliográfico

Representação numérica do acervo geral		
Tipo de material	Títulos	Exemplares
Livros do acervo geral	8.017	21.287
Teses	39	39

Dissertações	60	60
Periódicos (da Base do Portal da Capes - acesso online)	279	-
Coleção completa de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT NBR) e Normas Técnicas Mercosul (NM)	28.000	-
Biblioteca Virtual Pearson	13.822	-
	50.217 títulos	21.386 exe.

Fonte: Sistema Pergamum, 2022.

10 AVALIAÇÃO DO CURSO

Considerando que a Avaliação do Curso deva atender à legislação vigente, observa-se como elementar, no processo avaliativo: assegurar a avaliação interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais do curso; publicizar os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; respeitar a identidade do curso; contar com a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo relacionados ao curso, bem como da sociedade civil, por meio de suas representações no colegiado do mesmo. E compreendendo que o resultado desse processo avaliativo produzirá relatórios institucionais publicizados, as ações acadêmicas-administrativas serão geradas conforme as demandas levantadas nesse processo. Tais ações serão resultado do diagnóstico evidenciado pelos sistemas de coleta de dados e se darão em termos de planejamento de ações de aperfeiçoamento, como replanejamento do curso, avaliação das metodologias de ensino, dos recursos tecnológicos e do sistema de acompanhamento dos alunos, identificação de fragilidades na formação, adoção de metodologias de aprendizagem que melhor atendam aos estudantes e proposições de formação docente.

Dessa forma, o planejamento, o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão de execução de ações relacionadas aos resultados gerados nos processos avaliativos serão objeto dos colegiados ligados aos cursos, do respectivo coordenador, da equipe pedagógica diretamente relacionada ao curso e do conjunto de docentes atuantes no mesmo.

10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O acompanhamento e a avaliação sistemática do PPC é, como observado anteriormente, um elemento que deve possibilitar a diferentes sujeitos (discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade) a compreensão de princípios didáticos e pedagógicos da formação proposta, bem como de itinerários formativos que compõem a formação pretendida. A avaliação permanentemente deverá visar ao comprometimento e ao atendimento aos princípios e objetivos que sustentam a sua elaboração e função político-pedagógica.

A dinâmica de avaliação deste PPC pelo Colegiado do curso deverá acontecer no decorrer de sua implantação, caracterizando processo de fundamental importância, visto que o corpo do colegiado também congrega a função de uma comissão de avaliação. O acompanhamento da primeira turma deverá levantar dados que possibilitem verificar e indicar alterações em sua estrutura e nos objetivos do curso que possam se revelar necessárias. Neste contexto, os membros colegiado realizarão a avaliação da proposta do curso como um todo, sua concepção, sua pertinência, o atendimento às demandas da comunidade, o atendimento ao campo profissional do produtor cultural; o perfil do egresso; os objetivos propostos; a integração dos conteúdos; a relação teoria-prática; as possíveis flexibilizações do currículo; o planejamento realizado em conjunto pelas/os professoras/es no início do ano letivo; a concretização de ementas; a utilização da bibliografia; a distribuição da carga horária; os critérios de avaliação e de equivalências entre os componentes curriculares; dentre outros aspectos do projeto.

Tal avaliação deve ter o intuito de diagnosticar dificuldades e observar possibilidades, com o objetivo de propor alterações. Nesse sentido, as estratégias mediadas pelo colegiado do curso versam dentre:

- Encontros para avaliação ao final de cada ano letivo, com a participação do corpo docente e discente, além de representantes da comunidade, com o objetivo de relatar o acompanhamento realizado ao longo do ano e discutir as dificuldades, conquistas e sugestões propostas. Esses encontros serão chamados pelo coordenador do curso, e mediados pelo mesmo, considerando que as reuniões com cada grupo social pode ser realizada em data específica mais adequada ao grupo.
- Realização de encontros abertos de avaliação do PPC, chamado e mediados pelo coordenador do curso, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Avaliação do desempenho acadêmico, por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e estudantes;
- Incentivo a práticas inovadoras e criativas para avaliar a aprendizagem dos alunos, tomando por base o desenvolvimento do perfil de formação;
- Realizar reuniões pedagógicas, chamadas e mediados pelo coordenador do curso, com objetivos de socializar experiências novas;
- Ao término da primeira turma, idealiza-se a realização de um encontro para avaliação geral do PPC.

Além dessas ações, há a possibilidade de se realizar uma avaliação por meio de questionário de satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação ao curso. Considerando sempre que os integrantes do colegiado do curso decidirão quais as modalidades de avaliação mais adequadas ao período e aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. *Bibliografia*. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 2016. Disponível em http://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/site_BIO2016-1.pdf acessado em 30 de out. de 2021.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1987.
- BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Tradução de Marcos Santarrita, 2. ed. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2013.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BRANDÃO, M. O curso de Engenharia de Operação (anos 1960/1970) e sua relação histórica com a criação dos CEFET's. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*. v.2, n.2, 2009. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2952/pdf_13 acessado em 19 de maio 2022.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm acessado em 9 de jun. de 2022.
- BRASIL. *Lei orgânica do ensino industrial - Decreto lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Rio de Janeiro: MEC, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 12 de jun. de 2022.
- BRASIL. *Decreto nº 47.038 de 16 de outubro de 1959 - Aprova o Regulamento do Ensino Industrial*. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm acessado em 16 de jul. de 2022.
- BRASIL. *Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978*. - Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm acessado em 24 de jul. de 2022.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 24 de jul. de 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994* - Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm acessado em 14 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acessado em 18 de jul. de 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP 29, de 3 de dezembro de 2002*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer292002.pdf acessado em 12 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Ensino Técnico. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino técnico*: documento-base. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm acessado em 09 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Brasília: 2010. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf> acessado em 20 de jul. de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução 03 de 21 de dezembro de 2018*. Brasília: 2018. Disponível em: < https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf acessado em 22 de jul. de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução 01 de 05 de janeiro de 2021*. Brasília: 2021. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> acessado em 22 de jul. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria 983 de 18 de novembro de 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3523/portaria-mec-n-983> acessado em 15 de dez. de 2021.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. 3 ed. 4 v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. *Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na rede federal de educação profissional*,

científica e tecnológica. Brasília, 2018. Disponível em https://www.ifmg.edu.br/portal/ensino/Diretrizes_EMI_Reditec2018.pdf acessado em 22 de jul. de 2022.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. N. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

CLÜVER, Claus. Inter textus/ Inter artes/ Inter media. *Revista Aletria*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vol. 2, 2011. P. 11-41. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18067> acessado em 20 set. 2022

DAGNINO, R. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas; IG/Unicamp, 2009. Disponível em http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts_ferramenta_sociedade.pdf acessado em 06 de maio 2022.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: Antonio de Paulo et al (org). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. P.15-64. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_110.pdf acessado em 06 de jun. de 2022.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. *Revista Brasileira de Educação*, v.21, n. 64, jan-mar 2016. p. 165-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf> acessado em 18 de jun. de 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara*, vol. I, O Olhar do Pesquisador. São Paulo: Editora HUCITEC-NUPAUB-CEC/USP, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?* Módulo II. Brasília : Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. Disponível em <https://tutormundi.com/blog/gestao-escolar-democratica/> acessado em 07 de ago. de 2022.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Editora Globo. São Paulo, 2005.

FRANCFORT, Didier. *Músicas populares e músicas eruditas: uma distinção inoperante?* Tradução de Marcos Câmara de Castro. Tradução de: La musique savante manque à notre désir (Rimbaud, Illuminations). [S.l]: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2BGfyVV> acessado em 16 de maio de 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GRAMANI, D. C. *O aprendizado e a prática da rabeça no fandango caiçara: estudo de caso com os rabequistas da família Pereira da comunidade do Ariri*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/18196/Daniella%20Gramani%20Dissertacao%20Mestrado%202009.pdf?sequence=1> acessado em 07 de maio de 2022.

HAAS, Aline Nogueira. GARCIA, Ângela. *Ritmo e dança*. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2008.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Tradução André Cechinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Paranaguá. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama> acessado em 05 de fev. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Portal das artes*. Curitiba, 2022. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/portal-das-artes/> acessado em 09 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 54 de 21 de dezembro de 2011*. Curitiba, 2018. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/01/Res.-54.11-.pdf> acessado em 15 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Regimento geral*. Curitiba, 2012a. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/Resolucao-56.12-Aprovacao-do-Regimento-Geral-do-IFPR-2.pdf> acessado em 15 de dez. de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Manual de competências*. Curitiba, 2012b. Disponível em <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/mc-592-210525.pdf> acessado em 14 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 08 de 30 de abril de 2014*. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-082014/#:~:text=Regulamenta%20o%20Regimento%20Interno%20Comum,Art> acessado em 07 de ago. de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 01 de 23 de janeiro de 2017*. Curitiba, 2017a. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-012017> acessado em 30 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017*. Curitiba, 2017b. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-50-de-14-de-julho-de-2017/> acessado em 18 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n. 69 de 13 de dezembro de 2017*. Curitiba, 2017. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Res.-69.2017.pdf> acesso em 09 de dez. de 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 03 de 05 de fevereiro de 2018*. Curitiba, 2018a. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-03-2018/> acessado em 18 de jul. de 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 11 de 27 de março de 2018*. Curitiba, 2018b. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-11-2018-2/> acessado em 24 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução 71 de 20 de dezembro de 2018*. Disponível em https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI_IFPR-0139417-Resolu%C3%A7%C3%A3o-NEABI.pdf acessado em 09 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 75 de 21 de dezembro de 2018*. Curitiba, 2018c. Disponível em https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDs_zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzMPKOEkpxoo26qsN7DT03udSDH1-Zta2Y2xgfBqG6EI_wzx54HKWC2NgAAAnL9fAIo6wJEPHFY0OatSyyjWaZ906 acessado em 18 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 76 de 21 de dezembro de 2018*. Curitiba, 2018d. Disponível em https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/SEI_IFPR-0141071-Resolu%C3%A7%C3%A3o-PIBEX.pdf acessado em 15 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Relatório da comissão local do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, campus Paranaguá*. Curitiba, 2019a. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/relatorio-pdi-2019-2023-ifpr-paranagua.pdf> acessado em 09 de mar. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 04 de 28 de março de 2019*. Disponível em https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/SEI_IFPR-0243447-Resolu%C3%A7%C3%A3o-aprova-e-institui-politicas-de-inova%C3%A7%C3%A3o-e-estimulo-empreedorismo.pdf acessado em 09 de dez. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução n° 36 de 01 de outubro de 2019*. Curitiba: 2019b. Disponível em https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDs_zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzN-5rVVNa9l88tFA6vBk0AFQSQyfcuQJbUd_rjR05mPtrxsH4uHGS2ExH2pkhJ9q5P5mHhm2k8f49WyqoHAyvuV acessado em 30 de ago. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 58 de 13 de dezembro de 2019*. Curitiba, 2019c. Disponível em https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=614467&id_orgao_publicacao=0 acessado em 24 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Plano de desenvolvimento institucional*. Curitiba, 2020. Disponível em <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Revisao-2020.pdf> acessado em 01 de set. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Regulamento geral de estágios do campus Paranaguá*. Paranaguá, 2021a. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/02.2021-Paranagua.pdf> acessado em 30 de ago. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução nº 23 de 23 de julho de 2021*. Curitiba, 2021b. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1372512&id_orgao_publicacao=0 acessado em 18 de jul. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Projeto político pedagógico do campus Paranaguá*. Paranaguá, 2022a. Disponível em: https://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/Projeto-Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_21_jan_2013_final_com-numero-pag.pdf acessado em 15 de dez. de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). *Resolução 64 de 23 de março de 2022*. Curitiba, 2022b. Disponível em https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=1659521&codigo_crc=D11024E5&hash_download=6f334245ed5407c6b251f19da2442246a2863ce8b9d92d73598846e75b583ff3353fa7dda9fe4b7107d84a0d9fefe8c808b6b79c77f1c50dafa8f9a6a4df4004&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0 acessado em 22 de jul. de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê de registro do fandango caiçara*. Brasília, 2011. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf> acessado em 15 de ago. de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Patrimônio cultural*, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> acessado em 05 de nov. de 2021.

MAGALHÃES, F.P. *Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades*. Pelotas: 358f. 2011 Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pelotas. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_109e786be9ee2bf1c20ca57dac9d96b0 acessado em 24 de jun. de 2022.

MANFREDI, Silvia. Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MIQUILINI; L. C.; LINS, HJ. N. Relações cidade-porto em Paranaguá (PR): uma abordagem exploratória. *Revista Textos de economia*. UFSC. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 1-30, jul./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2019.e61087> acessado em 10 maio de 2022.

OLIVEIRA, A. M.; JUNIOR, O. G. *O processo de implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: o caso de um instituto em Minas Gerais*. III Semana de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. 27 a 29 de abril. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Ana-Marcelina-de-Oliveira.pdf> acessado em 13 de maio de 2022.

OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. *Revista Retta*. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, Vol. I, nº 01, jan./jun. 2010, p. 89-108. Disponível em: <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3128> acessado em 29 de maio de 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SEEC), 2022. *Patrimônio cultural*. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/> acessado em 07 de fev. de 2022.

PARANAGUÁ. Secretaria de Cultura e Turismo, 2021. *Institucional*. Disponível em: <https://secultur.paranagua.pr.gov.br/institucional> acessado em 27 de nov. de 2021.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. *Dados*, 2021. Organizações. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/incentivos-da-lei-rouanet> acessado em 05 de nov. de 2021.

PORTAL DE VISUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO ÀS LEIS DE INCENTIVO À CULTURA. *Versalic*, 2022. Projetos. Disponível em <http://versalic.cultura.gov.br/> acessado em 12 de mar. de 2022.

PILETTI, C. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 1997.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SILVA, T. N. *Produtoras Culturais: um estudo sobre a participação das mulheres na Produção Cultural Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 135f. 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SIC Cultura, 2021. *Editais estaduais*. Disponível em: <https://www.sic.cultura.pr.gov.br/sisproface-projetos1.php> acessado em 12 de nov. de 2021.

VANALI, A. C. Um passeio pela literatura paranaense. *Revista Núcleo de Estudos Paranaenses*. Curitiba, v.2, n.3, p. 249-313, jun. 2016.

VIOLA, Spolin. *O jogo teatral no livro do diretor*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAMIGNAN, G. *O Olhar da comunidade sobre o arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária em Morretes (PR): vivências, experiências e aprendizados*. 154 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28802/R%20-%20D%20-%20GABRIELA%20ZAMIGNAN.pdf;sequence=1> acessado em 09 de jun. de 2022.

ANEXOS

ANEXO A - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS PARANAGUÁ

Disciplina a realização do Trabalho de Conclusão do Curso Técnico em Produção Cultural como requisito parcial obrigatório para a aprovação no componente de Projetos Culturais III e, portanto, necessário para a conclusão do curso.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) Técnico em Produção Cultural se articula em forma de Projeto Cultural a ser apresentado no componente curricular de “Projetos Culturais III”, com base nos elementos e requisitos exigidos em um edital profissional.

Parágrafo único - O edital ou editais de referência para a elaboração do Projeto Cultural por parte dos estudantes será estabelecido pelo colegiado do curso e orientado junto ao corpo discente no componente curricular de “Projetos Culturais III”.

Art. 2º O Projeto Cultural a ser desenvolvido deve estar atrelado a um segmento cultural específico, a saber, música, teatro, dança, artes visuais e literatura, a partir do qual serão definidos os orientadores dos trabalhos de conclusão.

Parágrafo único - É possível propor um projeto que dialogue com outros segmentos culturais, mas o estudante proponente sempre deve escolher o segmento cultural preponderante.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º O TCC constitui-se enquanto aspecto relevante na formação educacional e profissional dos estudantes, deste modo representa o aprofundamento em uma temática escolhida, oriunda do processo de aprendizagem de um ou mais componentes curriculares cursados.

Art. 4º O panorama de inserção do TCC vislumbra a formação de profissionais criativos, mas também pesquisadores em sua área de atuação.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA DO TCC

Art. 5º Para a realização do TCC, os estudantes devem desenvolver uma pesquisa bibliográfica ou construção artística, que também deve ter suporte teórico, norteada pelo edital selecionado.

Art. 6º O Projeto Cultural realizado deve apresentar, entre outros elementos específicos de cada edital: apresentação, objetivos, justificativa, contrapartida social/democratização do acesso, etapas, público-alvo, equipe de trabalho, orçamentos e planos de divulgação, de realização e de distribuição.

Parágrafo único - A contrapartida social/democratização do acesso consiste na proposta de ações concretas que objetivam beneficiar a comunidade, ampliando o acesso à cultura, especialmente a camadas vulneráveis da população, comunidades carentes, escolas públicas, pessoas com deficiências, etc. Entram em contrapartidas também ações que podem beneficiar o meio ambiente e/ou reduzir o impacto ambiental promovido pelo próprio projeto, se houver, caracterizando o espaço das tecnologias sociais.

CAPÍTULO IV - DOS FLUXOS E PROCEDIMENTOS

Art. 7º Tendo como ponto de partida um edital cultural, no quarto ano do curso os estudantes deverão formatar e escrever Projetos Culturais seguindo as normas previstas em edital de um programa de incentivo à cultura.

Art. 8º Ao final do ano letivo os estudantes apresentarão seus projetos, que serão avaliados por banca examinadora, com a seguinte composição mínima:

- I - Professor Responsável por Projetos Culturais III. Esse integrante estará em todas as bancas;
- II - Professor orientador (ou coorientador), estabelecido no início do processo em função do segmento cultural do próprio projeto proposto;
- III - Docente avaliador, com formação ou atuação em área cultural, podendo ser de outra instituição.

Parágrafo único - A banca pode ser composta por profissionais da área cultural externos ao IFPR, desde que a mesma seja presidida por um docente do Campus Paranaguá.

Art. 9º Os estudantes não são obrigados a submeter seus projetos ao edital, não sendo este um critério de avaliação do processo, no entanto poderão fazê-lo se assim desejarem.

Art. 10 Para iniciar a organização do trabalho, os estudantes devem, ainda no primeiro bimestre da disciplina de “Projetos Culturais III”, cumprir duas tarefas estruturantes:

- I - Optar pela construção do TCC de maneira individual ou no sistema de dupla;
- II - Escolher um orientador que obrigatoriamente esteja vinculado ao segmento cultural.

Parágrafo único - Caso o orientador não seja do IFPR, o trabalho obrigatoriamente contará com a colaboração de um coorientador do IFPR.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 11 O processo de avaliação do TCC ocorre através de apresentação do material a uma banca, composta por três integrantes, conforme Art. 10 deste regulamento.

Art. 12 Após aprovação pela banca, o material do TCC deve ser entregue com as devidas correções, condicionando essa entrega final do material corrigido à aprovação na disciplina “Projetos Culturais III”.

Art. 13 O sistema de entrega da versão final do TCC, digital ou físico, será definido pelo colegiado do curso de acordo com a especificidade social do momento.

Parágrafo único - Para haver tempo hábil e coerência entre o calendário acadêmico e o cronograma de execução do componente “Projetos Culturais III”, as bancas de avaliação deverão ser realizadas preferencialmente com 20 dias corridos ou mais de antecedência ao prazo limite de lançamento dos conceitos finais, a fim de garantir tempo suficiente para a realização de ajustes e correções eventuais que sejam apontadas pela banca examinadora.

Art. 14 Os critérios de avaliação do material do TCC devem ser norteados por:

- I - Sistematização do projeto atendendo aos propósitos indicados no edital modelo;
- II - Indicativos de acesso à cultura e/ou interligação com os arranjos culturais locais;
- III - Clareza e relevância da composição simbólica, histórica e cultural do produto.

Art. 15 Configuram-se também como critérios de avaliação dos projetos:

- I - Relevância, mérito e clareza do projeto;
- II - Caráter inovador;
- III - Acesso da população aos bens e serviços culturais propostos;
- IV - Potencialidade de impacto por meio das contrapartidas;
- V - Adequação orçamentária;
- VI - Currículo do proponente e demais profissionais envolvidos na proposta.

Parágrafo único - Em termos de relevância e mérito, julgam-se as inovações e originalidade tanto da proposta em si quanto do valor simbólico, histórico e cultural das ações e/ou do produto cultural.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

Art. 15 São atribuições do/a docente orientador/a do Projeto Cultural elaborado pelos estudantes:

- a) Definir com o/a orientando/a os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias para a realização do TCC;
- b) Orientar e acompanhar o/a estudante na escolha do segmento cultural e planejamento do projeto a ser desenvolvido;
- c) Indicar referências básicas para o tema escolhido pelo/a estudante dentro da sua especialidade;
- d) Analisar e avaliar as etapas produzidas apresentando sugestões de leituras, estudos ou referências complementares, contribuindo na busca de soluções de problemas surgidos no decorrer do desenvolvimento do projeto;
- e) Informar o/a orientando/a sobre o cumprimento das normas, procedimentos e critérios de avaliação do TCC;
- f) Participar da apresentação pública do TCC, seguindo o cronograma definido pelo Colegiado do Curso;
- g) Conduzir a revisão do trabalho final recomendado pelos/as avaliadores/as;
- h) Informar à Coordenação do Curso e a/ao docente responsável pelo componente de “Projetos Culturais III” o conceito atribuído ao/a estudante pela Banca Avaliadora;
- i) Administrar o limite de trabalhos orientados, conforme seus encargos de Aulas e Apoio ao Ensino disponíveis, orientando os estudantes, sempre que possível e aconselhável, a desenvolverem os TCCs em duplas, a fim de reduzir a quantidade de trabalhos executados simultaneamente em um mesmo ano letivo.

CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO/A ORIENTANDO/A

Art. 16 São atribuições do(a) discente ou dupla discente elaborador(a) do Projeto Cultural como forma de TCC:

- a) Informar à Coordenação do Curso, quando solicitado, o tema e segmento cultural escolhido para elaboração do TCC;
- b) Dialogar com os docentes do curso a fim de viabilizar a orientação do TCC, conforme o segmento cultural escolhido;
- c) Comparecer aos encontros de orientação de TCC, conforme acordado com o/a professor/a orientador/a;
- d) Elaborar, concluir e defender o TCC no prazo estabelecido.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 Os/as estudantes/s reprovados/as na banca de defesa do TCC ou que deixarem de cumprir os prazos previstos neste regulamento e estabelecidos pelo calendário acadêmico de

cada ano letivo terão seus casos analisados pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho de Classe, com base nas normativas institucionais.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ANEXO B - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO CAMPUS PARANAGUÁ

Disciplina a realização e comprovação de Atividades Complementares do Curso Técnico em Produção Cultural como requisito parcial obrigatório para a conclusão do curso.

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º As atividades complementares objetivam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e complementar a formação social e profissional dos estudantes.

Art. 2º Compreende-se que as Atividades Complementares favorecem a formação em múltiplas dimensões, técnica, social, humana, cultural e profissional, voltando-se, portanto, à formação integral do futuro profissional.

Art. 3º As Atividades Complementares desenvolvem-se fora do horário de aulas regulares do curso e promovem a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.

§ 1º Consideram-se atividades complementares de ensino aquelas realizadas no âmbito do próprio curso, como:

- a) estágio supervisionado (não obrigatório);
- b) monitoria;
- c) palestras, fóruns e seminários;
- d) simpósios, conferências e congressos;
- e) debates, encontros e jornadas acadêmicas;
- f) visitas monitoradas realizadas pelo IFPR e atividades de campo;
- g) participação em projetos de ensino e em grupos de estudos.

§ 2º Consideram-se atividades de pesquisa, extensão e inovação aquelas que visam a desenvolver no estudante a vocação, o interesse e a aptidão para a investigação, com vistas à produção do conhecimento científico, cultural, tecnológico e socioeconômico, a saber:

- a) participação em programas de bolsas institucionais e de bolsas ofertadas por Agências de Fomento;
- b) participação em projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação;
- c) participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários;
- d) participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- e) participação na organização de eventos de caráter acadêmico;
- f) participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica.

§ 3º Consideram-se atividades de formação social, humana e cultural como:

- a) participação em atividades esportivas;
- b) participação em cursos de língua estrangeira;
- c) participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, grupo de teatro, coral, radioamadorismo e outras;

- d) participação na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- e) participação como expositor em exposição artística ou cultural;
- f) participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- g) participação em trabalho voluntário, atividades comunitárias, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- h) participação em atividades beneficentes.

Art 4º Como a participação em atividades que englobam essas múltiplas dimensões é inerente à natureza do Curso Técnico em Produção Cultural, não se estabelece carga horária máxima por atividade, de modo a exigir variação entre o perfil das ações cumpridas.

Parágrafo único - Ao menos 50% da carga horária cumprida e comprovada deve corresponder a atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas junto ao IFPR.

DOS PROCEDIMENTOS E FORMAS DE COMPROVAÇÃO

Art. 5º São considerados documentos válidos para comprovação do cumprimento de carga horária em Atividades Complementares certificados e declarações, cujo conteúdo especifique, entre outras informações, o nome completo da/o estudante, a atividade desenvolvida, a data ou período de realização e sua carga horária, desde que realizadas a partir da data de sua matrícula junto ao IFPR.

Parágrafo único - Não serão aceitas declarações em outro formato, para além daqueles estabelecidos neste regulamento ou definidos excepcionalmente pelo Colegiado do Curso.

Art. 6º Os documentos apresentados pela/o discente serão analisados por um docente específico designado para essa função pelo Colegiado do Curso. Ao constatar a validação de no mínimo 100 horas em Atividades Complementares, o responsável pela apreciação destes documentos encaminhará à Secretaria Acadêmica a relação de estudantes em situação regular.

Art. 7º Caso o estudante tenha cumprido todos os demais requisitos para conclusão do curso, concluindo com êxito todos os componentes curriculares obrigatórios e a carga horária mínima em componentes curriculares optativos, mas não tenha conseguido comprovar participação em ao menos 100 horas de Atividades Complementares, sua matrícula permanecerá ativa até que a conclusão das Atividades seja realizada e comprovada, sendo este um requisito obrigatório para a participação em cerimônia de colação de grau e consequente emissão de diploma de Técnico em Produção Cultural.

Art. 8º Os casos omissos serão deliberados pelo Colegiado do Curso.

ANEXO C - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS PARANAGUÁ

CAPÍTULO I DAS REGRAS GERAIS DE ESTÁGIO

Art.1º. Este Regulamento Geral de Estágio (RGE) abrange todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Campus Paranaguá, sendo seus dispositivos alinhados à RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, a lei nº 11.788/2008 e demais dispositivos legais pertinentes.

Parágrafo único. O estágio, como ato educativo, prioriza a formação do estudante para o mundo do trabalho e o fortalecimento dos conhecimentos construídos no ambiente acadêmico.

Art.2º. Os estudantes que realizam as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório são considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, desde que estejam regularmente matriculados no curso do campus e que as atividades propiciem experiência acadêmico-profissional e contextualização curricular.

Art.3º. Para realização de estágio obrigatório o estudante deverá:

- I) matricular-se no componente de estágio;
- II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio;
- III) formalizar Termo de Compromisso e Plano de Estágio (TCE/PE) com a unidade concedente de estágio (UCE), utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino (Sae/Proens) e Seção de Estágios e Relações Comunitárias do campus (Serc).

Art. 4º. Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

- I) verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração;
- II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso;
- III) formalizar TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Sae/Proens e Serc.
- IV) O TCE deverá conter a qualificação das partes, o plano de estágio, as condições e as cláusulas para sua realização, bem como as assinaturas das partes.

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, o estudante ao optar por realizá-lo estará vinculado aos dispositivos da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022 e às normas da UCE.

§ 2º. No que concerne ao caput, os estudantes poderão atuar como estagiários a partir do segundo semestre do curso.

Art.5º. O estudante deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do estágio, que será informado no TCE/PE.

Parágrafo único. Nos casos em que o seguro seja custeado pela UCE ou agente de integração, é necessário que a Serc requisite a apólice de seguro e incorpore ao processo de “Acompanhamento de estágio”.

Art.6º. A caracterização e definição do estágio será feita entre o IFPR e a UCE, por meio do TCE/PE, no qual estarão acordadas todas as condições de sua realização, e que será periodicamente reexaminado.

Parágrafo único. É responsabilidade do professor orientador e da Serc a verificação se o TCE/PE está em conformidade e se o estudante cumpre continuamente os artigos 6º, 17 e 26 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, não eximindo o estudante do cumprimento do art. 18 da mesma resolução.

Art.7º. A responsabilidade por verificar se o estudante estará em local apropriado para estágio, alinhado aos princípios pedagógicos do IFPR, em ambiente de formação para o mundo do trabalho e em acordo com o PPC é responsabilidade dos signatários do contrato de estágio, antes da formalização do TCE/PE, sendo a formalização do documento garantia da inspeção do campo de estágio.

Art.8º. Para os casos em que seja possível o estágio de 40 (quarenta) horas semanais, em acordo com a RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, em especial o §1 do art. 18, devem ter a sua previsão de execução definida no TCE/PE ou mediante aditivo ao TCE/PE.

Parágrafo único. No caso de estágio durante as férias, a orientação será indireta, retornando a orientação prevista no TCE/PE após esse período.

Art.9º. Toda alteração ao TCE/PE será realizada por meio de aditivo, que deverá ser formalizado, com intermédio da Serc, durante a vigência do TCE/PE.

Art.10. O TCE/PE, aditivos, equivalências, relatórios e demais requisições deverão ser realizados por meio dos formulários próprios disponibilizados pela Sae/Proens e Serc, nos prazos estabelecidos e divulgados pelo campus.

Art.11. Não serão aceitos TCE/PE e aditivos ao TCE/PE:

- I) com data retroativa;
- II) antes do período indicado;
- III) que contenham rasuras ou indicativos de alteração;
- IV) com informações obrigatórias faltantes;
- V) sem a assinatura do estudante e do professor orientador.

Parágrafo único. Como regra, o chefe da Serc assinará somente após a assinatura das demais partes.

Art.12. Os documentos da relação de estágio deverão ser entregues e protocolados na Serc, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a tramitação necessária.

Art.13. A Serc abrirá processo no SEI, com a tipologia “Acompanhamento de estágio”, que conterá:

- I) todos os documentos da relação de estágio (TCE/PE, aditivos ao TCE/PE, relatórios, etc);

II) o relatório dos estudantes que realizaram estágio não obrigatório, que trará as informações necessárias ao lançamento pela Secretaria Acadêmica em histórico escolar do estudante;

§ 1º. O processo será tramitado para Sae/Proens para fins de controle;

§ 2º. A Serc abrirá um novo processo de “Acompanhamento de estágio”, vinculado ao processo de oferta, para casos em que seja requerida equivalência para análise do colegiado do curso;

§ 3º. Ao término da oferta, deverá ser registrado o quantitativo de estudantes que realizaram estágio obrigatório e não obrigatório, por meio de despacho final à Sae/Proens, que poderá ser realizado pelo coordenador do curso;

§ 4º As relações de estágio são comprovadas pelos documentos do processo.

Art.14. O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos coordenadores de curso e dos professores orientadores a verificação da necessidade; da Serc, o apoio à formalização; da Sae/Proens, a supervisão e orientação.

CAPÍTULO II DA EQUIVALÊNCIA

Art.15. As horas de estágio não obrigatório poderão ser utilizadas para horas de atividades complementares, sendo o percentual máximo de utilização de 25% ou até 50 horas.

Parágrafo único. É vedado o aproveitamento da carga horária do estágio não obrigatório para estágio obrigatório.

Art.16. O estudante, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 30 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, poderá solicitar por meio de formulário próprio, equivalência de até 100% da carga horária de estágio obrigatório, considerando:

a) estágios de até 200h (duzentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 3 meses de experiência nos últimos 2 (dois) anos;

b) estágios de até 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 6 meses de experiência nos últimos 3 (três) anos;

c) estágios superiores a 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 12 meses de experiência nos últimos 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso e/ou coordenador de estágio avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e definir o percentual de equivalência por estudante limitado ao valor do caput.

Art.17. O estudante, no caso previsto no inciso III do art. 30 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, poderá solicitar por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio.

Parágrafo único. Caberá ao colegiado do curso e/ou coordenador de estágio avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e aprovar ou não a equivalência pretendida.

Art.18. O estudante, no caso previsto no inciso IV do art. 30 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, poderá solicitar por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio. Para tanto, o colegiado do curso e/ou coordenador de estágio considerará:

I - a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o componente curricular de estágio obrigatório;

II - a compatibilidade das horas totais.

§ 1º No caso das licenciaturas, o nível de ensino previsto no componente curricular de estágio deverá ser considerado.

§ 2º Para os casos do Pibid e Residência Pedagógica, os professores orientadores responsáveis pelos programas emitirão pareceres de equivalência para os componentes de estágio obrigatório.

Art.19. Os documentos comprobatórios para a solicitação de equivalência de carga horária de estágio segue o rol exemplificativo do §1 do art. 30 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022.

Art.20. A matrícula, sua confirmação e a frequência regular no curso são itens indispensáveis para iniciar e continuar em estágio, sendo de responsabilidade do professor orientador e/ou coordenador de estágio notificar as mudanças na situação do estudante à Serc.

Parágrafo único. O professor orientador e o coordenador de curso e/ou coordenador de estágio, com intermédio da Serc, podem, justificadamente, não iniciar ou interromper estágio de estudante que não mantenha as condições acadêmicas mínimas, como por exemplo frequência mínima mensal em aula de 75%, registrando formalmente por e-mail à SERC.

CAPÍTULO III DO DESLIGAMENTO

Art.21. A rescisão do estágio deverá ocorrer por meio de formulário próprio, respeitando-se as regras previstas no art. 33 da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, considerando que a Serc tem o prazo de 5 dias úteis para tramitações necessárias.

CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art.22. A orientação de estágio não obrigatório será da forma indireta, nos termos da RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N° 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022, exceto se previsto de forma diferente no PPC.

Art.23. Para orientação de estágio não obrigatório, é computada a carga horária de 1 (uma) hora semanal para até 10 (dez) estudantes e de 2 (duas) horas semanais para mais de 10 estudantes, considerando-se o limite de 20 estudantes por professor.

Art. 24. Para avaliação e acompanhamento do estágio, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto no PPC, observando-se:

- I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio;
- II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular;
- III – a autoavaliação do estudante;
- IV – elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas;
- V – elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas;
- VI – participação em eventos específicos com a socialização das experiências e resultados do estágio.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE

Art.25. A RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022 trata das responsabilidades dos estagiários durante todo o texto, em especial no art. 19, que se complementam com as seguintes:

- I - aceitar as normas de estágio do IFPR e da UCE;
- II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pelo IFPR, com o auxílio do professor orientador;
- III - elaborar o TCE/PE, aprovado pelo professor orientador e a UCE;
- IV - assinar e cumprir o TCE/PE;
- V - entregar relatórios, fichas de frequências e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio.
- VI - O cômputo de horas de estágio, obrigatório e não obrigatório, ocorre pela entrega do relatório final e do Termo de Rescisão do Estágio, quando cabível.

§ 1º O relatório parcial não substitui o relatório final.

§ 2º A data para entrega do relatório final é de até 30 (trinta) dias após a conclusão do estágio ou até 15 (quinze) dias antes da data de conclusão do curso, o que ocorrer primeiro.

Art.26. A RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2022 trata das responsabilidades dos professores orientadores de estágio durante todo o texto, que se complementam com as seguintes:

- I - pesquisar os campos de estágio que executam práticas compatíveis com as atividades de estágio;
- II - elaborar e organizar o plano de estágio junto aos agentes nele envolvidos, objetivando o cumprimento do PPC;
- III - manter encontros periódicos com seus orientandos para acompanhamento das atividades;
- IV - oferecer aos estagiários condições necessárias para o desenvolvimento da execução das atividades programadas no plano de atividades;
- V - orientar os estudantes, em conjunto com a Serc, sobre os procedimentos de estágio;
- VI - interagir com os supervisores de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e acompanhamento do estágio;
- VII - acompanhar, orientar e direcionar o estudante no decorrer de sua prática profissional;

- VIII - cumprir as exigências normativas em relação ao acompanhamento de desempenho, frequência e avaliação do estudante, em caráter parcial e final;
- IX - manter em dia a documentação referente aos estágios supervisionados que lhe dizem respeito;
- X - acompanhar o trâmite dos processos a que seus estagiários estão vinculados, cobrando desses o cumprimento dos prazos processuais.
- XI - acompanhar os estagiários sob sua orientação;
- XII - manter relacionamento com as UCE e os agentes de integração;
- XIII - inspecionar o campo de estágio e realizar o registro em documento próprio;
- XIV - solicitar aos estagiários sob sua orientação a entrega dos relatórios parciais e finais;
- XV - informar à Serc situações que ensejam o desligamento dos estagiários sob sua orientação.

CAPÍTULO VI DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Art.27. Os estudantes com deficiência poderão iniciar seu estágio a qualquer tempo, sendo a orientação, nestes casos, preferencialmente na forma semidireta.

CAPÍTULO VII DO REGISTRO PELA SECRETARIA ACADÊMICA

Art.28. De acordo com o inciso II, art. 13, deste regulamento, a Secretaria Acadêmica procederá ao registro do estágio não obrigatório do estudante no sistema acadêmico, considerando:

- I - o relatório de estágio, que trará as informações necessárias ao lançamento, contendo: a) número da matrícula; b) nome do estudante; c) carga horária total;
- II - quando não houver possibilidade de registro no sistema acadêmico, a Secretaria Acadêmica devolverá o processo para a Serc, informando quais estudantes não foram possíveis os registros, e solicitando a emissão das declarações de conclusão de estágio por esta unidade ou UCE;

§ 1º Para os casos especificados no item I, a Secretaria Acadêmica deverá registrar no sistema acadêmico a informação: “O estudante concluiu XXX horas de estágio não obrigatório no decorrer do curso”.

§ 2º Para os casos especificados no item II, a Secretaria Acadêmica, após receber a declaração de conclusão do estágio, deverá arquivar na pasta individual do estudante.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.29. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os regulamento de estágios presentes nos PPC do campus.

Art. 30. A necessidade de atualização deste RGE será avaliada periodicamente pelos colegiados de curso, os quais, caso a verificarem, utilizar-se-ão dos mesmos trâmites de aprovação deste documento.

Parágrafo único. Caso a atualização do RGE seja constatada na criação ou ajuste de curso, a proposta de alteração deverá ser inserida como anexo do PPC e, após a sua aprovação, atualizada na página do campus.

Art.31. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso ao qual o estudante está relacionado, e em última instância, pela direção de ensino.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.32. Os PPC que não contiverem a menção ao estágio não obrigatório terão o prazo de 2 (dois) anos para adequação, sendo, neste ínterim, permitida a sua realização, desde que o perfil do egresso esteja alinhado ao estágio do estudante.

Art.33. Para os cursos técnicos integrados em Informática, Mecânica e Meio Ambiente, a área administrativa também é parte integrante do perfil do egresso, constituindo possibilidade para área de estágio do estudante, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.

Art.34. Para os casos em que a orientação não esteja definida em PPC, será considerada preferencialmente a orientação semidireta, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.